

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA BAHIA - *CAMPUS* SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL**

LAURA NETA DIAS DO SACRAMENTO

**PROTOCOLO PARA PERMANÊNCIA: UMA PROPOSTA DE
PREVENÇÃO À EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO**

Salvador – BA
Julho de 2022

LAURA NETA DIAS DO SACRAMENTO

**PROTOCOLO PARA PERMANÊNCIA: UMA PROPOSTA DE
PREVENÇÃO À EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano

Salvador – BA
Julho de 2022

Biblioteca Raul V. Seixas – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA - Salvador/BA.

S123p Sacramento, Laura Neta Dias do.

Protocolo para permanência: uma proposta de prevenção à evasão escolar no ensino médio integrado / Laura Neta Dias do Sacramento. Salvador, 2022.

117 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano.

1. Ensino médio integrado. 2. Evasão. 3. Permanência. 4. Acompanhamento. I. Cypriano, Carlos Alex de Cantuária II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. III. Título.

CDU 2 ed. 373.5

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROFEPT- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**PROTOCOLO PARA PERMANÊNCIA: UMA PROPOSTA DE PREVENÇÃO À EVASÃO
ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

LAURA NETA DIAS DO SACRAMENTO

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano
Orientador – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Prof. Dr. Jancarlos Menezes Lapa
Membro Interno – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Profa. Dra. Maria Inês Corrêa Marques
Membro Externo – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 07/07/2022
Em 08 de julho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALEX DE CANTUARIA CYPRIANO Professor Efetivo**, em 08/07/2022, às 21:36, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JANCARLOS MENEZES LAPA Professor Efetivo**, em 09/07/2022, às 16:51, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA INÊS CORRÊA MARQUES Usuário Externo**, em 13/07/2022, às 10:45, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **2394985** código CRC **228D0F31**

Aos meus filhos Aryel e Paula, razão da minha coragem e perseverança.

Agradecimentos

Às minhas avós/mães Lena e Dete (*in memoriam*) que embora não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola, me fizeram acreditar na educação como único meio de independência e com muito amor e exemplo, me ensinaram a ser uma mulher forte e determinada.

Ao meu tio Jorge Luiz por ser a figura paterna de grande relevância em minha vida, a quem tenho como modelo de honestidade, de cuidado com o outro, de paciência, de profissionalismo, de ser humano.

Aos meus filhos Aryel e Paula que a cada sorriso e a cada olhar me encorajam a seguir sempre em frente apesar dos obstáculos, que me incentivaram e me compreenderam nas constantes ausências impostas pelas viagens e pela escrita.

Aos meus colegas de trabalho de Utinga/Ba que se tornaram amigas/os de uma vida Adriana, Antônio, Edinelma, Flávia, Ivanice, Guilherme, Janete, Joilma, Rita, Viviane e Ângela Benevides, Ângela Porto e Marlene (*in memoriam*), com os/as quais somei tantas aprendizagens.

Ao IFAL *campus* Piranhas, onde conheci uma equipe comprometida e zelosa que me acolheu com muito carinho em 2010 e contribuiu para meu engajamento na EPT e, ao IFBA *campus* Seabra por oportunizar “estar de volta ao meu aconchego” e por entender e estimular esse percurso no ProfEPT.

Às colegas de trabalho que compõem a Coordenação Técnico-Pedagógica(COTEP) do *campus* Seabra - Alice, Juliana e Luciana que com o compromisso que lidam com a Assistência Estudantil me inspiraram no conteúdo dessa dissertação.

Ao orientador, professor Alex Cypriano pela compreensão, pela parceria e, principalmente, pelos ensinamentos.

Aos colegas do ProfEPT, em especial, a Carina e Líbia que nos momentos de cansaço e de desânimo, tinham sempre uma frase de perseverança.

A Charles pelo incentivo e pelo companheirismo durante essa pesquisa, e à minha querida amiga Elaine, pelas palavras de alento e pela disponibilidade em realizar a revisão gramatical deste trabalho.

Ao universo por propiciar as conexões e energias necessárias para que cada ciclo da vida seja cumprido.

“A escolarização necessária é aquela capaz de proporcionar a todos os alunos, em igualdade de condições, o domínio dos conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais requeridos para a continuidade dos estudos série a série, e para as tarefas sociais e profissionais.”

Carlos Libâneo (2013)

Resumo

A garantia do direito à educação ainda é o grande desafio das instituições escolares, principalmente na etapa final da educação básica - o ensino médio. Fazer com que jovens e adultos acessem e concluam essa etapa formativa torna-se ainda mais desafiador quando se trata de um ensino médio integrado ao curso técnico, em que aparecem outras situações a serem enfrentadas: a decisão precoce por uma profissão, maior tempo de dedicação aos estudos de um currículo que integra componentes curriculares da base comum com a base técnica, que é o caso vivenciado pelos ingressantes do Ensino Médio Integrado da Rede Federal. O objetivo do estudo foi estruturar um Produto Educacional capaz de identificar o/a estudante que, no ingresso do Curso Técnico de Nível Médio Integrado, apresenta risco de evasão, assim como a prioridade desse risco, correlacionando os serviços e ações que preventivamente aumentem as chances de permanência e que contribua para uma gestão mais assertiva dos recursos financeiros e/ou profissionais. O marco teórico sobre evasão e permanência escolar está alicerçado pelas contribuições de Dore e Lüscher (2011); a definição de monitoramento e avaliação em projetos educacionais é abordado por Lück (2013); Petersen *et al.* (2008), Kitchenham e Charters (2007) e Schiehl e Gasparini (2017), abordam o Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL). A organização metodológica está delineada em uma abordagem quantitativa e qualitativa, pois as informações coletadas exigiam que os dados quantitativos fossem aprofundados qualitativamente em uma relação articulada e de dependência mútua. Como resultado, foi construído um Produto Educacional, o Protocolo para Permanência, organizado em 4 (quatro) fases - Organização Institucional, Avaliação Institucional, Diagnóstico Discente e Acompanhamento Discente -, compostas por instrumentos de diagnóstico, de acompanhamento e de avaliação processual e contínua, que passou por validação na Comissão de Permanência e Êxito do IFBA Seabra. Nas Considerações finais são expostos os resultados e as dificuldades encontradas no percurso da pesquisa, as limitações deste estudo, as contribuições para novos/as pesquisadores/as e a indicação de trabalhos futuros.

Palavras-chave Ensino Médio Integrado. Evasão. Permanência. Acompanhamento.

Abstract

The guarantee of the right to education is still the great challenge for school institutions, especially in the final stage of basic education - high school. Making young people and adults access and complete this training stage becomes even more challenging when it comes to high school education integrated with the technical course, in which other situations appear to be faced: the early decision for a profession, longer dedication to the studies of a curriculum that integrates curricular components of the common base with the technical base, which is the case experienced by those entering the Integrated High School of the Federal Network. The objective of the study was to structure an Educational Product capable of identifying the student who, upon entering the High School Integrated Technical Course, presents a risk of dropout, as well as the priority of this risk, correlating services and actions that preventively increase the chances and contribute to a more assertive management of financial and/or professional resources. The theoretical framework on school dropout and permanence is based on the contributions of Dore and Lüscher (2011); the definition of monitoring and evaluation in educational projects is addressed by Lück (2013); Petersen et al. (2008), Kitchenham and Charters (2007) and Schiehl and Gasparini (2017), address Systematic Literature Mapping (MSL). The methodological organization is outlined in a quantitative and qualitative approach, as the information collected required that the quantitative data be qualitatively deepened in an articulated and mutually dependent relationship. As a result, an Educational Product was built, the Permanence Protocol, organized into 4 (four) phases - Institutional Organization, Institutional Assessment, Student Diagnosis and Student Monitoring -, composed of diagnostic, monitoring and procedural and continuous evaluation instruments, which underwent validation by the IFBA Seabra Permanence and Success Committee. In the Final Considerations, the results and difficulties encountered in the course of the research, the limitations of this study, the contributions for new researchers and the indication of future work are exposed.

Keywords: integrated high school. Dropout. Student persistence. follow-up

Lista de ilustrações

Figura 1 – Taxa ajustada de frequência escolar líquida de 6 a 14 anos	16
Figura 2 – Taxa de escolarização e de frequência escolar líquida 15 a 17 anos	16
Figura 3 – Eficiência Acadêmica EMI-2019	17
Figura 4 – Matriz SWOT	49
Figura 5 – Escala Likert de 5 pontos	50
Figura 6 – (a) Publicações por ano; (b) Classificação por Rede de Educação	55
Figura 7 – Classificação quanto à abordagem	56
Figura 8 – Produções Científicas	57
Figura 9 – (a) Pesquisas sobre evasão; (b) Pesquisas sobre Permanência.	58
Figura 10 – Diagrama de Indicadores da Evasão Escolar no EMI	66
Figura 11 – Fases do Protocolo de Permanência	75
Figura 12 – Ficha de Acompanhamento Individual do/a estudante.	95
Figura 13 – Fluxo das fases de diagnóstico e de acompanhamento ao discente	97
Figura 14 – Gráfico com as respostas da dimensão - Concepção	99
Figura 15 – Gráfico com as respostas da Dimensão Aplicabilidade: Atribuição de pesos aos indicadores de evasão	101
Figura 16 - Gráfico com as respostas da Dimensão Aplicabilidade: Adequação a diferentes realidades do EMI	101

Lista de tabelas

Tabela 1 – Resultado da busca.	54
Tabela 2 – Causas de evasão identificadas.	63
Tabela 3 – Todos os valores que GI pode assumir para um indicador.	91
Tabela 4 – Simulação de resposta de 10 estudantes.	93

Lista de quadros

Quadro 1 – Endereços eletrônicos dos repositórios de busca.	41
Quadro 2 – <i>String</i> de busca.	42
Quadro 3 – Atribuição de peso para os Indicadores de Evasão.	79
Quadro 4 – Agrupamento de serviços e ações para mitigar o risco de evasão	85
Quadro 5 – Faixa de pontuação e classificação do risco	91
Quadro 6 – Questionário diagnóstico inicial respondido para exemplo do cálculo	92

Lista de abreviaturas e siglas

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
GI	Grau de Influência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MSL	Mapeamento Sistemático de Literatura
NAPNE	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PMI	Plano de Metas Institucional
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Plano Pedagógico do Curso
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Único de Administração Pública
SUS	System Usability Scale
TCU	Tribunal de Contas da União

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 Os Institutos Federais Como Importante Política Pública de Acesso à Educação Profissional e Superior	25
2.1.1 O Ensino Médio Integrado	26
2.2 O PNAES Como Importante Política de Permanência nas IES	29
2.3 Fenômeno da Evasão no EMI da Rede Federal de Ensino	31
2.4 Reflexões sobre a Permanência a partir de Pesquisas Desenvolvidas na Área	33
2.5 Monitoramento e Avaliação em Projetos Educacionais	35
3. METODOLOGIA	38
3.1 Metodologia da Pesquisa	38
3.2 O Mapeamento Sistemático da Literatura(MSL)	39
3.3 Plano de Desenvolvimento do Produto Educacional	43
3.3.1 - Planejamento Estratégico e Análise SWOT	46
3.3.2 - Metodologia para o questionário - System Usability Scale (SUS)	49
3.4 Planejamento de validação do Protocolo para Permanência	51
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
4.1 O Mapeamento da Literatura e a Elaboração dos Indicadores de Evasão	53
4.2 Conclusões do Mapeamento	63
4.3 Indicadores de evasão	64
4.3.1 Fatores Individuais	65
4.3.1.1 Indicador 1 (IND1) - Dificuldade de aprendizado no curso	65
4.3.1.2 Indicador 2 (IND2) - Falta de identificação com o curso escolhido	66
4.3.1.3 Indicador 3 (IND3) - Histórico de retenção	67
4.3.1.4 Indicador 4 (IND4) - Questões de ordem emocional	67
4.3.2 Fatores Internos à instituição	68
4.3.2.1 Indicador 1(INT1) - Dificuldade nas relações interpessoais	68
4.3.2.2 Indicador 2(INT2) - Organização curricular pouco adequada	69
4.3.2.3 Indicador 3 (INT3) - Práticas de ensino e de aprendizagem pouco atrativas e exigentes	70
4.3.3 Fatores externos à instituição	70
4.3.3.1 Indicador 1 (EXT1) - Dificuldade econômica do/a estudante/família	70
4.3.3.2 Indicador 2(EXT2) - Distância entre a instituição escolar e a moradia	71
5 PRODUTO EDUCACIONAL	74
5.1 - Fase 1 - Organização Institucional	75
5.2 - Fase 2- Avaliação Institucional	77
5.2.1 Indicadores de Evasão e a atribuição de pesos	77
5.2.2 Levantamento dos Serviços e Ações de Permanência	78

5.2.2.1 Grupo 1 - Serviços e ações de apoio à aprendizagem (Indicadores IND1 e IND3)	79
5.2.2.2 Grupo 2 - Serviços e ações de apoio à organização curricular e planejamento (Indicadores: IND2 - INT2 e INT3)	80
5.2.2.3 Grupo 3 - Serviços e ações de apoio financeiro (Indicador: EXT1)	81
5.2.2.4 Grupo 4 - Serviços e ações de apoio às relações intra e interpessoais (Indicadores: IND 4 e INT 1)	82
5.2.2.5 Grupo 5 - Serviços e ações de apoio ao acesso (Indicador: EXT2)	82
5.3 - Fase 3 - Diagnóstico Discente	87
5.3.1 Questionário diagnóstico inicial e de percurso e cálculo do Grau de Influência(GI)	87
5.4 - Fase 4 - Acompanhamento Discente	93
5.4.1 Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante	93
5.4.2 Priorização do Grupo de Ações - Para os casos de discentes apresentarem mais que um fator de risco	95
5.5 - Validação do Produto Educacional	97
5.5.1 Dimensão 1 - Concepção	98
5.5.2 Dimensão 2 - Aplicabilidade	100
5.5.3 Dimensão 3 - Inovação	101
5.5.4 Dimensão 4 - Usabilidade	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A – Questionário Diagnóstico Inicial	112
APÊNDICE B – Questionário Diagnóstico de Percurso	114
APÊNDICE C – Formulário de Validação do Produto	115

1 INTRODUÇÃO

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é a materialização de uma das mais relevantes políticas públicas em educação, que é a interiorização da oferta de educação profissional e de ensino superior em regiões como a Chapada Diamantina, em que residem e trabalham, que apresenta 24,2% da sua população em estado de pobreza extrema (BAHIA, 2015).

A implantação de *campus* em regiões como essa significa oportunizar a públicos com vulnerabilidade das mais diversas esferas - social, econômica, cultural -, com poucas possibilidades de deslocar para os grandes centros, acesso à educação em instituição pública, gratuita e de qualidade.

Embora a criação e expansão dos Institutos Federais seja reconhecida como uma das maiores políticas públicas em democratização do acesso à educação profissional e ao ensino superior, ainda apresentamos graves problemas em garantir o direito à educação quando tratamos do aspecto permanência, pois um número significativo de estudantes ingressam, mas não concluem o curso.

A educação é direito de todos, garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil em seus art. 205 e 206, que enfatizam o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, o qual é replicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996).

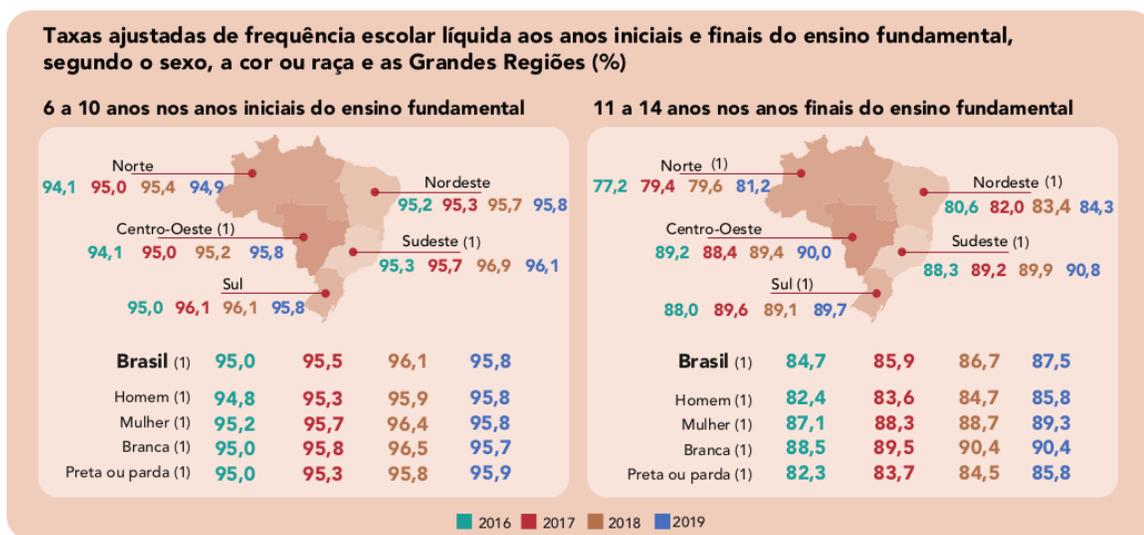
Essa igualdade de condições deve proporcionar a todos/as os/as jovens e adultos/as o acesso e a permanência, provendo-lhes uma formação cultural e científica na Educação Básica para seguir no ensino superior e/ou ingressar no mundo do trabalho, garantia estritamente necessária, dadas as condições desfavoráveis de um número significativo de estudantes que ingressam anualmente nas instituições escolares.

O que pode ser analisado nos dados do IBGE (2020) sobre a escolarização, é que para a população na faixa etária de 6 a 14 anos, na idade obrigatória do Ensino Fundamental - EF, a Taxa Ajustada de Frequência Escolar Líquida¹ é de 95,8% na 1ª etapa do EF e de 87,5%

¹ A Taxa ajustada de frequência escolar líquida é igual ao número de estudantes com idade prevista para estar cursando uma determinada etapa de ensino + estudantes da mesma idade que já concluíram essa etapa divididos pela população total na mesma faixa etária (IBGE, 2019).

na 2ª etapa, ou seja, 4,2% e 12,5% desses estudantes se encontravam em distorção idade série ou evadiram da escola em 2019, como mostra a Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Taxa ajustada de frequência escolar líquida de 6 a 14 anos



Fonte: IBGE, 2020

Quando se trata de Ensino Médio, os números são muito diferentes da realidade do EF, a Taxa Ajustada de Frequência Escolar Líquida, das pessoas em idade escolar obrigatória - 15 a 17 anos, no ano de 2019 no Brasil, foi de 71,4%, e, na Região Nordeste de 63,3%, ou seja, um percentual de 36,7% de estudantes não estavam em idade regular para a série ou abandonaram a escola nessa região (IBGE, 2020), como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Taxa de escolarização e de frequência escolar líquida 15 a 17 anos

Grandes Regiões	Taxa de escolarização (%)				Taxa ajustada de frequência escolar líquida (%)			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Brasil	87,2	87,2	88,2	(1) 89,2	68,2	68,5	69,3	(1) 71,4
Norte	87,6	86,6	88,2	88,7	58,2	59,7	61,9	(1) 62,2
Nordeste	86,0	86,1	86,9	(1) 88,0	59,2	60,7	61,3	(1) 63,3
Sudeste	88,2	88,7	88,9	89,1	76,9	76,5	76,4	(1) 79,5
Sul	86,2	85,8	88,2	(1) 91,6	69,4	69,6	71,5	(1) 72,9
Centro-Oeste	88,5	87,0	89,4	(1) 90,7	70,1	70,4	71,6	(1) 74,3

Fonte: IBGE, 2020

Os números do Ensino Médio Integrado da Rede Federal, na modalidade presencial, que tratam da Eficiência Acadêmica² e nos quais são compilados os dados das 45 instituições ofertantes de EMI, demonstram que o índice de estudantes que evadem antes da finalização do curso é alarmante. Em 2019, a evasão no ciclo foi de 33,98%, ou seja, um terço dos/as estudantes que ingressam nos cursos não chegam a finalizar, como pode ser conferido na Figura 3. Por isso, o cenário da educação, no que trata da permanência estudantil, demanda reflexões e proposições de como combater o fenômeno da evasão escolar, principalmente na etapa final da Educação Básica (PNP, 2020).

Figura 3 – Eficiência Acadêmica EMI-2019



Fonte: PNP, 2020.

Esses percentuais indicam que é necessário que cada instituição investigue as causas da evasão escolar, tendo como base questionamentos relevantes: Por que os/as jovens abandonam a escola tão precocemente? Quais os fatores mais influenciam a evasão escolar - são de ordem individual ao estudante, externa à instituição ou interna à instituição? O que pode ser feito para tratar a evasão antes desta se consolidar? Quais ações e serviços a instituição possui/promove que são exitosos à permanência estudantil e quais precisam ser implementados e/ou qualificados?

As respostas a essas perguntas caberá a cada escola, dada a realidade social, territorial e cultural em que está inserida, investigando as causas da evasão escolar, para que possa identificar estudantes propensos a esse fenômeno e intervir de forma precoce, ou seja,

² Dados por “ciclos de matrícula” - tempo de conclusão regular do curso mais um ano, para absorver eventuais ajustes de calendários que, na prática, podem fazer com que o ano letivo ultrapasse o calendário civil.

antes do problema instaurado, com serviços e ações adequados e que possam combater esse abandono.

Nesse sentido, o que se observa é que a passagem do Ensino Fundamental II para o Ensino Médio apresenta obstáculos, que devido a uma série de dificuldades - individuais, internas e/ou externas à instituição, que se inter-relacionam e levam, muitas vezes, um número significativo de jovens e adultos/as à evasão escolar.

O ingresso no ensino médio gera uma tensão, uma expectativa no/a estudante, pois se trata da última etapa da Educação Básica, momento de fazer escolhas para sua vida profissional, e essa tensão se torna ainda maior quando há mudança de instituição, pois requer a criação de novos vínculos, novas relações.

A dificuldade de adaptação na nova instituição ainda pode ser maior quando o ensino médio é integrado ao curso técnico, apresentando maiores desafios: a decisão precoce por uma profissão, assim como a necessidade de maior tempo de dedicação aos estudos de um currículo que integra componentes curriculares da base comum com a base técnica, que é o caso enfrentado pelos ingressantes do Ensino Médio Integrado da Rede Federal.

Além desses desafios, um número significativo de estudante traz outras questões individuais e externas, como dificuldades econômicas e/ou emocionais; cansaço no deslocamento entre casa e o *campus*; necessidade de conciliar trabalho e estudos; discrepância de conhecimentos e habilidades para acompanhar o ensino médio; distorção idade/série, entre outros, que se apresentam como barreiras à permanência desse/a jovem ou adulto/a, que pode ir deixando de frequentar a instituição escolar, até perder totalmente o vínculo, resultando no abandono do curso(DOURADO,2016).

Os fatos expostos atravessam o itinerário formativo de jovens e adultos que são acompanhados anualmente no trabalho como pedagoga e membro da equipe multidisciplinar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - *campus* Seabra, que oferta, atualmente, apenas Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado.

Esses fatos foram se tornando inquietações nos diversos momentos de discussão e reflexão, como conselhos de classe, Jornadas Pedagógicas, reuniões, entre outros espaços formativos, na tentativa de encontrar alternativas que contribuíssem para a permanência desses/as jovens e adultos/as que, em sua maioria, pertencem a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

É importante ressaltar que a evasão escolar se configura como um dos maiores problemas educacionais brasileiros, ferindo a democratização do ensino e restringindo o direito à educação a um número considerável de jovens e adultos/as. Quando esse fenômeno se manifesta no Ensino Médio, final da Educação Básica, ele cerceia a oportunidade de continuidade em estudos em níveis mais avançados e compromete o acesso ao mundo de trabalho em melhores condições.

Combater a evasão é percorrer um caminho complexo, pela multifatorialidade do fenômeno, pela dificuldade que os/as profissionais que trabalham diretamente no acompanhamento aos discentes enfrentam para atender o número de estudantes que ingressam anualmente, por esses/as profissionais possuírem poucos dados iniciais para intervir de forma prioritária e precisa, ainda no início do curso, junto àqueles/as que necessitam de maior apoio para acessar e permanecer na escola, pelo recurso financeiro cada vez mais reduzido, devido aos cortes orçamentários anuais do governo federal, enfim, há uma diversidade de fatores que dificultam o trato da evasão.

Embora complexo, esse é um percurso necessário para garantir a efetiva democratização da educação, com equidade de condições para acesso e para permanência, pois a defesa de uma escola para todos/as perpassa por esse "horizonte progressista, democrático; (...)" (ARROYO, 2000, p.37).

Nesse sentido, o problema da pesquisa consistiu em entender - Quais as principais causas da evasão apontadas nas pesquisas sobre o EMI na Rede Federal, no período de 2011 a 2020? É possível identificar o/a estudante que, no ingresso do Curso Técnico de Nível Médio Integrado, apresenta grau de risco de evasão? Como podemos priorizar o acompanhamento aos/às estudantes em risco de evasão, correlacionando serviços e ações adequados à permanência, que permita uma gestão mais assertiva dos recursos financeiros e/ou profissionais?

Na busca por respostas a essas indagações, a pesquisa realizada tem como objetivo geral organizar uma proposta de permanência capaz de identificar o/a estudante que no ingresso do Curso Técnico de Nível Médio Integrado apresenta risco de evasão, indicando a prioridade desse risco para correlacionar os serviços e ações que preventivamente aumentem as chances de permanência e contribua para uma gestão mais assertiva dos recursos financeiros e/ou profissionais.

Para consecução desse objetivo geral, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Mapear as causas da evasão nas produções acadêmicas sobre o EMI na Rede Federal de Educação, publicadas na última década(2011 a 2020).
- Classificar as principais causas de evasão dos/as estudantes no EMI, a partir dos fatores individuais, internos e externos à instituição.
- Levantar os serviços e ações que podem contribuir para permanência dos/as estudantes nos cursos EMI, a partir de estudos na área, das experiências profissionais e de novas possibilidades.
- Elaborar os processos e instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação para composição do Protocolo para Permanência.

Nessa perspectiva, o ingresso no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede, o ProfEPT, se configurou como uma oportunidade de ampliar o conhecimento sobre a EPT e utilizar esses saberes para buscar alternativas necessárias e viáveis para combater um dos maiores problemas enfrentados pelas instituições educacionais, que é a evasão escolar.

Os motivos da escolha da temática permanência escolar para realizar esse estudo, que culminou na elaboração de um Protocolo para Permanência com a finalidade de prevenir o fenômeno da evasão escolar, foram impulsionados, também, por questões pessoais - ter nascido em uma pequena cidade da Chapada Diamantina, de perfil eminentemente rural, de ter vivenciado as dificuldades em acessar instituições de ensino superior públicas e de qualidade, por fatores econômicos e/ou ausência na cidade e no seu entorno.

As questões de cunho profissional perpassam, também, o fato de ter trabalhado por 10 (dez) anos em escolas públicas periféricas, de ter ingressado na Rede Federal, através do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) para desenvolver atividades junto à equipe multidisciplinar³ no acompanhamento da permanência, de trabalhar

³ A equipe multidisciplinar, como denominada no *campus* Seabra, é composta por profissionais que são responsáveis por articular com os demais setores institucionais, o planejamento e execução de ações de acesso, permanência e êxito, no intuito de contribuir para o bem estar biopsicossocial do educando. A equipe de Seabra é formada por uma assistente social, uma nutricionista, uma pedagoga, uma psicóloga, um técnico em assuntos educacionais e uma técnica em enfermagem. Essa composição não é fixa, depende da organização de cada IF.

no IFBA nos últimos 07(sete) anos, onde se observa casos de cursos iniciarem com turmas compostas por 40 estudantes e concluírem o curso com apenas 17, por exemplo.

Além dessa observação, a equipe multidisciplinar de cada *campus* tem dificuldade em obter informações mais detalhadas sobre as dificuldades de adaptação e de engajamento no curso, pois é uma equipe que não dispõe de profissionais em número suficiente para obtenção desses dados no ingresso do curso. As informações mais detalhadas acabam por ser tratadas de forma mais consistente no Conselho Diagnóstico, ao fim da unidade/período, momento em que muitos/as estudantes já deixaram de frequentar a escola ou que estão em um processo de abandono - deixou de realizar atividades, de frequentar muitas aulas.

A partir das reflexões acadêmicas, profissionais e pessoais expostas, esta pesquisa dissertativa traça o caminho para entender o fenômeno da evasão escolar no EMI na Rede Federal de Educação, no período de 2011 a 2020, a partir do mapeamento de causas da evasão e ações e serviços para a permanência encontradas em produções acadêmicas dispostas na base de dados da Plataforma Capes⁴ e do *Google Acadêmico*⁵. Esse levantamento das causas da evasão, teve como finalidade transformar os motivos desse fenômeno em indicadores de evasão e, também, levantar as ações e serviços para a permanência, tanto os destacados nas pesquisas estudadas, como os que são fruto da experiência profissional como pedagoga, além das possibilidades nascidas da reflexão e discussão nas orientações, tendo em vista criar um Produto Educacional para identificar o/a estudante que no ingresso do Curso Técnico de Nível Médio Integrado apresenta risco de evasão e a prioridade desse risco, correlacionando serviços e/ou ações adequados à permanência.

Na construção dessa pesquisa, o estado da arte da literatura foi embasado em contribuições confiáveis ao tema, iniciando com uma abordagem sobre a configuração dos Institutos Federais e da importância da expansão, com Pacheco(2011) e através de documentos base encontrados no Portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC) -

⁴ O Portal de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

⁵ O *Google Acadêmico* é um mecanismo virtual de pesquisa livremente acessível que organiza e lista textos completos ou metadados da literatura acadêmica em uma extensa variedade de formatos de publicação e tem uma cobertura de aproximadamente 80-90% de todos os artigos publicados em inglês, em uma estimativa de 100 milhões.

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Com Lück (2013), foi possível definir o que é monitoramento e avaliação e os aspectos fundamentais para estruturação de um projeto, uma proposta educacional, que embasaram a organização dos processos que compõem o produto.

Em relação à temática evasão escolar e permanência - fatores da evasão escolar, causas, serviços e ações para permanência, os subsídios foram de pesquisadores/as renomados/as na área, como Dore e Lüscher (2011), e, também, Temp e Coutinho (2020), Veiga e Bergiante (2016), Marques *et al.*(2019). Libâneo (2013) e Arroyo (2000) apresentam importantes reflexões sobre o caráter democrático da educação e Petersen *et al.* (2008), Kitchenham e Charters (2007) e Schiehl e Gasparini (2017), abordam o Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL), como uma metodologia que permite realizar revisão bibliográfica da literatura de forma organizada e sistemática, que contribuiu para o levantamento das causas e as propostas de permanência nos trabalhos relacionados.

A organização metodológica está delineada em uma trajetória analítico propositiva, que organiza os mestrados profissionais, tendo em vista, partir da análise de uma situação para propor uma intervenção. Para tanto, trata-se de uma abordagem quantitativa e qualitativa, pois as informações coletadas no procedimento de pesquisa utilizado, o bibliográfico, exigia que os dados quantitativos fossem aprofundados qualitativamente em uma relação dialética e de dependência mútua, como indicam Minayo e Sanches (1993). Nesse percurso, em uma primeira etapa, os objetivos foram ancorados em uma pesquisa exploratório-descritivo, para levantamento das informações sobre a área em estudo.

O procedimento bibliográfico foi estruturado através do Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL), para conhecer o estágio das publicações na área de evasão escolar e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado. De acordo com Gil (2008, p.60), no desenvolvimento de uma pesquisa, é imprescindível a consulta a materiais adequados para definição de conceitos, para fundamentação teórica e para “identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado.”

A dissertação foi desenvolvida e estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro a Introdução, que apresenta a contextualização do tema de estudo, a descrição da problemática e da questão da pesquisa, a justificativa, o objetivo geral e os específicos, uma breve

descrição do marco teórico, da metodologia, das considerações finais, de como está estruturado cada capítulo deste trabalho.

O Referencial Teórico é o segundo e trata da revisão de literatura que embasou o percurso da pesquisa, iniciando com um destaque a Rede Federal de EPT como importante política de acesso e o EMI como possibilidade de oferta de uma educação integral, dando seguimento com o PNAES enquanto política de permanência, o monitoramento e avaliação como processos fundamentais de um projeto, de um plano educacional e, logo depois, é feita uma abordagem sobre as causas da evasão escolar no EMI da Rede Federal e os serviços e ações de permanência em produções acadêmicas estudadas.

O terceiro é a Metodologia, em que é descrito o caminho deste trabalho - a abordagem, os métodos e as técnicas utilizadas no estudo -, que conduziu a seleção e mapeamento das produções científicas para levantamento das causas da evasão e das propostas de permanência, como, também, as metodologias escolhidas para a estruturação dos instrumentos de diagnóstico, além, do planejamento do processo de validação do Protocolo para Permanência.

Os Resultados e Discussões compõem o quarto capítulo, em que são apresentados os resultados encontrados no processo de pesquisa bibliográfica, partindo da revisão de literatura, através do MSL, as conclusões desse mapeamento e, em seguida, a elaboração dos 9(nove) indicadores de evasão. O mapeamento resultou na produção de um artigo publicado na Revista Labor, V.1, N.26. DOI: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i26.71888>, em 2021: “Estudo sobre Evasão e Permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: Um Mapeamento Sistemático de Literatura”, uma produção em parceria com Albuquerque, Monck C. N. e com o orientador, Professor Cypriano, Carlos A.C.

O quinto é o Produto Educacional⁶, em que é descrita a elaboração do Protocolo para Permanência, que consiste em uma proposta, organizada em 4(quatro) fases, compostas por instrumentos de diagnóstico, de acompanhamento e de avaliação processuais e contínuos, que tem como objetivo identificar o/a estudante que no ingresso do Curso Técnico de Nível Médio Integrado apresenta risco de evasão, qual é a prioridade desse risco e correlacionar os serviços e ações que preventivamente aumentem as chances de permanência, contribuindo

⁶ O Produto Educacional fruto dessa dissertação foi sistematizado em um *e-book*, disponível em: <https://heyzine.com/flip-book/1a30794f8b.html>>

para uma gestão mais assertiva dos recursos financeiros e/ou profissionais, assim como, o resultado da validação do produto pela Comissão de Permanência e Êxito do IFBA Seabra.

Por fim, as Considerações Finais constituem o sexto capítulo, em que são expostos os gargalos e as dificuldades encontradas no percurso da pesquisa, as limitações deste estudo, as contribuições para novos/as pesquisadores/as e a indicação de trabalhos futuros.

Espera-se que a pesquisa realizada possa contribuir com estudos posteriores sobre a permanência escolar nas instituições que ofertam educação profissional de nível técnico, especificamente na forma integrada, e que o Protocolo para Permanência, colabore no desenvolvimento e na implementação de estratégias que garantam o direito constitucional à educação a todos/as, através dos princípios de acesso e permanência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Trata-se nesse capítulo da apresentação do estado da arte da literatura que embasou o percurso para elaboração da proposta interventiva. Primeiro apresentando a Rede Federal de EPT como importante política de acesso e o EMI como caminho para uma educação integral, em seguida, o PNAES como política de permanência nas IES. Logo depois, é feita uma abordagem sobre as causas da evasão escolar e reflexões sobre a permanência no EMI da Rede Federal e para organização das etapas e instrumentos da proposta, é conceituado o monitoramento e a avaliação em projetos educacionais.

2.1 Os Institutos Federais Como Importante Política Pública de Acesso à Educação Profissional e Superior

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na forma como conhecemos hoje, é composta pelos Institutos Federais, juntamente com os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II.

Até chegar ao status de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia equiparado às universidades, ocorreram modificações de nomenclatura e em sua estrutura organizacional, pautados no contexto político, social e econômico que o país atravessou em cada período histórico para enfrentar as mudanças provocadas no funcionamento do sistema produtivo, na organização do trabalho e na tecnologia.

Em uma breve linha do tempo, os institutos iniciam sua tradição em educação profissional em 1909, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, que passou, em 1930, a Liceus Industriais, em 1978, Escolas Técnicas Federais e em 1978 Cefets. Um número significativo de Cefets, de escolas federais e de escolas técnicas vinculadas às universidades se tornaram o que hoje conhecemos como IFs, como apontado por Pacheco (2011):

Os centros federais de educação tecnológica (Cefets), as escolas agrotécnicas federais e as escolas técnicas vinculadas às universidades que aceitaram o desafio desaparecem enquanto tais, para se transformarem nos *campi* espalhados por todo o país, fiadores de um ensino público, gratuito, democrático e de excelência. Com os Institutos Federais iniciamos uma nova fase, abandonando o hábito de reproduzir modelos externos e ousando inovar a partir de nossas próprias características, experiências e necessidades. (PACHECO, 2011, p. 15).

Sem dúvida, os IFs possuem um perfil diferenciado das demais instituições de educação profissional e tecnológica, quando se propõem a escutar o território onde estão inseridos, considerando os arranjos produtivos regionais e sociais para a oferta de cursos. Se diferenciam, também, pelo seu caráter pluricurricular, que possibilita ofertar educação profissional em diferentes níveis e modalidades de ensino, como exposto no artigo 2º da Lei de criação dos institutos – 11.892/08, que completou 13 anos:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

O caráter pluricurricular dos IFs confere uma característica abrangente, que os difere das demais instituições de ensino superior e os aproxima das demandas regionais e, graças à política de expansão da educação profissional, uma das maiores políticas educacionais dos últimos anos, vem sendo possibilitada a interiorização da oferta de educação profissional e superior de qualidade, contribuindo com o desenvolvimento local e regional em diferentes partes do país.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, iniciou em 2005, como “uma política pública, comprometida com a redução das desigualdades sociais e regionais”. (BRASIL, 2005, p.3). Em 2007, com a Chamada Pública de propostas do MEC/SETEC nº 001/2007, surge a Fase II, que é marcada pela distribuição territorial da política de oferta pública de educação profissional e de ensino superior, com a cobertura do maior número de mesorregiões em cada estado (BRASIL, 2007), e a Fase III, permanece com o propósito de superação das desigualdades regionais e a viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população.

2.1.1 O Ensino Médio Integrado

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, no Capítulo II, sobre Educação Básica, Seção IV-A, Art. 36-B, é apresentada a forma de oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: “articulada com o ensino médio e subsequente, em

cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.” (BRASIL, 2020, p.29) e, no Art. 36-C, essa lei define o que é a educação profissional técnica de nível médio articulada, ou, Ensino Médio Integrado:

Ensino Médio Integrado, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno(BRASIL, 2020, p.30).

A inserção da EPT articulada ao ensino médio na forma que está descrita na LDB, é fruto das discussões e das lutas de educadores/as que contribuíram com a elaboração da concepção disposta no Decreto nº 5.154/04, de uma articulação e integração “entre o trabalho como princípio educativo, a ciência como criação e recriação pela humanidade de sua natureza e cultura, como síntese de toda produção e relação do ser humano com seu meio” (GRABOWSKI, 2006, p 9). Essa definição representa um grande avanço, quando comparado com a impossibilidade de haver essa articulação, determinada anteriormente pelo Decreto nº 2.208/97.

O EMI, em sua concepção, busca a superação da dualidade educacional entre uma formação específica, voltada para a classe trabalhadora, norteadas pela lógica mercadológica, e uma formação geral, voltada para aqueles que possuem mais tempo para se dedicar a estudos de conhecimentos amplos, propondo uma organização curricular e do fazer pedagógico que integre os saberes das ciências, da cultura e do trabalho.

A condição inovadora do EMI além da articulação citada, também se apresenta no fato de poder proporcionar aos educandos/as, ainda em nível médio, a oportunidade de vivenciar a tríade ensino-pesquisa-extensão. Essa experiência possibilita a formação de jovens pesquisadores/as, críticos e comprometidos com a intervenção social, pois a troca entre conhecimentos científicos e comunitários permite aproximá-los/as das necessidades, anseios e aspirações da sociedade. É uma interação que os/as discentes devem ser positivamente provocados/as, influenciados/as e fortalecidos/as (BRASIL, 2008).

Com essa tríade indissociável, os/as nossos/as jovens estariam vivenciando o que Freire discute sobre a consciência crítica, que é alcançada “quando o homem compreende sua

realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções” (FREIRE, 1979, p.30)

Além dessa possibilidade de vivenciar ensino, pesquisa e extensão, os Projetos dos Cursos Técnicos Integrados, devem ser organizados a partir de uma carga horária mínima, que permita tratar os componentes curriculares da Base Comum e da Base Profissionalizante. Na recente Resolução que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação profissional e Tecnológica, no que tange à carga horária prevista para os cursos, conforme art 26, parágrafo primeiro, é de “um mínimo de 3.000 (três mil) horas, a partir do ano de 2021, garantindo-se carga horária máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas para a BNCC, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.” (BRASIL, 2021, p.10).

O período de duração dos cursos do EMI na Rede Federal, além de ser pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais é, também, norteado por diretrizes internas de cada IF, variando entre instituições, com cursos de duração de três anos, que para cumprirem a carga horária optam pelo ensino em tempo integral, e outros, com duração de quatro anos. Esses cursos prevêem Prática Profissional, que podem ser cumpridas através de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e/ou de Estágio Curricular Obrigatório.

Embora a perspectiva do EMI seja favorecer a formação integral que permita ao estudante “escolher”, ao final dos estudos, entre seguir no mundo do trabalho ou ingressar em níveis mais elevados de ensino, a realidade brasileira faz com que parte desses/as jovens, devido a situação de vulnerabilidade socioeconômica a que são submetidos/as, tenham que conciliar trabalho e educação, ainda na Educação Básica, levando-os/as, muitas vezes, ao abandono dos estudos e um ingresso no mundo do trabalho de forma precoce e precarizada.

Como ressaltam os autores Arroyo(2000) e Libâneo(2013), a defesa por uma escola pública democrática e de qualidade deve ser comprometida com a equalização de oportunidades educacionais, proporcionando a todos/as os/as jovens, dadas as condições econômicas e sociais desfavoráveis de um número significativo de estudantes que ingressam anualmente nas instituições escolares, uma formação cultural e científica necessárias para prosseguirem nos estudos ou para se inserirem no mundo do trabalho.

2.2 O PNAES Como Importante Política de Permanência nas IES

No sentido de apoiar financeiramente estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica, no que se refere ao direito pleno à educação, assegurando acesso, permanência e conclusão, foi aprovado, desde 2010, o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, através do Decreto N° 7.234, de 19 de julho, apresentando os objetivos a serem alcançados:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

São objetivos desafiadores, mas primordiais no processo de garantir condições de permanência, principalmente, aos jovens e adultos que, muitas vezes, abandonam a escola para apoiar suas famílias com o dinheiro de seu trabalho.

O relatório do TCU orienta que o PNAES deve oferecer atendimento aos estudantes em risco de evasão, apontando a necessidade de instituir instrumentos para atendimento prioritário direcionado a esse público em situação de vulnerabilidade: “constituir instrumento regulatório que, considerando as especificidades das instituições da Rede Federal, instrua os processos de seleção de bolsistas de assistência estudantil para o atendimento prioritário aos alunos com risco de evasão”(BRASIL, 2013, p.18-19).

No PNAES, em seu Art 3º, são definidas as grandes áreas de atuação: I- moradia estudantil; II - alimentação; III- transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Embora se configure em uma política com a finalidade de repassar orçamento para as Instituições de Ensino Superior (IES), essas áreas apresentam por si um caráter diverso e integral que essa política deve abarcar, para além do repasse financeiro, como pode ser conferido no documento, Art. 4º:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

O Plano repassa a autonomia para gerir as ações da política a cada IES, mas deixa claro que as instituições federais deverão fixar “mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”, no Art. 5º, parágrafo segundo, como, também, de que deverá prestar contas à comunidade sobre a implementação da normativa.

Esses mecanismos devem possibilitar um acompanhamento mais efetivo no processo de seleção e implementação dos auxílios e bolsas para que o atendimento às necessidades específicas de cada território em que a IES está inserida, aos estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica, em uma gestão mais assertiva desse orçamento, uma vez que o repasse financeiro não é suficiente para atender a toda a demanda.

Portanto, buscar uma gestão mais assertiva do orçamento, no que se refere ao recurso destinado aos discentes, é importante não só pelo fato de não haver um volume suficiente para atender a todos/as, mas, principalmente, para que a unidade escolar encontre caminhos para que o recurso chegue de forma mais célere e a quem de fato necessita.

Esse caminho perpassa pela construção de uma política interna que direciona os recursos financeiros para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e as necessidades de auxílios e bolsas que são sinalizadas por esse público, de uma ampla divulgação dessas possibilidades de auxílios e bolsas, de um processo seletivo que busque o rigor em atender a quem de fato necessita, de mecanismos de acompanhamento dos efeitos da política, de prestação de contas à comunidade do recurso utilizado e de uma avaliação processual e contínua do trabalho realizado para identificação dos (re)ajustes necessários na política.

Uma gestão transparente e assertiva dos recursos dessa política possibilita que a sociedade entenda a importância desse orçamento na vida desses/as estudantes, alimente a confiança em como está sendo empregado e de que a ampliação desse recurso possui impactos positivos na vida de jovens e adultos, que muitas vezes deixam a escola para ingressar, de forma precária, no mercado de trabalho.

Esta preocupação no acompanhamento aos estudantes em vulnerabilidade

socioeconômica também encontra-se expressa na estratégia 2.4, do Plano Nacional de Educação (PNE):

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (BRASIL, 2014-2024, P.20).

Diante do exposto, se reafirma a necessidade de zelar pelo direito pleno à educação, ou seja, acesso, permanência e êxito, principalmente, às pessoas que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, prevenir o fenômeno da evasão no EMI, através de monitoramento e acompanhamento a estudantes que sinalizam vulnerabilidades, são aspectos essenciais no processo de permanência.

2.3 Fenômeno da Evasão no EMI da Rede Federal de Ensino

O termo evasão vem do latim *evasione*, de *evadere*, ‘fugir, escapar’, de *ex-*, ‘fora’, mais *vedere*, ‘ir, caminhar’, significa desistência, ação de abandonar algo, escapar, fugir. No contexto escolar, ela é o final de um processo complexo, de um conjunto de fatores que direta ou indiretamente têm interferência para a decisão de abandonar a instituição (DOURADO,2016).

A evasão escolar em diferentes níveis de ensino é historicamente uma realidade do sistema educacional brasileiro, sendo necessário conhecer de forma mais detalhada e fidedigna suas origens e seu impacto na vida de milhares de estudantes (TEMP; COUTINHO,2020).

As pesquisadoras em evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica, Dore e Lüscher(2011) destacam que esse é um fenômeno complexo, multifacetado, por sofrer influência de uma série de fatores, os individuais, ligados ao estudante e sua família, os internos, ligados à instituição escolar, e os externos, ligados à comunidade, sociedade, e, por isso, ressaltam que não é suficiente examiná-lo em suas consequências e buscar soluções quando ele já tenha se manifestado, e ainda afirmam que esse fenômeno é “resultado de um processo complexo, no qual entrelaçam as variáveis individuais, institucionais e sociais.” Com isso, recomendam analisar a inter-relação entre esses fatores:

Variáveis individuais, institucionais e sociais, devem ser compreendidas nas suas particularidades, mas também nas suas inter-relações. Nesse sentido, a pesquisa sobre causas para a evasão escolar deve incluir, necessariamente, além das motivações individuais, os fatores associados à esfera de competência e de atuação da instituição escolar; por exemplo, as áreas tecnológicas em que os cursos são ofertados, as práticas pedagógicas, a programação das disciplinas, os programas de estágio e de outras práticas profissionais, os processos de avaliação, a formação docente, dentre outros aspectos (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 785).

Veiga e Bergiante(2016) corroboram com essa visão de Dore e Lüscher(2011) sobre a evasão escolar, ao afirmarem que “há uma variedade de fatores responsáveis que, concomitantemente, podem interferir na permanência do/a discente no ambiente acadêmico”(p.9). Nesse contexto, o fenômeno da evasão dificilmente se restringirá a apenas um parâmetro específico, mas a uma diversidade de fatores que se inter-relacionam.

No Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional (BRASIL, 2014), que foi elaborado em resposta ao relatório do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2013), as causas da evasão e da retenção são organizadas a partir dos três fatores destacados, que foram pautados nas pesquisas de Dore e Lüscher (2011), - os individuais, os internos às instituições e os externos às instituições. Essa mesma estrutura de fatores foi utilizada para a organização dos indicadores de evasão, que foram elaborados a partir das principais causas da evasão mapeadas nas produções científicas que serviram de base para esta pesquisa.

O estudo das causas da evasão escolar e a tomada de medidas preventivas estão fortemente ligados ao contexto de cada instituição de ensino (MARQUES *et al.*,2019). A identificação dos fatores que influenciam a evasão escolar e a atribuição de uma ordem de importância para estes fatores é um trabalho complexo, que está diretamente ligado à análise do conjunto de alunos/as (MANHÃES *et al.*,2012). Vale destacar que cada instituição deve identificar as causas do fenômeno em seu ambiente educacional (NAGAI; CARDOSO,2017).

Diante das exposições do/as autores/as sobre a evasão no EMI, fica evidente que é necessário a uma instituição preocupada em garantir o direito à educação, entender os fatores que tem levado estudantes a abandonarem a instituição, e, de posse dessas informações, encontrar caminhos para prevenir a evasão escolar. É nesse sentido que a proposta de um Protocolo para Permanência, capaz de identificar o risco de evasão de forma precoce, desde o ingresso do/a estudante na instituição, de apontar indicadores de evasão que requerem

atenção, correlacionando ações e serviços adequados, se apresenta como uma proposta interventiva pertinente à permanência.

2.4 Reflexões sobre a Permanência a partir de Pesquisas Desenvolvidas na Área

Dore e Lüscher (2011, p. 785) consideram que o abandono escolar e suas causas sejam pautas de discussões quando o assunto for política de expansão do ensino técnico, minimizando, assim, decisões “equivocadas ou onerosas”. Nesse sentido, o processo de escolha de áreas e eixos tecnológicos deve ser pautado em estudos investigativos dos arranjos produtivos e sociais locais, da demanda do mundo do trabalho e dos anseios dos usuários dos serviços institucionais, pois trata-se de uma situação decisiva para permanência ou não de educandos/as nas instituições de ensino profissionalizante.

No levantamento das referidas autoras sobre como precaver a evasão, há a sinalização de que “o encaminhamento mais adequado para o problema é a prevenção”, ou seja, a identificação precoce do problema e o acompanhamento individual daqueles que se encontram em situação de risco (DORE e LÜSCHER, 2022, p.777).

No sentido de buscar um acompanhamento focado, com o objetivo de assegurar o direito à educação, alicerçado na garantia do acesso e da permanência do/a estudante, através da identificação individualizada e específica, o referencial teórico pesquisado indica importantes caminhos, como pode ser conferido a seguir.

No olhar observador de Meira (2015, p. 103), a atuação da equipe multidisciplinar pode ser preponderante para o acompanhamento aos estudantes em risco de evasão. Embora a composição da equipe varie de um IF para outro, comumente ela é formada por pedagogos/as, psicólogos/as, assistentes sociais, nutricionistas, profissionais da saúde, profissionais do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE⁷, técnicos/as em assuntos educacionais, entre outros/as, que em articulação com os/as docentes, a gestão do *campus* e a família.

⁷ Ação do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais na Rede Federal de Educação Tecnológica (TEC NEP), com o objetivo de preparar a Rede Federal de Educação Tecnológica para a expansão da educação profissional destinada às pessoas com necessidades específicas, articulando as ações internas voltadas para a acessibilidade e ao desenvolvimento de uma cultura de respeito à diversidade e eliminação de barreiras. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/anaisseminarionacionaltecne2005.pdf>

Essa equipe promove o acompanhamento efetivo das atividades acadêmicas dos/as educandos/as, com o propósito de identificar situações de entraves no processo de permanência, sejam de ordem cognitiva, de saúde, financeira e/ou emocional para as possíveis intervenções intraescolares ou através de parcerias com a rede de assistência municipal e estadual, quando necessário e possível.

No relatório do TCU, Brasil (2013, p.17), quando destaca as medidas de combate à evasão, sinaliza-se a necessidade de detectar os/as estudantes em risco de evasão para efetivo acompanhamento dos programas de assistência estudantil das IEs. O recurso repassado pelo governo federal, que não é suficiente para atender a demanda, pode ser usado com maior efetividade, a partir de uma seleção direcionada.

Essa seleção pode ser potencializada com divulgação extensiva dos programas de repasse financeiro ao estudante e das orientações necessárias para participação de forma clara, não só aos estudantes, como seus familiares; com maior celeridade no processo seletivo (análise documental, entrevista e visitas) e com um acompanhamento na matrícula dos ingressos, observando as situações de vulnerabilidade iniciais, como as de acesso - dificuldade com transporte ou moradia⁸.

Nesse sentido, um Proposta para Permanência, que promova um diagnóstico do grau de influência que um indicador possui no risco de evasão do/a estudante, no início do curso, permitindo que a equipe/comissão de acompanhamento direcione serviços e ações, de acordo com a demanda apresentada - se de cunho socioeconômico, emocional ou cognitivo - agindo estrategicamente na gestão dos recursos financeiros e profissionais, se torna uma metodologia potente na prevenção à evasão.

O processo de acompanhamento direciona o olhar da equipe para aqueles/as que mais necessitam, a estudantes que se apresentam em risco de evasão. Esse olhar sensível e orientado requer ações efetivas de formação continuada e permanente, em que as pessoas envolvidas no monitoramento possam se debruçar sobre as práticas educativas, construindo novos sentidos, como bem salienta a pesquisadora Meira (2015):

⁸ O IFBA Seabra possui uma residência estudantil em parceria com a prefeitura de Seabra, que possibilita apoiar estudantes que residem em comunidades rurais de difícil acesso, como também, estabeleceu acordo para disponibilização de transporte escolar gratuito.

[...] que todos os envolvidos estejam sensibilizados com a problemática da evasão escolar e tenham a oportunidade de formação continuada em serviço para que busquem estratégias que assegurem a permanência e o sucesso da aprendizagem dos estudantes ainda matriculados na instituição de acordo com a necessidade de cada um, a partir da oferta de assistência estudantil, bolsas de estudo e monitoria, assistência sócio educacional, reestruturação das disciplinas e ressignificação do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido em sala de aula, dentre outros (MEIRA, 2015, p. 103).

A autora indica importantes pistas de como estruturar uma proposta educacional voltada para permanência, destacando a sensibilização e a formação continuada em serviço como uma etapa fundamental para fortalecimento da equipe, que será responsável por buscar caminhos para (re)estruturar e direcionar ações e serviços que preventivamente promovam a permanência e êxito do/a estudante.

Nesse sentido, se reafirma a necessidade de diagnosticar o risco de evasão do/a discente no ingresso do curso e a capacidade de direcionar assertivamente os recursos profissionais e financeiros, com intervenções adequadas a cada necessidade, articulando processos de acompanhamento e avaliação como estratégias relevantes para permanência escolar.

2.5 Monitoramento e Avaliação em Projetos Educacionais

Monitoramento e avaliação devem ser entendidos como atividades indissociáveis, que devem servir para o acompanhamento de processos e de resultados, porém, cada uma delas possui suas especificidades que devem ser entendidas separadamente para nos apropriarmos de como essas situações se complementam e se associam dentro de programas, projetos, ações e, para isso, Lück (2013) apresenta cada conceito e como ocorre essa fusão, descrevendo o monitoramento como:

[...] o conjunto de ações de gestão de planos, programas e projetos, baseado na coleta, sistematização, registro, análise e interpretação de dados, que permite conhecer objetivamente como, até que ponto e em que medida ocorre o processo planejado, visando a efetivação e o conhecimento do processo, de modo a corrigi-lo quando necessário e a contextualizar e explicar os resultados por eles obtidos (LÜCK, 2013, p. 73-74).

O processo de monitoramento no Protocolo para Permanência servirá para verificar se o desenvolvimento das intervenções está sendo adequado, em tempo e ritmos suficientes,

face aos resultados pretendidos, possibilitando identificar forças e fraquezas, condições de sucesso e limitações, durante a implementação das estratégias.

Para a compreensão da avaliação, Lück (2013) faz a seguinte definição:

A avaliação se constitui no processo de medida, descrição, análise e interpretação dos resultados obtidos pela implementação de ações educacionais planejadas. Por resultado, entende-se a melhoria, o impacto, a transformação ou inovação obtida por ações realizadas. (LÜCK, 2013, p.74).

De acordo com a autora, a avaliação tem um papel primordial que é apresentar os resultados dos programas, prestar contas do trabalho efetivado, compromisso que deve ser assumido por todas as pessoas que realizam tarefas de natureza pública e social, tanto durante o processo, pois servirá para promover os ajustes necessários, quanto ao final, para entender os impactos das ações.

Com o entendimento separado desses dois aspectos, Lück (2013, p.78) ressalta sua complementaridade: “Juntos, monitoramento e avaliação representam a atenção e o cuidado em determinar e garantir a efetividade de ações e programas educacionais pela associação entre objetivos, processos e resultados.”

Nesse sentido, o monitoramento seria responsável por aferir a eficiência das ações de implementação e de execução de um plano para obter os resultados pretendidos, enquanto a avaliação tem o papel de medir a eficácia, isto é, os resultados obtidos por esses processos. Portanto, a efetividade de um programa seria a ação conjunta e articulada entre monitoramento e avaliação que, antes de tudo, são complementares e possuem uma única finalidade: buscar a melhoria contínua das ações, como destaca a autora Lück (2013):

Monitoramento e avaliação são processos organizados de coleta, análise e interpretação regular e contínua de dados e informações sobre todos os aspectos relevantes das ações educacionais planejadas, realizados de modo a estabelecer relação entre práticas e resultados, com o objetivo de subsidiar os profissionais e responsáveis pela sua realização, com informações necessárias para melhoria e maior efetividade das mesmas (LÜCK, 2013, p.66).

Esse processo de análise do que foi planejado e do que efetivamente foi executado, em muitas situações é destituído de valor pela forma como é tratado, apenas como cumprimento de tarefa, porém, são etapas essenciais para ajudar a alavancar a qualidade do

trabalho educacional em um contexto democrático e participativo. No entanto, deve-se elucidar aos envolvidos nesse processo que em todo trabalho de cunho público e social, regido por princípios democráticos e participativos, há que se prestar contas do que é desenvolvido, como ocorreu, com qual objetivo, quais os resultados alcançados.

Enfim, para responder à sociedade se os anseios estão sendo atendidos, não há uma outra forma, senão, acompanhando os processos e resultados de maneira sistemática, como descreve Lück, 2013:

O monitoramento e avaliação são processos que realizam a partir do mapeamento e análise de informações necessárias: na compreensão da realidade e de seus diferentes aspectos; na orientação do trabalho coletivo; na integração de ações diversas; no conhecimento das melhores práticas; na compreensão dos fatores que contribuem para essa melhoria, e no entendimento do que precisa ser melhorado e como (LÜCK, 2013, p. 106).

Esse processo sistemático de monitoramento e avaliação aqui apresentados, possibilitou refletir sobre as fases e instrumentos que irão compor o Protocolo para Permanência, de modo que esses processos permitam um acompanhamento processual e contínuo do/a estudante em risco de evasão, assim como uma participação efetiva da comunidade em cada etapa do trabalho a ser desenvolvido e a prestação de contas dos resultados planejados e os alcançados.

3. METODOLOGIA

A metodologia foi pautada em uma pesquisa de natureza analítico propositiva, que se constitui como elemento basilar das pesquisas realizadas nos mestrados profissionais, em que partiu de uma análise da literatura sobre a temática evasão e permanência escolar na última década (2011 a 2020), através do Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL), cuja interpretação, baseada na experiência profissional e pessoal da pesquisadora, assim como, nas trocas de saberes proporcionados nos espaços de orientação, permitiu modelar o Produto Educacional.

3.1 Metodologia da Pesquisa

O caminho metodológico foi caracterizado quanto à abordagem, como quantitativa e qualitativa. De acordo com Minayo e Sanches (1993), do ponto de vista social, a primeira busca revelar índices, dados, indicadores, tendências perceptíveis, com o objetivo de categorizar e produzir explicações através das variáveis, já a segunda busca investigar de forma aprofundada os fatos, os fenômenos, os processos particulares ou específicos.

Segundo Minayo e Sanches (1993) “se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória”. Os autores afirmam que é justamente ao contrário, que as relações sociais devem ser analisadas e investigadas em seus “significados mais essenciais”. Nesse sentido, a análise quantitativa pode apresentar questões a serem aprofundadas qualitativamente, ou o inverso, em uma relação dialética de dependência mútua (MINAYO e SANCHES, 1993, p.247).

Gatti (2012, p.15) corrobora com essa complementaridade das duas abordagens, ao explicar que, “os estudos com base quantitativa à reflexão no campo da educação só se produzem com efetividade quando os dados se compõem com teoria, conhecimento de contexto e interpretações qualitativas.”

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória-descritiva, que, segundo Severino (2007), busca levantar informações sobre um determinado objeto. Além disso, as pesquisas exploratórias, explica Gil (2008), constituem a primeira etapa de uma investigação mais

ampla, em que o produto deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

O procedimento de pesquisa utilizado foi o bibliográfico, através do Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL), que permitiu conhecer o estágio das publicações na área de evasão escolar e permanência, no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado, na Rede Federal de Educação, no período de 2011-2020, lapso temporal que possibilitaria uma análise dos resultados da Rede, reconfigurada a partir da perspectiva de uma política pública de expansão territorial, comprometida com a redução das desigualdades sociais e regionais.

Para Medeiros (2011), “a pesquisa bibliográfica significa o levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar”, Severino (2007), complementa afirmando que a pesquisa bibliográfica se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores e o/a pesquisador/a trabalha a partir de tais contribuições, corroborando com essas visões, Gil (2008, p.60) afirma que no desenvolvimento de uma pesquisa, é imprescindível a consulta a materiais adequados para definição de conceitos, para fundamentação teórica e para “identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado.”

Para definir o estado da arte com base confiável e sólida ao trabalho, que possibilitasse realizar um estudo cuidadoso sobre as causas da evasão escolar no EMI da Rede Federal para elaboração de indicadores de evasão, optou-se pelo mapeamento sistemático da literatura (MSL), que trata de uma metodologia para realizar revisão bibliográfica da literatura e que encontra-se descrita a seguir.

3.2 O Mapeamento Sistemático da Literatura(MSL)

O Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) trata-se de uma metodologia para realizar revisão bibliográfica da literatura de forma organizada e sistemática (SCHIEHL; GASPARINI, 2017). O MSL é apoiado pelas diretrizes de Petersen *et al.*(2008) e Kitchenham e Charters (2007) que, por meio de etapas bem definidas, possibilita uma visão ampla, mas também de profundidade dos estudos que se tem desenvolvido em certa área. Além disso, o MSL abrange os aspectos quantitativos dos estudos, permitindo identificar as tendências de pesquisas (PETERSEN *et al.*,2008).

Conforme Schiehl e Gasparini (2017), o método de MSL propõe a determinação de algumas questões de pesquisa e, a partir destas questões, o levantamento dos dados necessários para respondê-las, orientando, a leitura e seleção das produções científicas. Além das questões de pesquisa, é necessário estabelecer critérios de inclusão e exclusão para seleção das produções acadêmicas, que devem ser determinados no início da pesquisa. Ao conjunto de perguntas e critérios de inclusão e exclusão dá-se o nome de protocolo de pesquisa (PETERSEN *et al.*, 2008).

3.2.1 Questões de pesquisa para o MSL

O objetivo da leitura da bibliografia selecionada, foi identificar as causas relacionadas à evasão escolar e as propostas de permanência no ensino técnico de nível médio integrado, através do Mapeamento Sistemático de Literatura - MSL, em trabalhos acadêmicos publicados no período de 2011 a 2020. Com esse propósito, o mapeamento buscou responder às seguintes questões:

- Q1: Qual o volume de publicações entre 2011 e 2020 e quantos são da Rede Federal de Educação?
- Q2: Quantos trabalhos tratam sobre a evasão, permanência ou evasão e permanência?
- Q3: Quais os tipos de produções científicas⁹ encontradas na área de evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado?
- Q4: Quantos trabalhos abordam as causas da evasão e apresentam propostas/ações/reflexões sobre a permanência?
- Q5: Quais trabalhos tratam do Ensino Técnico de Nível Médio Integrado, apresentando causas de evasão e propostas para permanência?
- Q6: Quais causas de evasão são apresentadas nos trabalhos selecionados?

Estas questões foram formuladas com o propósito de identificar, no cenário de produção científica sobre a temática em estudo, trabalhos disponíveis na Plataforma de Periódicos CAPES e no *Google Acadêmico* que investiguem as causas da evasão escolar e apresentem propostas de permanência.

⁹ Artigo; TCC de Graduação; TCC-Especialização; Dissertação; Tese e Livro ou Capítulo

3.2.2 Processo de busca

Para responder às questões levantadas foi necessário definir onde e como seria o processo de busca. Com isso, os repositórios *onlines* escolhidos (cf. Quadro 01) foram o *Google Acadêmico*, por possuir em sua base de dados mais de 100 milhões de trabalhos indexados, e o Portal de Periódicos da CAPES, por ser uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica. O Portal de Periódicos da CAPES encerrou o ano de 2019 com 49.247 revistas científicas disponíveis em seu acervo, 331.565 documentos - dentre livros, relatórios e outros materiais monográficos - e conta com 426 instituições participantes ativas (BRASIL,2019).

Quadro 1 – Endereços eletrônicos dos repositórios de busca.

Nome do repositório	Endereço eletrônico
Periódicos CAPES	https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/
<i>Google Acadêmico</i>	https://scholar.google.com.br/

Fonte: Própria autora.

O próximo passo foi definir os argumentos (*strings*) de busca que retornassem trabalhos relacionados à evasão e permanência de estudantes do Ensino Técnico de Nível Médio Integrado. Este foi um processo moroso, que consistiu em vários testes nos mecanismos de buscas acadêmicos.

Quadro 2 – *String* de busca.

<i>String</i> de busca utilizado	
Periódicos CAPES	((Evasão <i>OR</i> evasão escolar <i>OR</i> abandono <i>OR</i> desistência) <i>AND</i> (ensino médio integrado) <i>NOT</i> (graduação <i>OR</i> Universitário <i>OR</i> jovem e Adultos <i>OR</i> pronatec <i>OR</i> proeja))
<i>Google Acadêmico</i>	(Evasão <i>OR</i> evasão escolar <i>OR</i> retenção <i>OR</i> permanência) <i>AND</i> "ensino médio integrado-graduação -Universitário -"jovem e Adultos-pronatec -proeja

Fonte: Própria autora.

3.2.3 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão e exclusão, demonstrados no Quadro 2, foram utilizados para direcionar o assunto escolhido e excluir trabalhos não relevantes às questões da pesquisa (PETERSEN et al., 2008).

Critérios de inclusão

1. CI1 - Produções científicas publicadas entre 2011 até 2020.
2. CI2 - Produções científicas publicados com *download* de forma gratuita;

Critérios de Exclusão

1. CE1 - Produções científicas que não contenham no título as seguintes *strings*: evasão OU abandono OU permanência.
2. CE2 - Produções científicas não relacionadas ao Ensino Médio Integrado como: graduação ou jovens e adultos.
3. CE3 - Leitura dos resumos e seleção dos trabalhos que apresentam propostas/ações/reflexões para permanência escolar.

3.2.4 Seleção das produções acadêmicas

Nesta fase da pesquisa, foi mapeado o conhecimento acerca da evasão escolar e da permanência no ensino técnico de nível médio integrado, através de Mapeamento de Literatura, que veio ao encontro da necessidade em compreender o quanto se tem investigado a respeito da temática “evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado”, com vistas a auxiliar na composição do Produto Educacional na área da permanência escolar, para o Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, o ProfEPT, assim como, colaborar com pesquisadores/as no desenvolvimento de estudos futuros, a partir desse estado da arte da literatura.

Assim, após a seleção dos trabalhos conforme critérios iniciais de inclusão e exclusão, foi realizada uma segunda etapa, que consistiu numa nova seleção a partir do título e exclusão dos trabalhos em duplicidade. Na terceira etapa, foram lidos os resumos e os resultados, excluindo as pesquisas que não tratavam da temática evasão e permanência no ensino técnico de nível médio integrado, o que resultou em 11 publicações, que foram analisadas por completo.

3.3 Plano de Desenvolvimento do Produto Educacional

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica tem como requisito básico para conclusão, a construção de um Produto Educacional que apresente aplicabilidade a uma situação de intervenção. Nesse sentido, buscou-se elaborar um produto sobre permanência escolar, que fosse capaz de identificar o risco de evasão de forma precoce, ainda no ingresso do/a estudante na instituição, de apontar os indicadores de evasão que requerem atenção, tornando, assim, o processo de prevenção à evasão tanto mais eficaz, como também mais eficiente, uma vez que acionando as intervenções necessárias a cada estudante e indicando a prioridade de execução, também contribuirá para otimização de recursos financeiros e/ou profissionais.

No primeiro momento, para a organização do Produto Educacional, foram selecionadas produções acadêmicas na área de educação que atendessem ao recorte proposto neste trabalho dissertativo - abordar as causas da evasão escolar e serviços e ações de permanência nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado da Rede Federal de Educação na última década - 2011 a 2020 e realizadas as leituras e as anotações¹⁰.

Os dados desses estudos foram dispostos em uma planilha, que conferiu maior clareza no entrelaçamento de informações extraídas dessas pesquisas - indicadores de evasão, sugestões de ações de permanência, questões para composição do questionário e trechos da bibliografia estudada que apoiaram as discussões. Esse caminho possibilitou, também, refletir sobre os processos e os instrumentos que poderiam compor o Produto Educacional, que receberia o nome de Protocolo para Permanência. Essa planilha foi organizada em 6 (seis) campos, descritos a seguir.

Campo 1- Fator de evasão

Nesse campo foram dispostos os três fatores que influenciam a evasão: os individuais, ligados ao estudante e sua família; os internos à instituição, ligados à instituição

¹⁰ Para organização da leitura, foi utilizado o Mendeley, que é um software livre, que gerencia referências bibliográficas, muito útil no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos. Esta ferramenta facilita a organização de produções acadêmicas, permite fazer anotações, citações e criar referências bibliográficas de acordo com diversos padrões mundiais, incluindo a ABNT. É compatível com o Microsoft Word e o LibreOffice. Link para acesso: www.mendeley.com/downloads.

escolar e os externos à instituição, ligados à comunidade/sociedade. Esses fatores são destacados na pesquisa de Dore e Lüscher (2011), e embasaram o diagnóstico realizado na Rede Federal de Educação Profissional, que buscou entender o fenômeno da evasão e da retenção e as medidas para combatê-lo, realizado entre agosto de 2011 e abril de 2012 (BRASIL, 2013).

Campo 2 - Dos indicadores de evasão

Nessa coluna foram dispostos os 09 (nove) indicadores de evasão, que foram elaborados a partir das 43 (quarenta e três) principais causas da evasão mapeadas nas produções acadêmicas.

A distribuição dos indicadores na planilha permitiu um olhar específico para cada um deles, levantando os serviços e as ações correspondentes, que pudessem dirimir aquela situação apresentada; como, também, buscar na revisão da literatura as contribuições de pesquisadores e pesquisadoras sobre cada um deles, além de, no decorrer da escrita, perceber a necessidade de criar códigos que apoiassem a identificação visual de cada fator, de organizar um diagrama, com a perspectiva de facilitar o manuseio das informações pela equipe/comissão de acompanhamento.

Campo 3 - Ações e serviços de permanência

Esse campo da planilha foi pautado nas proposições e reflexões encontradas no mapeamento das 11 (onze) produções acadêmicas sobre EMI, na experiência de 10 (dez) anos como pedagoga no IF, como membro de equipe multidisciplinar, como também, no trabalho com a assistência estudantil e, ainda, nas novas possibilidades que foram surgindo nos constantes diálogos de orientação durante esta pesquisa.

Para cada indicador foi distribuída uma lista com esses serviços e ações levantados, em que foi observado que alguns deveriam constar em diferentes indicadores, então, surgiu a necessidade de, ao invés de uma lista, agrupar essas estratégias de permanência pelo propósito. Com isso, foram organizados 5 (cinco) grupos, que direcionam aos indicadores de evasão correspondentes.

Além disso, como cada instituição possui uma série de especificidades, como a composição do quadro de profissionais, número de discentes, cursos ofertados e, também, o contexto social e cultural do território em que está inserida, busca-se uma metodologia que permita à equipe/comissão de acompanhamento classificar os serviços e ações, de forma que pudesse lançar mão das que a escola já promove com êxito, e também, perceber a necessidade de implantação de novas estratégias. Com esse propósito, pretende-se construir um instrumento inspirado na metodologia de análise *SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats)*, que na sua tradução é força, fraqueza, oportunidade e ameaça e será apresentada na seção 3.3.1.

Pensada a classificação dessas ações e serviços, surgiu a necessidade de um instrumento que pudesse sistematizar o acompanhamento, indicando os/as profissionais responsáveis pela implementação, os prazos e as dificuldades para execução. Com isso, pretende-se estruturar uma ficha de acompanhamento ao discente, que pode ser disponibilizada em uma plataforma de serviço de armazenamento e sincronização de arquivos, para que os/as envolvidos/as consigam monitorar as informações e tomar decisões de forma mais célere.

Campo 4 e 5 - Questões para identificar ou refutar risco de evasão

Nesse item foram elaboradas cinco questões para cada indicador. As questões ímpares (1, 3 e 5) buscarão confirmar a influência do indicador de evasão e as duas pares (2 e 4), com a intenção de contrapor às questões ímpares. Essa técnica é baseada no questionário *System Usability Scale (SUS)*, que será apresentado na seção 3.3.2 e tem o propósito de diminuir a possibilidade de respostas ao acaso e, assim, refutar e/ou reafirmar o risco de evasão. Embora o número de questões pares seja menor que as ímpares, essa diferença não impacta no resultado, pois cada questão tem o mesmo peso e a mesma variação de resposta.

Mesmo com esse cuidado na elaboração, outras situações podem interferir na resposta do/a estudante, como a preocupação em cumprir com o que se espera dos resultados ou de perceber que há um possível ganho com um determinado tipo de resposta/pontuação, então, a instituição pode gerar um código para ser atribuído às questões de um mesmo indicador(as pares e ímpares), de modo que ao misturá-las para uma maior confiabilidade nas

respostas, o sistema utilizado consiga identificar e realizar o cálculo, conforme o indicador correspondente.

As citadas perguntas serviriam para compor os questionários diagnósticos a serem preenchidos pelo/a educando/a, com a finalidade de identificar qual o grau de influência do risco de evasão, além disso, esse instrumento deve favorecer um menor esforço da equipe/comissão de acompanhamento no tratamento dos dados. Esse processo de diagnóstico seria composto por um questionário inicial, a ser aplicado, preferencialmente, no ato da matrícula, e um de percurso, a ser aplicado no decorrer da unidade para avaliar se a situação inicial observada persiste ou se houve alteração.

Campo 6 - Discussão dos/as autores/as sobre as causas da evasão

Nesse campo, foram destacados trechos das onze produções acadêmicas analisadas e de outros/as autores/as que discutiam os motivos/causas da evasão mapeadas para, assim, otimizar a análise e a discussão da respectiva problemática.

3.3.1 - Planejamento Estratégico e Análise SWOT

Muito antes de surgirem as organizações, conhecer a si próprio se tornou uma grande ferramenta no planejamento e na estratégia de grandes organizações, e que foi algo de extrema importância para superar obstáculos e alcançar o objetivo almejado (FERNANDES *et al.*, 2015).

Tzu (2019) propõe as oportunidades e as ameaças da seguinte forma:

Conhece teu inimigo e conhece a ti mesmo, se tiveres cem combates a travar, cem vezes será vitorioso. Se ignoras teu inimigo e conheces a ti mesmo, tuas chances de perder e de ganhar serão idênticas. Se ignoras ao mesmo tempo teu inimigo e a ti mesmo, só contarás teus combates por tuas derrotas (TZU, 2019).

Nos últimos anos, as instituições, sejam públicas ou privadas, têm buscado melhorar cada vez mais seus processos internos, visto que conhecer onde se encontra - diagnóstico da realidade com dados - e qual a perspectiva futura - onde se quer chegar - são etapas

fundamentais para tomar decisões mais assertivas, selecionar os meios mais adequados e os recursos financeiros ou de pessoal necessários para atingir suas metas, seus objetivos.

Essas são etapas primordiais, e, saber analisar quais os pontos fortes, os fracos, as ameaças e as oportunidades se tornou uma ferramenta chave para a melhoria dos processos de gestão. Por isso, muitas instituições educacionais vêm adotando o planejamento estratégico como instrumento para melhorar os processos de gestão administrativa e pedagógica, norteando a instituição no enfrentamento dos desafios que são impostos anualmente, como os cortes financeiros e o desempenho acadêmico - evasão, retenção, reprovação.

O planejamento estratégico, segundo Oliveira (2002), pode ser definido como:

“A ação ou o caminho mais adequado a ser executado para alcançar, preferencialmente desafios e metas estabelecidos, no melhor posicionamento da empresa perante seu ambiente. É importante procurar estabelecer estratégias alternativas para facilitar as alterações dos caminhos ou ações de acordo com as necessidades” (OLIVEIRA, 2002).

No planejamento estratégico a análise de cenários é de suma importância para o diagnóstico de uma organização/Instituição. A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*), que na sua tradução é força, fraqueza, oportunidade e ameaça (FERNANDES *et al.*, 2015), trata-se de uma técnica da área administrativa, mas que tem sido bastante utilizada pela gestão, no planejamento das instituições escolares, na produção dos documentos norteadores como o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento Institucional(PDI), por exemplo.

Nos dias de hoje não se pode deixar de realizar a avaliação diagnóstica para conhecer o comportamento da instituição, perceber as características internas e externas, entender a condição em que se encontra, saber onde quer chegar, para a tomada de decisões assertivas, com a finalidade de cumprir sua missão institucional com sucesso.

Nessa perspectiva, a análise SWOT é uma ferramenta que proporciona ao gestor/a perceber como está sua instituição, conhecendo e estudando o seu comportamento.

Na concepção de Oliveira (2002) a análise SWOT é definida da seguinte forma:

- **Ponto forte** é a diferenciação conseguida pela organização – variável controlável – que lhe proporciona uma vantagem operacional no ambiente organizacional.
- **Ponto Fraco** é a situação inadequada da organização – variável controlável –

que lhe proporciona uma desvantagem operacional no ambiente organizacional.

- **Oportunidade** é a força ambiental incontrolável pela organização, que pode favorecer sua ação estratégica, desde que conhecida e aproveitada, satisfatoriamente, enquanto perdura.
- **Ameaça** é a força ambiental incontrolável pela organização, que cria obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderá ou não ser evitada, desde que reconhecida em tempo hábil.

A Matriz SWOT ou FOFA, como é denominada no Brasil, deve ser composta de forma que os quadrantes superiores sejam dispostos os fatores internos (forças e fraquezas) e nos quadrantes inferiores os fatores externos (oportunidades e ameaças). Os fatores positivos (forças e oportunidades) devem estar posicionados nos quadrantes à esquerda e os negativos (fraquezas e ameaças) à direita, conforme Figura 4.

Figura 4 – Matriz SWOT



Fonte: CASAROTTO, 2019.

Essa avaliação permite dar continuidade ao que realiza de forma exitosa e que são considerados pontos fortes, identificar meios para fortalecer os pontos fracos, aproveitar as oportunidades e mitigar as ameaças externas, observando as ameaças de maneira inteligente para que a organização as aproveite como fator de melhoria, ou seja, busque alternativas e soluções criativas para tratá-las.

Dessa forma, essa metodologia de planejamento serviu de inspiração para a organização de dois instrumentos que irá compor o Protocolo para Permanência, o Quadro 3,

em que a instituição escolar atribui peso aos indicadores, de acordo com as causas de evasão escolar e o Quadro 4, em que a escola fará a classificação das ações em fortes - aquelas que realiza de forma exitosa - ou fracas e inexistentes - aquelas que necessitam de apoio financeiro e de pessoal para melhoria ou implantação.

3.3.2 - Metodologia para o questionário - *System Usability Scale (SUS)*

A escala SUS foi desenvolvida em 1986, por John Brooke, no laboratório da *Digital Equipment Corporation*, no Reino Unido, e trata-se de um questionário composto por 10 itens, com 5 opções de respostas (SAURO, 2012 *apud* BOUCINHA; TAROUCO, 2013).

O questionário SUS é uma tecnologia independente muito utilizada para avaliar o uso de *softwares* e foi testado em *hardware*, *software* de consumo, sites, telemóveis, URAs e até as páginas amarelas, tornando-se um padrão da indústria com referências em mais de 600 publicações (SAURO, 2009, s/p).

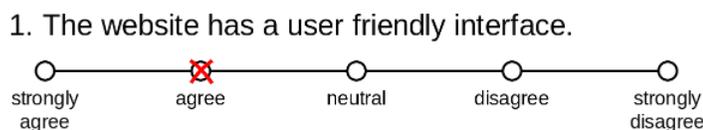
A *System Usability Scale (SUS)* é uma alternativa que pode ser utilizada para avaliar a usabilidade de uma variedade de produtos ou serviços e apresenta características que torna o uso atrativo, quais sejam:

- Composto por apenas dez afirmações, onde as questões pares apresentam uma contradição. É relativamente rápido e fácil para os participantes do estudo concluírem e para os administradores pontuarem;
- Não proprietário: rentável para uso e pode ser pontuado muito rapidamente, imediatamente após a conclusão;
- Independente de tecnologia: pode ser usado por um amplo grupo de profissionais de usabilidade para avaliar praticamente qualquer tipo de interface de usuário;
- Pontuação única: variando de 0 a 100, sendo relativamente fácil de entender por uma ampla gama de pessoas de outras áreas que trabalham em equipes de projeto.

No estudo realizado por Bangor *et al.* (2009), os resultados de 2.324 pesquisas do SUS em 206 testes de usabilidade coletados ao longo de um período de dez anos apontaram que a técnica era altamente confiável ($\alpha = 0,91$) e útil em uma ampla gama de tipos de interface (Bangor *et al.* 2009).

O respondente do questionário SUS assinala sua resposta numa escala *Likert* que varia de - “Discordo totalmente” a “Concordo totalmente” - , que pode ser observado na Figura 5 original e em inglês.

Figura 5 – Escala *Likert* de 5 pontos



Fonte: BOUCINHA; TAROUCO, 2013.

Pesquisadores/as têm utilizado a escala *Likert* e realizado variações, aplicando um adjetivo (bom, ruim, excelente, etc.) ou uma escala de 1 a 5 ou ícones coloridos, que tem conferido às pesquisas um tom mais atraente e familiar para os entrevistados, pois é facilmente entendida, e também, proporciona uma maior celeridade no trabalho dos profissionais que atuam na coleta das informações e na tabulação dos resultados.

Essas variações podem ser conferidas em estudos, como o de Sales (2018), que adaptou a escala *Likert* para a construção dos *Learning Vectors*, o de Albuquerque *et al* (2019), que adaptou a escala para gifs animados e o de Forçan *et al.* (2021) que usou o questionário SUS e a Lógica Paraconsistente Anotada Evidencial para demonstrar a contradição das questões pares.

A seguir, é apresentado o resultado da pontuação obtido com o questionário SUS:

- Para as perguntas ímpares (1, 3, 5, 7, 9), subtraia 1 da pontuação que o usuário respondeu.
- Para as perguntas pares (2, 4, 6, 8, 10), subtraia 5 (5-X) da pontuação que o usuário respondeu.
- Some os valores das 10 perguntas e multiplique por 2,5.
- Os resultados do questionário variam de 0 a 100.

O cálculo se dá pela equação 3.1:

$$\left[\sum_{n=1}^5 (U_{2n-1} - 1) + (5 - U_{2n}) \right] * 2,5 \quad (3.1)$$

Em que:

- n - Número da questão;
- U_{2n-1} - Questões ímpares;
- U_{2n} - Questões pares;

Por ser um método maduro, a comunidade de pesquisa conseguiu estabelecer índices de referência. Assim, a média do *System Usability Scale* é de 68 pontos. Isso implica dizer que valores entre 60 e 70 pontos, que são próximos à média, são considerados aceitáveis, mas podem ser melhorados. Os valores abaixo de 60 pontos não apresentam grau de usabilidade, e por fim, os valores acima da média representam uma ótima usabilidade (BROOKE, 1996 apud FORÇAN *et al.*, 2021).

O método do questionário SUS será adaptado para os questionários diagnósticos propostos para o Produto Educacional, de modo que facilite o processo de identificar o grau do risco de evasão que o/a estudante pode apresentar no ingresso do curso, assim como, diminuir o trabalho de tabulação dos dados pela equipe/comissão de acompanhamento.

Essa etapa da metodologia, o planejamento do Produto Educacional foi importante para delinear a estrutura do Protocolo para Permanência, levando a pensar em 04 (quatro) fases - Organização Institucional, Avaliação Institucional, Diagnóstico Discente e Acompanhamento Discente, pois foi possível perceber que somente os 5 (cinco) instrumentos de diagnóstico, acompanhamento e avaliação seriam insuficientes para composição da proposta.

Nesse planejamento, também foi importante refletir sobre as representações que poderiam compor a equipe/comissão de acompanhamento, quais pessoas, profissionais, como a instituição mobilizaria e sensibilizaria a comunidade escolar, como seria o processo de

monitoramento e avaliação, além disso, foram organizados resumos através de diagrama e fluxograma, para sistematizar processos e facilitar a compreensão do/a leitor/a. Essas fases e instrumentos estão descritos no capítulo 5, em que é apresentado o Produto Educacional.

3.4 Planejamento de validação do Protocolo para Permanência

Para validação do Produto Educacional, foi pensado em profissionais que atuassem diretamente com o processo de permanência estudantil, para que pudessem avaliar se o Protocolo para Permanência atenderia ao propósito que foi criado, assim como, se haveria necessidade de qualificar os processos e instrumentos que o compõem.

Com essa finalidade, foi escolhida a Comissão de Permanência e Êxito do IFBA Seabra, composta por representações dos vários segmentos que compõem a comunidade escolar: Assistência Social, estudantes e egressos, professores/as, Coordenações dos Cursos, Setor Técnico-Pedagógico, Direção Acadêmica, Direção Administrativa, Setor de Saúde e NAPNE.

Essa comissão foi constituída, através de portaria, com o propósito de implementar políticas institucionais de permanência e êxito no âmbito do IFBA, a partir dos seguintes objetivos: Identificar riscos institucionais à permanência e ao êxito das(os) estudantes; Socializar dados e indicadores, focalizados e gerais, de desempenho das(os) estudantes; Refletir, com toda a comunidade acadêmica, sobre os dados e os indicadores de desempenho estudantil, bem como sobre os riscos institucionais à permanência e ao êxito das(os) estudantes; Propor e fomentar ações, projetos e programas estruturantes e articulados para a promoção da permanência e do êxito, principalmente para alcançar os grupos mais vulneráveis do corpo discente e Monitorar a política de permanência e êxito.

Escolhidos/as os/as avaliadores/as, foi solicitada à comissão um espaço para apresentação do Protocolo para Permanência e ao final da explanação, foi aplicado um formulário *on-line*, composto por questões objetivas e abertas, estruturadas a partir de três dimensões, sendo elas : Concepção, Aplicabilidade e Inovação.

A dimensão Concepção buscou avaliar se a metodologia elaborada e os instrumentos propostos estariam coerentes com a finalidade do Protocolo, que é identificar se o/a estudante

ao ingressar no EMI, apresenta risco de evasão e quais os serviços e ações de permanência seriam mais adequados para minimizá-lo.

Já a dimensão Aplicabilidade, avaliou a capacidade que a metodologia possuiria de se adaptar a diferentes realidades, de forma integral e/ou parcial, para diferentes sistemas, se contém aspectos que podem ser abordados em distintos contextos.

Na dimensão Inovação analisou se o Produto Educacional proposto baseia-se em algo novo ou na reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados do Mapeamento Sistemático de Literatura, com a compilação das causas de evasão encontradas nas 11 (onze) produções acadêmicas, que alicerçaram a construção dos 09 (nove) indicadores de evasão, que embasaram a proposta do Protocolo para Permanência e será apresentado no capítulo 5.

4.1 O Mapeamento da Literatura e a Elaboração dos Indicadores de Evasão

Ao utilizar os *strings* de busca nas duas bases escolhidas, foram identificados 4.951 trabalhos publicados durante o período de 2011 a 2020, dos quais 281 são do repositório de Periódicos CAPES e 4.670 do *Google Acadêmico*. Efetuada a aplicação do primeiro filtro de exclusão, foram identificadas 98 pesquisas e, com a aplicação do segundo filtro, o resultado encontrado foi de 49, sendo 5 publicações no repositório da CAPES e 44 do *Google Acadêmico*. A seguir serão apresentados os resultados referentes a estas duas primeiras etapas. Posteriormente, a análise irá considerar os 11 trabalhos selecionados como aqueles que apresentavam o perfil desejado da pesquisa.

Na Tabela 1, pode-se verificar o quantitativo de publicações encontradas no período de 2011 a 2020 em cada uma das duas primeiras etapas do mapeamento e aplicação dos critérios de exclusão.

Tabela 1 – Resultado da busca.

Quantidade de trabalhos selecionados em cada etapa da pesquisa			
Repositório	<i>String</i> de busca	1º filtro	2º filtro
CAPES	281	9	5
<i>Google Acadêmico</i>	4.670	89	44
Total	4.951	98	49

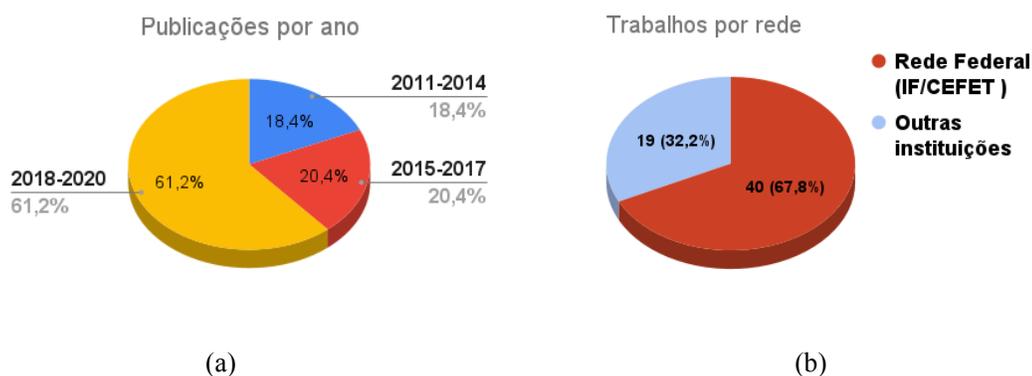
Fonte: Própria autora.

Selecionadas as pesquisas, foi então iniciada a leitura destas para identificar as que apresentavam, além das causas de evasão escolar, propostas de permanência no EMI. Serão apresentados, a seguir, os dados que respondem às questões desta pesquisa.

Q1: Qual o volume de publicações entre 2011 e 2020 e quantos são da Rede Federal de Educação?

Após a análise da quantidade de publicações nos últimos 10 anos, foi organizada a divisão em três períodos. O resultado é apresentado na Figura 6(a).

Figura 6 – (a) Publicações por ano; (b) Classificação da Rede Federal e outras Redes de EMI.



Fonte: Própria autora.

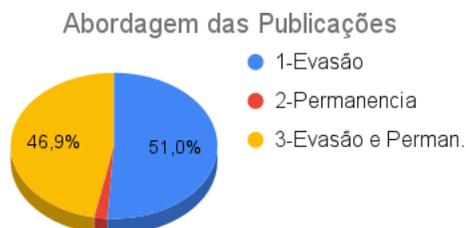
No gráfico apresentado na Figura 6(a) é possível observar que 61,2% dos trabalhos foram publicados nos últimos 3 anos (2018-2020), um percentual significativamente superior ao das publicações referentes aos demais períodos juntos (2011-2017). Na Figura 6(b) é apresentada a classificação dos trabalhos quanto à instituição estudada. Das 49 publicações, 38 investigam o fenômeno da evasão nos IFs e 2 no Cefet/RJ, totalizando 40 (67,8%) direcionadas à Rede Federal de Educação e 32,2% nas demais Redes (estadual e privada). Esse volume de estudos pode estar relacionado com a expansão da Rede Federal de Educação, que possui 661 unidades espalhadas pelas 27 unidades federativas (BRASIL,2008), e que pode ter incentivado o estudo sobre o ensino técnico.

Q2: Quantos trabalhos abordam as temáticas evasão, permanência ou evasão e permanência?

Um dos critérios de seleção foi identificar trabalhos acadêmicos que abordam a temática de evasão e permanência no ensino técnico de nível médio integrado. Na Figura 7 é apresentado o gráfico com a classificação dos trabalhos - “evasão” ou “permanência” ou

“evasão e permanência”:

Figura 7 – Classificação quanto à abordagem



Fonte: Própria autora.

Pode-se observar que quase a totalidade dos trabalhos tratam a questão da evasão escolar - aproximadamente 98%. Do total de trabalhos, 51% abordam somente o fenômeno da evasão e 46,9% tratam desse fenômeno e apresentam ações/propostas/reflexões sobre a permanência. Eles revelam uma centralidade das discussões sobre a temática da evasão e parece haver uma lacuna quanto a abordagens que sejam, também, propositivas, indicando assim, que é imprescindível investigar as causas da evasão, para que, compreendendo esse fenômeno, seja possível propor estratégias adequadas para minimizá-la ou combatê-la.

As pesquisadoras Dore e Lüscher(2011, p. 777), sinalizam a necessidade de se pensar a permanência, quando ressaltam a importância de prevenir a evasão, por meio da identificação precoce do problema e o acompanhamento individual daqueles que se encontram em risco de evadir, tratando o problema antes de ser instaurado.

A criação e expansão dos Institutos Federais, descentralizando a Educação Profissional e Tecnológica nos diversos níveis e modalidades, de forma pública e gratuita, em cidades do interior do Brasil, em regiões em vulnerabilidade socioeconômica, embora seja reconhecida como uma das maiores políticas públicas para democratização do acesso à educação profissional e ao ensino superior, apresentam dados preocupantes quanto à evasão escolar.

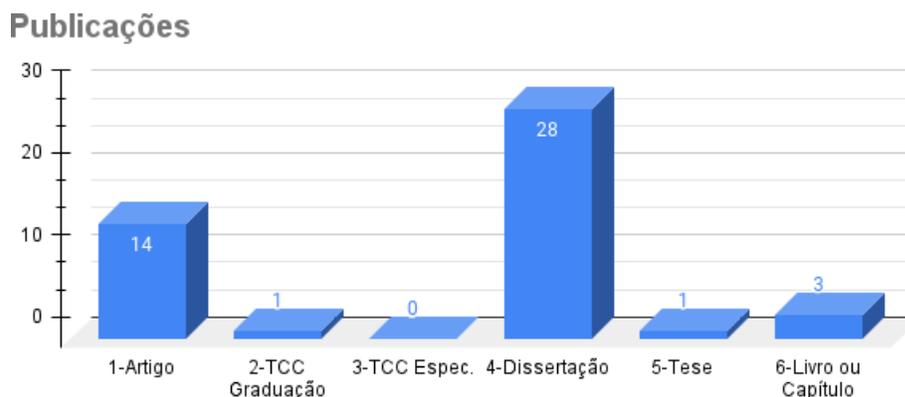
Nesse sentido, tratar o problema da evasão a partir da identificação do público em situação de risco para acompanhamento e intervenção no tempo adequado é uma das ações que podem ser feitas para enfrentamento do problema. Dessa forma, pode-se contribuir para que nossos/as jovens tenham acesso à formação cultural e científica necessária para prosseguir nos estudos em níveis mais elevados ou para ingressar no mundo do trabalho,

principalmente aqueles que vivem em condições econômicas e sociais desfavoráveis.

Q3: Quais os tipos de produções científicas encontradas na área de evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado?

Na Figura 8 é apresentado um gráfico com os tipos de produções, analisadas na segunda etapa, classificadas da seguinte forma: Artigo; TCC de Graduação; TCC-Especialização; Dissertação; Tese e Livro ou Capítulo.

Figura 8 – Produções Científicas



Fonte: Própria autora.

O maior número de produções científicas encontradas foi de dissertações, com 28 publicações, gerando um percentual de aproximadamente 60%. Em segundo, 13 artigos, representando 27%. Desses 13 artigos, 7 autores/as eram mestres e os/as demais, doutores/as. Com isso, é possível afirmar que o estudo sobre evasão e permanência tem ganhado maior notoriedade nas pesquisas de pós-graduação.

Q4: Quantos trabalhos abordam as causas da evasão e apresentam propostas/ações/reflexões sobre a permanência?

A maioria dos trabalhos encontrados abordam a questão da evasão, porém, nem todos apresentam propostas de permanência. Por isso, os trabalhos foram classificados de acordo com o que “apresenta causas da evasão” e “apresenta ações de permanência”.

Na Figura 9(a) é apresentado o gráfico de classificação das obras que abordam a evasão, em que 77,6% dos trabalhos encontrados apresentam as causas da evasão, enquanto que 22,4%, embora apresentem no título a palavra evasão, a abordagem realizada não discute

os motivos desse fenômeno.

Figura 9 – (a) Pesquisas sobre evasão; (b) Pesquisas sobre Permanência.



Fonte: Própria autora.

Na Figura 9(b) é apresentado o gráfico de classificação das pesquisas que abordam a temática permanência, em que 46,9% apresentam intervenções, como ações e serviços, propostas a serem experimentadas e reflexões e 53,1%, não. A partir desse resultado pode-se afirmar que há um volume expressivo de trabalhos que investigam a evasão escolar e um número bastante inferior que apontam caminhos para a permanência.

Q5: Quais trabalhos tratam do Ensino Técnico de Nível Médio Integrado, apresentando causas de evasão e propostas para permanência?

Após o refinamento das buscas, foram encontradas 11 (onze) publicações na área de educação que respondiam a essa questão e que, portanto, seriam relevantes para a organização do Produto Educacional, pois abordam as causas da evasão e apresentam propostas para permanência dos/as estudantes nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado.

Realizada a leitura completa dos trabalhos, é apresentado a seguir, um pequeno resumo de cada estudo, contendo o local de realização da pesquisa, assim como o objetivo e os resultados/produtos/reflexões dos/as autores/as sobre a permanência.

O estudo realizado por Bastos (2013) no **IFBA - campus de Irecê**, analisa os fatores que interferem na permanência dos/as estudantes nos cursos técnicos da modalidade integrada, a partir da análise das dificuldades encontradas pelos/as educandos/as. O autor indica à instituição a importância da criação de um questionário socioeconômico que possa

fazer um levantamento mais fidedigno do perfil dos/as estudantes, que possa fazer o cruzamento de dados e informações, para dessa forma, auxiliar nas tomadas de decisões e nos posicionamentos da gestão institucional.

A pesquisa de Novais *et al.* (2014), estuda o fenômeno da evasão nos cursos técnicos oferecidos pelo **campus Colorado do Oeste do IF Rondônia**, observando os fatores que influenciam a permanência dos/as alunos/as frequentes e os motivos apontados por ex-alunos/as que não concluíram o curso. A autora promove importantes reflexões sobre a evasão como fenômeno complexo que inter-relaciona uma série de fatores, e que embora muitos sejam externos à instituição escolar, essa instância possui uma margem de atuação que favorece a implantação de ações que podem minimizar o fracasso e contribuir para a permanência escolar.

O trabalho de Dourado (2016), que tem como *locus* de pesquisa o **IFBA - campus de Irecê**, analisa os fatores intraescolares envolvidos no fenômeno da evasão nos/as educandos/as dos cursos do ensino médio integrado, propondo como produto da pesquisa, a criação de um Observatório Pedagógico Institucional que possa desenvolver trabalhos a partir da identificação de estudantes em situação de fracasso escolar, bem como oferecer cursos periódicos para os/as docentes da instituição.

O estudo realizado por Veiga(2016) propõe estratégias de prevenção à evasão que motivem a permanência dos/as estudantes do Ensino Técnico de Nível Médio Integrado no âmbito do **Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca(CEFET/RJ)**. Para tanto, o autor parte de uma aproximação com os estudos e pesquisas realizados acerca do tema evasão escolar, fazendo uma síntese dos motivos apontados nesses textos, sendo que, em um dos tópicos da pesquisa, apresenta a “Proposta de Estratégias de Prevenção à Evasão Escolar”, com orientações que possam tornar o ambiente escolar mais acolhedor.

A investigação de Silva(2017) analisa o fenômeno da evasão quanto ao perfil e motivações dos/as estudantes dos Cursos de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio do **IF Norte de Minas Gerais - campus Montes Claros**. As conclusões oferecem importantes reflexões e destacam que, embora "as questões pedagógicas e curriculares sejam apontadas como principais motivos de evasão, a questão econômica não pode ser negligenciada, haja vista a vulnerabilidade socioeconômica retratada”.

A dissertação de Medeiros(2018) apresenta dois projetos de intervenção: um projeto é o “Tô no IF, tô legal!”, com ações estratégicas para o enfrentamento da evasão escolar. O outro projeto, “Ateliê Didático”, é uma proposta de formação docente a partir do estudo do fenômeno da evasão em três cursos do Ensino Técnico de Nível Médio Integrado ofertados no **IF Sertão Pernambucano - campus Ouricuri-PE**, no ano de 2013, utilizando uma metodologia baseada na Análise de Conversa Etnometodológica, que evidencia categorias presentes na vida do/a aluno/a que têm influenciado sua decisão de permanecer ou não na escola.

Na pesquisa desenvolvida por Silva(2019), a autora identifica fatores associados à evasão escolar em três cursos do Ensino Técnico de Nível Médio Integrado no **IF Sertão Pernambucano - campus Salgueiro**. Em seguida, elenca as ações já realizadas para acompanhamento dos/as alunos/as propensos a evadir, assim como sugestões de ações a serem implementadas, com vistas à construção de uma proposta de intervenção, contendo 7 (sete) orientações emergenciais e ações a serem desenvolvidas pelos setores e profissionais da educação vinculados ao Departamento de Ensino.

O artigo de Neto *et al.*(2019) é fruto de uma pesquisa que teve como objetivo categorizar e analisar os fatores individuais, internos e externos, apontados por estudantes, que favorecem o abandono e a evasão nos cursos técnicos da modalidade integrada no **IFBA/campus-Jacobina**. O estudo identificou múltiplos fatores para a evasão, possibilitou aproximações das/os pesquisadoras/es com a complexidade do problema, oferecendo pistas sobre possíveis intervenções que podem contribuir com a diminuição da evasão no *campus*.

A dissertação de Sousa *et al.*(2020) é resultado de uma pesquisa aplicada no **Instituto Federal Sul-Rio-Grandense–campus Santana do Livramento**, que apresenta como resultado a elaboração do Produto Educacional denominado “Manual de Prevenção à Evasão dos/as Estudantes dos Cursos Médio Técnico da Rede Federal de Ensino: Conhecer para Permanecer”. Trata-se de uma alternativa para combater a evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, e, por analogia, segundo a autora, o manual também se destina a estudantes de outros níveis e modalidades de ensino da Rede Federal de Educação.

O trabalho de Feitosa(2020) busca analisar as causas da evasão nos cursos técnicos de nível médio integrado do **IFBA-campus Paulo Afonso/BA**, com vistas ao desenvolvimento de um material textual que proporcionasse uma melhor compreensão da evasão na educação profissional, científica e tecnológica, e favorecesse o direcionamento de

ações para possibilitar uma maior permanência estudantil. Esse material resultou na organização de um *e-book* “A evasão na educação profissional: do entendimento da problemática a propostas de enfrentamento”.

A pesquisa de Almeida e Miranda(2020) aponta que a principal causa de evasão escolar no Ensino Médio Integrado do **IF Sudeste MG - campus Rio Pomba** é a falta de conhecimento sobre a identidade dos cursos integrados e discorre sobre o processo de validação do aplicativo “Rolê no IF”, que apresenta potencial de prevenção da evasão, ao combater a principal origem do problema: o desconhecimento.

Na leitura desses trabalhos ficou notória a ideia de que a melhor alternativa para a evasão é a prevenção, ou seja, de que a instituição consiga identificar estudantes em possível risco de evasão, antecipar intervenções e acompanhá-las/os, evitando ou minimizando o abandono. Além disso, os estudos sobre a temática apontam que, na maioria das instituições pesquisadas, não há um plano de prevenção ou, em havendo, não está sendo implementado ou necessita de reestruturação.

Diante disso, as pesquisas buscaram entender as causas de evasão, o perfil do/a aluno/a que evade, utilizando como parâmetro para investigação os três fatores que influenciam o processo de saída da escola, de forma conjunta ou aquele de maior impacto: os individuais, os internos à instituição e os externos à instituição, e apresentando como resultado da pesquisa realizada, importantes reflexões e alternativas de como lidar com a evasão escolar, que se configura como um dos maiores desafios educacionais na consolidação de uma instituição de fato democrática.

Considerando que esses estudos têm a importante função de trazer novas reflexões para os/as interlocutores desses textos, foi perceptível que algumas propostas/intervenções/alternativas apresentadas não indicaram ou pouco esclareceram sobre o processo de mobilização e sensibilização da comunidade escolar acerca do tema. Uma outra questão que cabe destacar é o pouco envolvimento das famílias tanto no processo de planejamento, compondo comissões, por exemplo, quanto nas ações para esse público, pontos fundamentais para a compreensão de que esse é um problema a ser enfrentado por toda a comunidade escolar.

Outro ponto que chamou a atenção foi a ausência de serviços ou ações para minimizar os efeitos da distorção idade/série, que é um importante indicador de evasão

encontrado em pesquisas sobre o tema e que pode estar relacionado ao número de retenções do/a estudante na sua vida educacional, a um afastamento da instituição escolar por determinado período ou um ingresso tardio no início da Educação Básica, percursos que necessitam ser entendidos para serem tratados em suas especificidades.

Uma outra questão, diz respeito ao envolvimento dos dois setores de acompanhamento que os IFs possuem, o NAPNE e a equipe multidisciplinar. Em apenas dois trabalhos foram indicadas a presença do NAPNE como membro da equipe/comissão de acompanhamento e, como o público atendido pelo Núcleo possui um alto risco de retenção e evasão, seria pertinente a participação efetiva em todas as propostas e etapas, uma vez que é assegurado por lei, que os processos seletivos para ingresso nas IES, garanta às cotas para pessoas com deficiência. Já a equipe de profissionais multidisciplinares, embora tenha sido citada em um número mais expressivo das produções, é necessário que faça parte de toda proposta e etapa, pois esses/as servidores/as são responsáveis por planejar, executar e acompanhar junto com os demais setores da instituição, as ações para o desenvolvimento biopsicossocial dos/as estudantes.

Q6: Quais causas de evasão são apresentados nos trabalhos selecionados?

As pesquisas estudadas buscam, em primeiro lugar, entender as causas de evasão, o perfil do/a discente que evade, utilizando como parâmetro para investigação os três fatores que influenciam o processo de saída da escola - os individuais, ligados ao estudante, os internos à instituição e os externos à instituição -, de forma conjunta ou aquele de maior impacto.

Esses fatores são destacados em pesquisas das autoras brasileiras renomadas na área de evasão na EPT, Dore e Lüscher(2011), e embasaram o diagnóstico realizado na Rede Federal de Educação Profissional, pelo Tribunal de Contas da União, que buscou entender o fenômeno da evasão e retenção e as medidas para combatê-lo, realizado entre agosto de 2011 e abril de 2012 (BRASIL, 2013).

Na Tabela 2, são apontadas as causas de evasão indicadas nos trabalhos realizados, ou seja, o que foi identificado pelos/as autores/as e que é foco das propostas/ações/reflexões sobre a permanência nesses trabalhos. Para isso, foram levantadas as causas de evasão encontradas nas 11 (onze) pesquisas, que resultaram na listagem inicial de 48 (quarenta e oito) pontos, dos quais, foram desprezadas 5 (cinco), por não apresentarem consistência ou por não

haver intervenção a ser realizada ou por não indicar o insucesso do/a estudante.

Das causas de evasão desprezadas, em duas não é possível de intervir, que é a “mudança de cidade” e o “prolongamento de greves”, outras duas apresentam pouca consistência na informação, pois são pontos muito abrangentes: o “cansaço” - causa que envolve dificuldades para identificar o que permeia a questão - Seria o deslocamento diário até a escola? Seria a quantidade de atividades propostas? Seria o número de disciplinas por ano? Ou seria por dificuldade em conciliar estudo e trabalho? Nessa mesma linha, outra causa desconsiderada foi “problemas pessoais”. De qual esfera? Emocional, financeira, profissional, outra?

Por fim, a quinta causa descartada foi “aprovação em curso superior”, que se constitui em um dos objetivos do ensino médio, que é permitir o acesso a níveis mais elevados de ensino, embora esse seja um ponto passível de reflexões acerca dos demais objetivos e finalidades de um Ensino Técnico de Nível Médio Integrado, que articula conhecimentos da base comum com os da base técnica profissionalizante. Por essas razões, esses cinco pontos foram descartados do estudo, restando ainda 43 (quarenta e três).

Com o levantamento das 43 causas de evasão, o próximo passo foi analisar se essas causas estariam partindo de princípios geradores comuns, que permitissem agrupá-las pela similaridade, com o propósito de criar indicadores de risco de evasão. Com essa análise, foi reduzida para 09 (nove) principais causas da evasão no EMI da Rede Federal, conforme tabela a seguir, que indica também, a quantidade de trabalhos que abordam os respectivos pontos.

Tabela 2 – Causas de evasão identificadas.

Indicadores de evasão	Causas de evasão de mesmo contexto	Qtd
1.Dificuldade de aprendizado no curso	Dificuldade de aprendizagem	5
	Dificuldade de base ou deficiências quanto ao conhecimento básico necessário	2
	Dificuldade em Matemática	1
	Reprovação em disciplinas	2
	Baixo rendimento escolar	2
	Retenção no 1º ano	2
2.Falta de identificação com o curso escolhido	Não identificação com o curso	5
	Desmotivação com o curso	1
	Ingresso em outro curso	1
3.Histórico de retenção	Distorção idade/série	3
	Retenções na instituição	1

4. Questões de ordem emocional	Questão emocional	1
	Problemas familiares	1
	Subjetividades e individualidades	1
5. Dificuldade nas relações interpessoais	Relações ruins com servidores/as	2
	Ter sofrido preconceito	1
	Ausência de acolhimento	1
6. Organização curricular pouco adequada	Formação centrada no mercado de trabalho	1
	Dificuldade em se adaptar à EPT	1
	Excesso de conteúdos	1
	O currículo pouco adequado a realidade dos/as estudantes	1
	Currículo divergente da proposta do integrado	1
	Excesso de disciplinas	2
	Falta de eventos voltados para o curso	1
	Baixa inserção no mercado de trabalho	1
	Tempo longo de duração do curso	1
	Falta de campo para estágio	1
7. Práticas de ensino e de aprendizagem pouco atrativas e muito exigentes	Discrepância entre currículo, metodologia e avaliação	1
	Aulas pouco atrativas	1
	O processo ensino-aprendizagem pouco adaptado à realidade dos/as estudantes	1
	Falta de formação didático-pedagógica de docentes bacharéis	1
	Professor/a muito exigente	1
	Pouca articulação entre teoria e prática	2
	Excesso de trabalhos para casa	1
	Dificuldade com a metodologia do professor/a	2
Falta de revisão de conteúdos	1	
8. Situação de vulnerabilidade econômica	Situação financeira	4
	Dificuldade para conciliar trabalho e estudo	1
9. Distância entre a instituição escolar e a moradia	Distância entre casa e <i>campus</i>	3
	Dificuldade de transporte	2

Fonte: Própria autora.

4.2 Conclusões do Mapeamento

A partir do Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL), foram encontrados 49 estudos nas Plataformas Capes e *Google Acadêmico* que tratam das causas relacionadas à evasão escolar e/ou das propostas para a permanência dos/as estudantes do Ensino Técnico de Nível Médio integrado na última década.

Pôde-se verificar o crescimento de pesquisas envolvendo a temática da evasão e permanência nos últimos 3 anos (2018-2020) tendo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como importante *locus* de investigação sobre o EMI; que a maioria dos

trabalhos abordam especificamente as causas da evasão e que os pesquisadores e as pesquisadoras que têm se debruçado sobre o objeto em questão são mestres ou doutores/as, reforçando, assim, a complexidade e a importância da temática estudada.

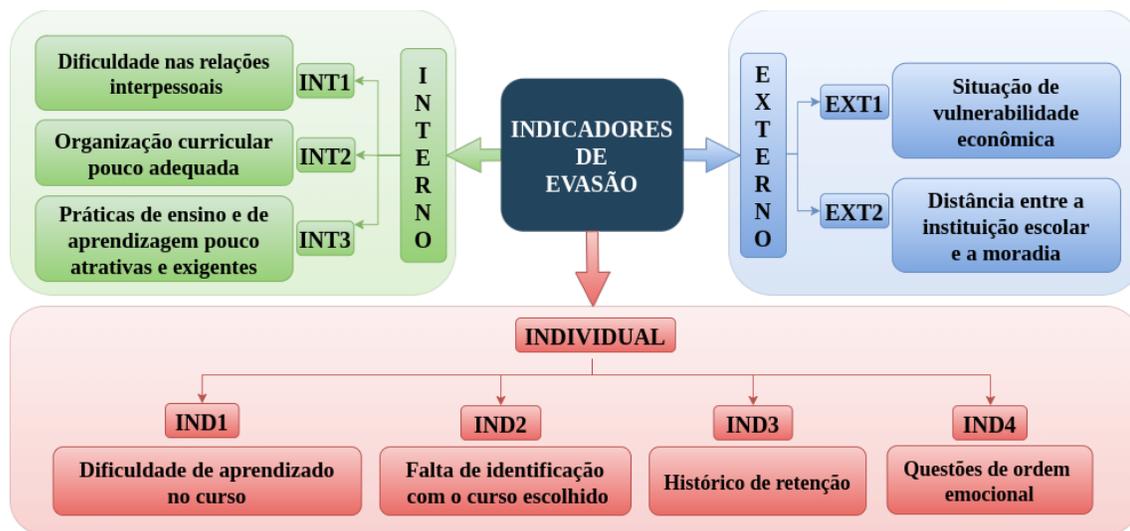
Nas 11 (onze) obras que apresentam causas relacionadas à evasão escolar e propostas de permanência em pesquisas realizadas no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado, foi possível identificar as causas que aparecem com maior frequência. Dentre aquelas que compreendem fatores individuais, as de maior destaque nesses estudos foi a **“Dificuldade de aprendizagem no curso”**, com 14 sinalizações, seguida da **“Falta de identificação com o curso escolhido”**, com 7. Logo depois aparece a causa **“Histórico de retenção”**, indicada em 04 estudos, e **“Questões de ordem emocional”**, com 3 sinalizações. Quanto aos fatores internos à instituição, 11 pesquisas apontaram como causa as **“Práticas de ensino e de aprendizagem pouco atrativas e exigentes”**, ao passo que 10, a **“Organização curricular pouco adequada”**. Nos fatores externos se destacam a **“Distância entre a instituição escolar e a moradia”** e a **“Dificuldade econômica do/a estudante/família”**, ambas com 5 indicações.

4.3 Indicadores de evasão

Nesta seção são descritos os indicadores de evasão, que foram fruto do mapeamento das causas da evasão em produções acadêmicas sobre o EMI, no período (2011-2020), que foram organizados de acordo com os fatores que impulsionam esse fenômeno multifacetado - Individuais, Internos e Externo e apresenta, também, algumas possibilidades de inter-relação entre indicadores.

Para a identificação visual dos indicadores e dos fatores correspondentes, foram construídos códigos utilizando as três primeiras letras do fator e atribuída uma sequência numérica iniciando do 1 (um), resultando em 4 códigos para os fatores individuais, do **IND1** a **IND4**, 3 códigos para os fatores internos, do **INT1** a **INT3** e, 2 códigos para os fatores externos, o **EXT1** e o **EXT2**, que pode ser visualizado na Figura 10, do diagrama a seguir.

Figura 10 – Diagrama de Indicadores da Evasão Escolar no EMI



Fonte: Própria autora.

4.3.1 Fatores Individuais

Os fatores individuais estão ligados diretamente ao estudante e sua família - trajetória educacional, desenvolvimento emocional, situação da saúde, experiência cultural, entre outras características. Nesse fator foram propostos 4(quatro) indicadores de evasão, a partir da revisão de literatura, que são apresentados a seguir.

4.3.1.1 Indicador 1 (IND1) - Dificuldade de aprendizado no curso

Esse indicador trata da lacuna apresentada pelo/a estudante no ingresso à instituição, originadas em estudos anteriores, também discutido como “falta de base”, que comprometem o aprendizado do/a discente no curso, pois as novas aprendizagens dependem de conhecimentos prévios, que ainda não foram construídos, compreendendo, também, as dificuldades enfrentadas no processo de adaptação às novas disciplinas da base comum e da base profissionalizante do curso, além do grau de exigência com que são tratados os conteúdos.

Essa ausência de determinados conhecimentos são capazes de gerar sentimentos de incapacidade e de frustração, pois colocam os/as estudantes diante de dificuldades que podem parecer complexas demais, resultando em baixos desempenhos nas avaliações, levando-os/as,

muitas vezes, a consecutivas reprovações, como ressaltam as autoras Figueiredo e Salles (2017).

Trata-se de um indicador individual, mas que pode apresentar uma inter-relação com os indicadores internos - “Organização curricular pouco adequada” e “Práticas de ensino pouco atrativas e exigentes”. Dependendo do tratamento dado ao currículo escolar e as práticas de sala de aula, os indicadores internos podem impactar positivamente ou negativamente na permanência do/a estudante. Nesse sentido, é fundamental que a temática evasão e permanência atravesse toda a organização escolar, desde os espaços de discussão do currículo.

4.3.1.2 Indicador 2 (IND2) - Falta de identificação com o curso escolhido

O indicador 2 aborda a decisão precoce que o/a estudante precisa tomar na escolha da profissão, o que pode levar a uma falta de identificação com o curso escolhido, a uma desmotivação, a uma falta de interesse, que pode estar relacionado com a pouca informação e/ou a falta de opções de outros cursos no momento da inscrição ou, ainda, da decisão familiar sem a devida escuta do/a filho/a.

Leão, Dayrell e Reis (2011, p. 1081) ressaltam no texto *Juventude, Projetos de Vida e Ensino Médio* a necessidade da escuta desses/as jovens, pois é constatável a importância da escola nas suas vidas, sendo uma instituição para a qual dirigiam muitas expectativas. Por outro lado, ela apresenta muitos limites e dificuldades na sua capacidade de responder ao que se espera dela.

Esse indicador tem a possibilidade de se inter-relacionar com os indicadores internos “Currículo pouco adequado”, que precisaria ser estruturado com o objetivo de envolver o/a estudante em um maior número de atividades práticas para desenvolver esse gosto pela área profissionalizante, pelas possibilidades que a instituição oferta para a formação integral, como o envolvimento com projetos de pesquisa, de extensão e, também, com o indicador “Dificuldades com as relações interpessoais” que são estabelecidas com servidores/as e colegas, pois a forma como esse/a estudante é acolhido/a, como o sentimento de pertencimento vai sendo desenvolvido, pode impactar positivamente na sua permanência.

4.3.1.3 Indicador 3 (IND3) - Histórico de retenção

A distorção idade/série trata do/a estudante com atraso escolar de dois anos ou mais para a série em que está matriculado/a. Essa distorção pode ser ocasionada a partir de um número de retenções na sua vida educacional, de um afastamento da instituição escolar por determinado período ou de um ingresso tardio no início da Educação Básica.

Esse é um indicador bem preocupante, como explanam Portella, Bussmann e De Oliveira(2017) “Verifica-se que a defasagem idade-série se relaciona de maneira positiva com o abandono, aumentando as chances de os alunos abandonarem a escola, além de indicarem um desempenho pior e mais chance de reprovações”.

Trata-se de uma indicador que pode se relacionar com outros indicadores internos, como a “Dificuldade nas relações interpessoais” e “Dificuldade de aprendizagem”. Estudantes que apresentam esse histórico, muitas vezes, possuem uma autoestima comprometida por apresentar diferença de idade comparada aos demais colegas da turma, o que pode causar uma certa resistência em buscar ajudas, participar de espaços para apoio no processo de aprendizagem, como grupo de estudos, monitoria, atendimento, por isso, é importante a aproximação do/a professor/a e da equipe de acompanhamento com esse público, para acolhimento, para que desenvolvam confiança na equipe, para que seja encorajado/a a superar as dificuldades.

Além dos pontos destacados, uma outra possibilidade que sinaliza uma maior atenção, diz respeito àqueles/as que também sinalizam o indicador "vulnerabilidade econômica do/a estudante/família". Essa é uma inter-relação que carece de acompanhamento cuidadoso, pois há uma “pressão” familiar, social de que o/a jovem, principalmente do sexo masculino, em cidades do interior, ao completar 18 anos, passe a ajudar no sustento da casa e busque um trabalho na cidade ou em outros estados. Por isso é tão importante o engajamento desses/as discentes em bolsas de pesquisa, extensão, assistência estudantil e estágios remunerados.

4.3.1.4 Indicador 4 (IND4) - Questões de ordem emocional

As “questões de ordem emocional” é um indicador que está relacionado à saúde mental do/a estudante, à manifestação de doenças e/ou de transtornos psíquicos.

A saúde mental pode impactar no processo de aprendizagem, a partir da relação que se estabelece com as muitas fontes de ansiedade existentes na escola - responsabilidade para lidar com inúmeras tarefas simultaneamente; a cobrança por bons resultados (imposta pela família, pelos/as professores/as ou pelo/a próprio/a estudante); o medo de falhar; a competição com outros/as estudantes; as relações conflituosas com colegas ou professores/as.

Esse indicador possui grandes chances de se inter-relacionar com os indicadores internos “Currículo pouco adequado” e “Práticas de ensino pouco atrativas e exigentes”, pois o volume e exigência nas atividades propostas, e, principalmente nas avaliativas, a complexidade no tratamento dos conteúdos podem potencializar, de forma negativa, o quadro emocional apresentado pelo/a estudante.

4.3.2 Fatores Internos à instituição

Os fatores internos estão ligados à instituição escolar e abordam aspectos da infraestrutura física, da organização curricular, da gestão e do planejamento institucional, entre outros pontos com articulação direta com a estrutura político-pedagógica. Nesse fator foram identificados 3 (três) indicadores de evasão, a partir dos trabalhos estudados, que são tratados a seguir.

4.3.2.1 Indicador 1(INT1) - Dificuldade nas relações interpessoais

O indicador “Dificuldade nas relações interpessoais” trata das dificuldades enfrentadas pelo/a estudante no processo de interação com colegas, docentes, técnicos/as e terceirizados/as, de possíveis situações de *bullying* e de preconceito (racial, social, religioso, de orientação sexual) que podem enfrentar na instituição, e do quanto essas relações podem impactar no processo de aprendizagem.

De acordo com Leite e Tassoni (2002, p. 136), as relações no âmbito escolar "devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro [...]”, de modo que, “favoreça a autonomia e fortaleça a confiança em suas capacidades e decisões”.

Esse indicador quando associado a “Dificuldade de aprendizado” ou “Questões de ordem emocional”, pode se apresentar como um obstáculo para a frequência do/a estudante

nos espaços de apoio à construção do conhecimento, como as monitorias, projetos, atendimento docente, grupo de estudos, portanto, a aproximação da equipe/comissão de acompanhamento, do setor de psicologia e outros setores responsáveis por tratar situações como as descritas, promovendo formações e orientações a servidores/as e a esses discentes, é fundamental para ajudar na melhoria das relações.

4.3.2.2 Indicador 2(INT2) - Organização curricular pouco adequada

Este indicador abrange as barreiras curriculares enfrentadas pelo/o estudante e que estão relacionadas ao perfil de egresso, a como o Projeto Pedagógico e o Plano de Curso encontra-se estruturado: duração do curso, número de disciplinas, falta de integração entre os componentes curriculares, excesso de conteúdos nas ementas, organização das reposições de aulas por falta de professor/a (demora na contratação de substituto/a, ausências de efetivo/a); dificuldades enfrentadas com a pouca abrangência do curso para campo de estágio e como esses pontos vão impactando na formação desse/a discente.

Segundo Machado (2010, p.67), a (re)elaboração do currículo do Ensino Médio Integrado deve basear-se nas experiências de integração, de investimento na formação, docente para “participação, autonomia e criatividade”, já que esse processo deve ser dinâmico e buscar os caminhos para garantir “os objetivos de aprendizagem” na formação dos/as educandos/as.

Para Feitosa (2020, p. 117), a organização do estágio curricular adequado, parte de como este processo deve ser tratado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de que é fundamental uma concepção de currículo na qual priorize a formação integral do ser humano, promovendo o desenvolvimento de suas amplas capacidades culturais e intelectuais, através da integração dos conhecimentos curriculares da base comum e da base técnica profissionalizante do curso.

É um indicador que possui uma inter-relação com o indicador interno, “Dificuldade de aprendizagem no curso” e o individual, “Falta de identificação com o curso”, portanto, a instituição pode aproveitar essa relação para promover adequações curriculares que venham contribuir positivamente para a permanência do/a estudante, partindo da escuta ativa do/a educando/a, em seus diferentes estágios (em curso, egresso) para entender como melhorar o Plano do Curso, o Projeto Político Pedagógico da instituição.

4.3.2.3 Indicador 3 (INT3) - Práticas de ensino e de aprendizagem pouco atrativas e exigentes

É um indicador que trata do planejamento do ensino, das barreiras enfrentadas pelo/a estudante no processo de aprendizagem dos conteúdos e como a instituição tem tratado a articulação dos elementos do ensino - o conteúdo, a metodologia, as atividades propostas, os instrumentos avaliativos e os processos de recuperação - em prol da efetiva aprendizagem do/a discente.

Segundo Dourado (2016, p. 48), é evidente que os/as educandos/as, quando ingressam nas instituições de ensino, trazem expectativas sobre esse espaço que farão parte do seu itinerário formativo e podem ser influenciadas de forma negativa ou positiva para serem alcançadas.

Este indicador, pode se inter-relacionar positivamente ou negativamente com outros, como “Dificuldade de aprendizado”, “Histórico de retenção” ou “Questões de ordem emocional”. Trata-se de um indicador de governabilidade da escola, com ação direta no fazer docente, é importante que a escola, através da equipe pedagógica, sensibilize e promova formações à equipe de professores/as para uma adequação no planejamento de aula e a promoção de projetos, considerando os resultados do diagnóstico de início dos/as discentes para que apoie as necessidades educacionais desse público.

4.3.3 Fatores externos à instituição

Os fatores externos à instituição estão ligados diretamente à comunidade e à sociedade. São fatores que, para intervenção escolar, é necessário um trabalho de parceria com as redes de apoio social, da saúde e da educação e de identificação de fatores internos capazes de minimizar essa influência externa. Nesse fator foram identificados 2 (dois) indicadores de evasão no mapeamento das produções científicas.

4.3.3.1 Indicador 1 (EXT1) - Dificuldade econômica do/a estudante/família

É um indicador que trata da situação de vulnerabilidade econômica do/a estudante e sua família no ingresso ou no decorrer do curso, que impactam na capacidade de acessar a instituição - pagamento de moradia, de transporte -, assim como na necessidade de conciliar

ou abandonar a escola para trabalhar.

Dore e Lüscher (2011, p.783), ressaltam que essa é um motivo de evasão escolar identificado na maioria das investigações e tratado em pesquisas internacionais, enfatizando que - “a condição socioeconômica do/a estudante é considerada a principal responsável pela evasão e/ou outras modalidades de fracasso escolar, em todos os níveis de ensino”.

Na visão de Libâneo (2013, p. 36-37), o fracasso escolar deve ser derrotado, por ser um dos mais graves problemas do sistema escolar brasileiro, “principalmente das crianças pobres”. Para o autor, a escola precisa assegurar o direito de todos os segmentos sociais dominarem conhecimentos básicos comuns e universais, garantindo um padrão de qualidade de ensino e aprendizagem para toda a população.

Há uma possível relação desse indicador com o da “Distância entre a instituição escolar e a moradia”, que impactam diretamente na condição do/a estudante frequentar as atividades propostas em turno oposto, como os projetos de pesquisa, extensão e da assistência estudantil, os atendimentos docentes, da equipe multidisciplinar e do NAPNE, o que pode impactar no desempenho acadêmico, no bom desenvolvimento das relações interpessoais, no sentimento de pertencimento.

Portanto, os meios que a escola dispõe para atenuar essa situação de vulnerabilidade socioeconômica, que são os auxílios e bolsas financiados pelo PNAES e pelos recursos internos e externos que fomentam as bolsas de pesquisa e extensão, assim como as possibilidades de estágio remunerado, devem ser cuidadosamente direcionados para atendimento célere e criterioso, com prioridade àqueles/as que mais necessitam.

4.3.3.2 Indicador 2(EXT2) - Distância entre a instituição escolar e a moradia

A “Distância entre a instituição escolar e a moradia” é um indicador que abrange as dificuldades enfrentadas pelo/a estudante no deslocamento entre a sua moradia e a escola, que pode ser causado pela ausência de transporte escolar municipal, pelo cansaço enfrentado por discentes que percorrem longas distâncias para chegar à escola diariamente ou os gastos financeiros desse percurso com o transporte e/ou com a moradia.

No estudo realizado por Bastos (2013, p.44) sobre permanência e evasão nos Cursos Técnicos Integrados, no IFBA Irecê, *campus* da expansão II, foi identificado que a maioria

dos/as evadidos/as são oriundos de cidades circunvizinhas. Esse é um fato comum aos *campi* da expansão II e III, da interiorização da educação profissional, pois a abrangência do território de responsabilidade das cidades pólos em que o *campus* está instalado chegam, muitas vezes, a mais de 80 km de distância, como o território da Chapada Diamantina, onde fica o IFBA Seabra.

Os indicadores de evasão elaborados a partir das causas encontradas nas produções acadêmicas do EMI da Rede Federal, a experiência como pedagoga, os diálogos nas orientações levaram a inferir possíveis inter-relações de fatores que tem contribuído para a evasão, um fenômeno multifacetado, que requer atenção e cuidado no processo de diagnóstico. Como acentua Bastos(2013, p. 10), a “diversidade social, econômica e cultural entre os alunos contribui para a multiplicidade de causas”, salientando que o/a estudante em risco de evadir é aquele/a que sinaliza de diversas formas: dificuldades com a aprendizagem que geram as reprovações, os históricos de retenções que geram as distorções idade/série, entre as outras possibilidades expostas neste estudo que originou os 09(nove) indicadores de evasão no EMI, mapeado no período 2011-2020.

Sobre esse conjunto de fatores que influenciam o processo de abandono de estudantes no EMI, os/as pesquisadores/as apontam a necessidade de que cada instituição investigue as causas desse fenômeno, analisando-os, de forma inter-relacional, com o objetivo de identificar os/as estudantes em risco de evasão e intervir com ações preventivas.

De posse das informações das causas da evasão, as instituições escolares não podem se omitir frente ao problema, que fere a democratização do ensino e que restringe o direito à educação a um número considerável de jovens e adultos que, em muitos casos, encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Cabe à escola intervir a partir do que é da sua governabilidade, mobilizando os recursos internos disponíveis para minimizar o impacto das causas de evasão (revisão das práticas de ensino, do currículo, dos processos de acompanhamentos, entre outras).

Portanto, a forma como a instituição lida com as lacunas de aprendizagem desses/as educandos/as, que os impedem de obter êxito no curso - se escolhe culpabilizar a escola anterior ou se responsabilizar por oferecer condições para que esse jovem ou adulto supere os desafios da vida acadêmica, que se sinta incluído e acolhido em seus saberes e não saberes - certamente impactará de forma positiva ou negativa na trajetória acadêmica e profissional

dessas milhares de vidas que passam por esse espaço legítimo de partilha do conhecimento socialmente construído, que é a escola.

Segundo Libâneo (2013, p. 42) “é preciso enfrentar e derrotar o fracasso escolar se se quer, de fato, uma escola pública democrática. Para isso, é necessário rever a concepção de qualidade de ensino”. A qualidade do ensino existe em função do objetivo social de uma escola, que é a formação do/a educando/a, a capacidade de oferecer a esses jovens e/ou adultos os meios necessários para prosseguir nos estudos em níveis mais elevados ou para ingressar no mercado de trabalho.

A literatura estudada e as discussões realizadas levam a inferir que prevenir a evasão escolar é um caminho assertivo na busca pela permanência. Nesse percurso, cabe a cada instituição de ensino conhecer e acompanhar os motivos da evasão, através do levantamento do quantitativo de evadidos, do entendimento de quais motivos têm levado os/as estudantes à desistência, sistematizando os dados e buscando estratégias para permanência em ações e serviços que são de governabilidade institucional, assim como, em possibilidades de parcerias externas. Essa atuação preventiva desprende um trabalho intenso e necessário para garantir a efetiva democratização da educação.

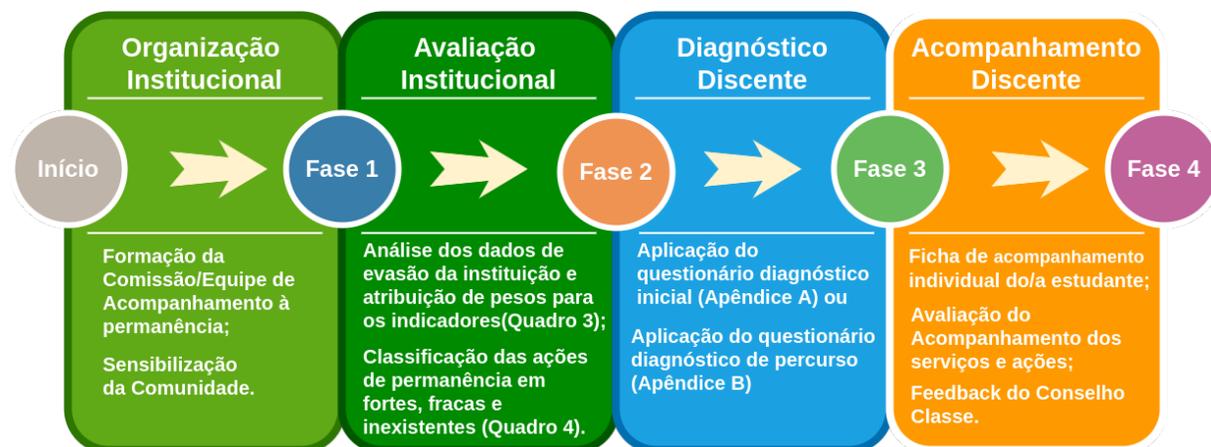
Esse olhar preventivo sobre a evasão escolar conduziu a elaboração de um Produto Educacional com a finalidade de impactar positivamente na permanência do/a estudante nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado - o Protocolo para Permanência, que será apresentado no capítulo seguinte.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional - Protocolo para Permanência, foi pensado com a finalidade de prevenir o fenômeno da evasão escolar, identificando se o/a estudante do EMI, apresenta dificuldade de ordem individual, externa ou interna à instituição, que indique risco de evasão, qual a prioridade desse risco e quais os serviços e ações de permanência podem impactar positivamente na permanência. Dessa forma, o processo de prevenção à evasão se tornaria mais eficaz, como também, mais eficiente, uma vez que direcionando serviços e ações assertivas, apoiará na otimização de recursos financeiros e/ou profissionais.

O Protocolo para Permanência está organizado em 4 (quatro) fases e é composto por instrumentos de diagnóstico, de acompanhamento e de avaliação processuais e contínuos, que pretendem direcionar serviços/ações institucionais, podendo influenciar, de forma positiva, no processo de permanência dos/as estudantes. Estas fases e suas composições estão destacadas na Figura 11.

Figura 11 - Fases do Protocolo para Permanência



Fonte: Própria autora.

Os instrumentos que compõem as fases estão listados abaixo e serão apresentados nas próximas seções:

- Quadro para atribuição de peso aos indicadores de evasão, de acordo com a influência das causas da evasão escolar na instituição;
- Um Quadro de serviços e ações agrupadas, para que a equipe de acompanhamento possa implementá-las, selecionando as mais adequadas, a partir da classificação desses serviços e ações em fortes, fracas ou inexistentes;
- Um questionário diagnóstico inicial a ser aplicado no ingresso do/a estudante na instituição, preferencialmente no ato da matrícula, composto por questões relacionadas aos fatores individuais (IND) e externos (EXT);
- Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante;
- Um questionário diagnóstico de percurso para avaliar se a situação inicial persiste ou não, composto por questões relacionadas aos fatores individuais (IND), externos (EXT) e internos (INT).

5.1 - Fase 1 - Organização Institucional

A fase de organização institucional consiste em orientar os primeiros passos para pensar de forma planejada e sistemática a implementação e/ou o fortalecimento de estratégias que busquem a permanência de cada discente no processo educativo.

Compreendendo-se que a efetivação desse planejamento perpassa por um processo de diagnosticar o problema e as condições da instituição - motivos pelos quais os/as estudantes têm evadido, o que temos feito e o que podemos melhorar para evitar esse abandono -, por uma reflexão sobre o que se quer alcançar/onde se quer chegar - aumentar a permanência escolar -, e sobre os meios necessários para atingir esse objetivo organizacional, é fundamental que este planejamento seja desenvolvido integrando os diversos setores responsáveis pela coordenação e pelo acompanhamento dos serviços e ações de acesso, permanência e êxito escolar do/a educando/a.

Nesse sentido, se torna imprescindível à implantação do Protocolo para Permanência, estratégias iniciais para o envolvimento e mobilização da comunidade escolar:

I - Estruturação de uma equipe/comissão de acompanhamento e avaliação da permanência, que terá como finalidade sensibilizar a comunidade escolar sobre a temática, sobre a importância de levantar os dados e os motivos da evasão escolar,

tendo em vista promover os processos de diagnóstico, de monitoramento e de avaliação da permanência escolar;

É importante que essa comissão seja composta por profissionais ou representantes dos setores envolvidos no acompanhamento aos educandos/as: assistente de aluno, setor pedagógico, setor social, setor de acompanhamento aos estudantes com necessidades educacionais específicas, setor de registros escolares, coordenação de curso, docentes, discentes e associação/representante de pais/mães/responsáveis.

II - Estabelecimento de cultura de levantamento e análise dos dados de desempenho acadêmico dos/as estudantes - reprovação, retenção, evasão -, pois é imprescindível acompanhar os motivos que levam, anualmente, jovens a abandonarem os cursos, assim como, as dificuldades enfrentadas no percurso educacional que incidem na reprovação e retenção;

III - Promoção de espaços formativos para a comunidade escolar voltado para temáticas que envolvam os processos de acesso, permanência e êxito estudantil;

IV - Consolidação e garantia do Conselho Diagnóstico/Prognóstico por período (unidade ou semestre) - consiste em um espaço de avaliação holística que reúne o corpo docente da turma e demais profissionais que acompanham o/a discente (pedagogo/a, psicólogo/a, assistente social, professor/a de atendimento educacional especializado, entre outros), que são responsáveis por analisar as condições que se deram o processo de ensino-aprendizagem e encaminhar estratégias para melhoria;

V - Sensibilização dos/as docentes sobre a importância em manterem atualizados os registros nos diários escolares (frequência, resultado parcial e final dos instrumentos avaliativos nas unidades letivas), como também, de alguma sinalização de desengajamento de discente no curso (pouco envolvimento na aula, nas atividades propostas, mudanças de comportamento), pois essas informações possibilitam um acompanhamento e intervenção, em tempo hábil, pela comissão/equipe de acompanhamento;

VI - Articulação entre o setor de registros escolares e a equipe/comissão de acompanhamento para avaliação de requerimentos estudantis que resultem em interrupção ou finalização do vínculo institucional (atestado médico, trancamento, cancelamento), para orientações e intervenções;

VII - Organização de procedimentos de como realizar a busca ativa ao estudante que deixou de frequentar a instituição (contato telefônico, visita à família, acionamento do Conselho Tutelar, entre outros). Essa busca ativa consiste no contato com o/a discente e a família para o retorno às aulas;

VIII - Prestação de contas à comunidade do trabalho realizado, dos resultados alcançados, das dificuldades enfrentadas e as (re)definições para o próximo ano/semestre.

5.2 - Fase 2- Avaliação Institucional

A avaliação institucional consiste na fase em que a escola de posse das informações sobre a evasão - as taxas e os motivos - atribui pesos aos indicadores de evasão, conforme a influência das causas - se baixa(1,0), se média(1,1), se alta(1,2), em seguida, classifica os serviços e ações destinadas a fortalecer a permanência em fortes, fracas e inexistentes. A descrição de como ocorre esse processo está disposta a seguir.

5.2.1 Indicadores de Evasão e a atribuição de pesos

Nesse instrumento foram dispostos os três fatores que influenciam a evasão: os individuais, ligados ao estudante e sua família; os internos à instituição, ligados à instituição escolar e os externos à instituição, ligados à comunidade/sociedade e os respectivos indicadores, que foram elaborados a partir das 11(onze) obras mapeadas.

Conhecendo cada indicador, a comissão/equipe de acompanhamento à permanência utilizará os dados escolares sobre as causas da evasão para atribuir pesos aos indicadores, a partir do grau de influência observados (baixa, médio ou alto), com o preenchimento no quadro 3, de acordo com os pesos correspondentes.

- Peso 1,0 - Baixa influência;
- Peso 1,1 - Média influência;
- Peso 1,2 - Alta influência.

Quadro 3 - Atribuição de peso para os Indicadores de Evasão.

Indicador	Peso
IND1 - Dificuldade de aprendizado no curso	
IND2 - Falta de identificação com o curso escolhido	
IND3 - Histórico de retenção	
IND4 - Questões de ordem emocional	
INT1 - Dificuldade nas relações interpessoais	
INT2 - Organização curricular pouco adequada	
INT3 - Práticas de ensino e de aprendizagem pouco atrativas e exigentes	
EXT1 - Situação de vulnerabilidade econômica	
EXT2 - Distância entre a instituição escolar e a moradia	

Fonte: Própria autora.

A atribuição de pesos para os indicadores, baseado nas causas que influenciaram a evasão na instituição escolar, permite, no diagnóstico inicial, identificar as situações de prioridade alta, média e baixa, possibilitando à equipe avaliar a demanda apresentada e acionar os serviços e ações adequados, proporcionando maior rapidez e direcionamento para o/a estudante que de fato necessita de maior atenção, ainda no início do curso. Dessa forma, a escola seria mais eficaz na prevenção à evasão, e também, mais eficiente na gestão dos recursos financeiros e/ou profissionais.

5.2.2 Levantamento dos Serviços e Ações de Permanência

Foram levantados serviços e ações com o objetivo de propor intervenções que minimizem o risco de uma possível evasão do/a estudante, a serem propostas desde o início do curso, já que, o maior número de abandono nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado ocorre de forma precoce, ainda no 1º ano.

Esses serviços e ações foram pautadas em reflexões e proposições encontradas no mapeamento das 11 (onze) produções acadêmicas, na experiência profissional de 10 anos

como pedagoga do IF, como também, na troca de saberes com o orientador. A partir desse levantamento, foram listados 43 (quarenta e três) serviços e ações com o propósito de contribuir para a permanência dos/as estudantes.

Após a listagem, os serviços e ações foram organizados em 5 (cinco) grupos, com o propósito de direcioná-los aos indicadores de evasão correspondentes, sendo nomeados da seguinte forma: **Grupo 1 - Serviços e ações de apoio à aprendizagem; Grupo 2 - Serviços e ações de apoio à organização curricular e planejamento; Grupo 3 - Serviços e ações de apoio financeiro; Grupo 4 - Serviços e ações de apoio às relações intra e interpessoais e Grupo 5 - Serviços e ações de apoio ao acesso.** Essa organização encontra-se detalhada a seguir.

5.2.2.1 Grupo 1 - Serviços e ações de apoio à aprendizagem (Indicadores IND1 e IND3)

O objetivo desses serviços e ações é diminuir as reprovações, as retenções, e conseqüentemente, a desmotivação e a evasão, pois estão diretamente relacionadas aos apoios a serem ofertados no processo de construção de saberes do/a estudante na escola, partindo das lacunas do processo formativo antes da entrada na instituição e/ou das dificuldades que são apresentadas no decorrer do curso.

Para o acompanhamento/monitoramento desse grupo é importante a participação de membros da equipe multidisciplinar e do NAPNE, em articulação aos demais setores/profissionais responsáveis por implementar estratégias de ensino-aprendizagem.

O acompanhamento semanal à frequência do/a estudante a esses serviços e ações é fundamental e pode ser sinalizada através de planilha de frequência *on-line*, compartilhada pela equipe/comissão e demais envolvidos/as na implementação ou a partir de adequação em sistemas utilizados pela instituição.

A avaliação dos resultados dos serviços e ações dispostos neste agrupamento deve ocorrer semanalmente, através da observação da frequência e dos resultados parciais dos instrumentos avaliativos aplicados. Essas informações devem ser acrescentadas à Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante.

O Conselho Diagnóstico/Prognóstico da instituição será um importante momento para compartilhar o acompanhamento realizado e entender de forma mais ampla os resultados das intervenções, para realização de ajustes no processo.

5.2.2.2 Grupo 2 - Serviços e ações de apoio à organização curricular e planejamento (Indicadores: IND2 - INT2 e INT3)

O conjunto de serviços e ações desse agrupamento está diretamente relacionado a intervenções de governabilidade da escola. São serviços e ações que tratam do curso ofertado, de como o currículo escolar pode caminhar para a integração dos componentes curriculares e como a escola pode melhor articular os elementos do ensino - o conteúdo, a metodologia, as atividades propostas, os instrumentos avaliativos e os processos de recuperação em prol da efetiva aprendizagem e permanência do/a discente.

Os prazos para implementação, acompanhamento e avaliação desses serviços e ações perpassam pelos períodos que devem ser estabelecidos pela instituição para planejamento, elaboração, avaliação ou alteração dos documentos norteadores do trabalho escolar: Projeto Político Pedagógico(PPP), Plano de Desenvolvimento Institucional(PDI), Plano de Metas Institucional (PMI), Plano de Ação, Projetos e no Planejamento do ensino - plano anual, de unidade e de aula.

A atuação do/a pedagogo/a e do técnico em assuntos educacionais, que compõem o setor pedagógico, é fundamental no planejamento e acompanhamento destes serviços e ações, junto com as coordenações dos cursos e demais setores responsáveis pela implementação de intervenções curriculares e de planejamento, já que esses profissionais têm como atribuição avaliar se as atividades de planejamento do ensino, que são estabelecidas em calendário letivo - plano anual, plano de unidade, plano de aula, instrumentos avaliativos, recuperação da aprendizagem - estão articuladas com o Plano do Curso e com as diretrizes norteadoras do ensino-aprendizagem. Esse acompanhamento permitirá perceber entraves ou barreiras de natureza teórica e/ou metodológica para serem tratados nos espaços formativos.

Os entraves e barreiras identificados devem servir de subsídio para definir os temas/conteúdos para as discussões a serem fomentadas nos espaços formativos da escola,

como por exemplo, nas Jornadas Pedagógicas, nos planejamentos de área, como também, para que a equipe possa realizar as orientações pedagógicas necessárias aos professores/as.

5.2.2.3 Grupo 3 - Serviços e ações de apoio financeiro (Indicador: EXT1)

O agrupamento aqui proposto visa minimizar situações que não são de governabilidade da escola, ou seja, trata-se de fatores individuais e externos à instituição, mas que podem ser minimizados com as políticas institucionais, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil(PNAES), que tem como objetivo o repasse de recurso financeiro as IES para promoção de serviços e ações de acesso, permanência e êxito, assim como, as bolsas de pesquisa e extensão fomentadas por órgãos externos e pela própria instituição, além, das possibilidades de estágio remunerado.

Considerando que o repasse financeiro do PNAES, o número de bolsas e de vagas para estágio remunerado não são em número suficiente para atendimento a todos/as os/as estudantes, é fundamental que as escolas direcionem esses auxílios, bolsas e estágios para o público que apresente maior vulnerabilidade socioeconômica, por isso, a atuação do serviço social é imprescindível no processo de planejamento, acompanhamento e avaliação desses serviços e ações junto aos demais setores responsáveis por implementar intervenções dessa natureza.

Os prazos para implementação desse grupo das ações fomentadas por órgãos externos, dependem das datas estabelecidas nesses programas, mas aqueles que estão sob governabilidade da escola, devem ser desenvolvidos no início do ano letivo, sendo amplamente divulgados e incentivados, para atingir o público-alvo.

O monitoramento à frequência de cada estudante nesses serviços e ações deve ser mensal e a avaliação ou relatórios das atividades devem estar, preferencialmente, sob responsabilidade dos setores/profissionais que vão gerir/coordenar diretamente os projetos ou programas - Setor Social, Assistência Estudantil, Setor de Extensão, Setor de Pesquisa, entre outros, sendo que essas informações devem ser compartilhadas com a equipe/comissão de acompanhamento na Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante.

5.2.2.4 Grupo 4 - Serviços e ações de apoio às relações intra e interpessoais (Indicadores: IND 4 e INT 1)

Os serviços e ações dispostos neste grupo visam minimizar o impacto da relação intrapessoal, no que tange à maneira como o/a estudante se relaciona consigo mesmo, com sua saúde mental, com seus medos, com suas expectativas no curso, no mundo do trabalho, na verticalização do estudo, como também, a relação interpessoal, a forma como se relaciona com o/a outro - colega, professor/a e demais servidores/as, se enfrenta situações de *bullying* preconceito (racial, social, religioso, de orientação sexual) -, tendo como propósito, ajudá-lo/a a lidar com essas relações de modo que não se tornem barreiras à permanência.

A atuação do setor de psicologia é fundamental para o desenvolvimento e acompanhamento desses serviços e ações, junto à gestão institucional, tendo em vista estabelecer parceria com a Rede de Assistência à Saúde, quando necessária, para o encaminhamento de estudantes ao atendimento psicológico e/ou psiquiátrico.

A implementação desses serviços e ações deve ocorrer tão logo haja a sinalização do/a estudante, família ou profissionais da escola e a avaliação do efeito dos serviços e ações devem ser atualizados na Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante, semanalmente, e sempre que houver alguma informação nova (dificuldade, sucesso).

O acompanhamento à frequência diária e aos resultados acadêmicos desse/a estudante é imprescindível para entender o impacto desse indicador no percurso acadêmico. Portanto, a atualização dessas informações nos diários escolares ou nos sistemas adotados pela escola apoiam na capacidade de intervir de forma célere.

O espaço do Conselho Diagnóstico/Prognóstico da instituição será um importante momento para compartilhar o acompanhamento realizado e entender de forma mais ampla os resultados desse processo, com o objetivo de redirecionar intervenções.

5.2.2.5 Grupo 5 - Serviços e ações de apoio ao acesso (Indicador: EXT2)

Esse agrupamento é composto por serviços e ações que tem por finalidade garantir o acesso do/a estudante em vulnerabilidade econômica e/ou com necessidade educacional específica à instituição. Embora, parte dos serviços e ações envolvam questões financeiras,

que são tratadas no Grupo 3, há o entendimento que essas merecem a devida atenção e cuidado da escola.

Trata-se do/a discente que necessita residir na cidade sede do *campus*, que dependem de transporte para chegar até à instituição ou de uma Residência Estudantil e não dispõe de meios financeiros para essa garantia, e ainda, aqueles/as que dependem de apoio de profissionais ou adequações infra estruturais e pedagógicos para superar as barreiras para aprendizagem, como é o caso dos/as estudantes com Necessidades Educacionais Específicas. Trata-se então de questões de acesso, e portanto, intervenções prioritárias.

O desenvolvimento dos serviços e ações deste grupo devem ser planejadas e acompanhadas pelo setor social, junto com os demais setores responsáveis pela gestão dessas estratégias, pois, há situações que além de envolver o apoio financeiro do PNAE, é necessária a parceria com as prefeituras municipais para garantia de transporte escolar e/ou Residência Estudantil.

O prazo de implantação desses serviços e ações deve ser imediato, pois devem ser situações a serem identificadas na matrícula, para que ao iniciar o ano letivo, esse/a estudante tenha acesso à escola.

Os 5(cinco) agrupamentos descritos totalizaram 43 (quarenta e três) serviços e ações, que encontram-se distribuídas em um quadro, estando identificados com o código G01 ao G32 e destacados na cor azul, as de governabilidade da escola, e na cor rosa, as 11 que dependem de parceria com outras instituições, com o código P01 ao P11. Essas estratégias podem ser adaptadas pela instituição, de acordo com suas especificidades.

Considerando que cada instituição administra seus recursos e tem características próprias baseadas na configuração cultural e/ou regional do território em que está inserida e nas parcerias que são viáveis, e também, que nem sempre uma ação exitosa em um local necessariamente será bem sucedida em outro, é aconselhável que a escola realize uma análise estratégica dessas ações e serviços.

Nessa perspectiva de que a escola analise os serviços e ações, avaliando as que são bem executadas, as que não são, e por isso, necessitam de investimentos financeiros ou de pessoal para revitalizar ou para implantar, foi elaborado o segundo instrumento, que é

apresentado no Quadro 4. Trata-se de uma análise estratégica das possíveis intervenções, em que a instituição escolar avaliará as que considera mais adequadas e eficazes classificando-as em inexistentes, fracas e fortes. Essa metodologia foi inspirada no princípio utilizado na análise SWOT/FOFA.

0 - Serviços e ações inexistentes (serviços e ações não implementadas ou inexistentes na instituição/*campus*);

- **1 - Serviços e ações fracas** (serviços e ações que existem, porém, ainda precisam de suporte e ajustes para um melhor funcionamento);
- **2 - Serviços e ações fortes** (ações já estabelecidas e executadas com êxito pela instituição).

Quadro 4 – Agrupamento de serviços e ações para mitigar o risco de evasão

Quadro - Agrupamento dos serviços e ações		
Grupo 1	Serviços e ações de apoio à aprendizagem (Indicadores IND1 e IND3)	Classificação
G01	Projeto de Acolhimento/Base.	
G02	Monitoria, grupo de estudos, atendimento docente e plano de estudos.	
G03	Acompanhamento aos/às estudantes, pelo NAPNE e pela equipe multidisciplinar.	
G04	Plano de ação para recuperação paralela, com revisão dos conteúdos de menor desempenho (estudo dirigido, atendimento).	
G05	Garantia de almoço para todos/as os/as estudantes que participam de atividades em turno oposto(atendimento, monitoria, projetos, orientações).	
G06	Direcionamento de projetos de ensino e de assistência estudantil, a partir das demandas de permanência e êxito dos/as estudantes.	
G07	Acompanhamento da frequência do/a estudante.	
G08	Implantação de cursos voltados para a EJA.	
G09	Diálogo com a família e/ou com o/a estudante sobre rendimento acadêmico, ausências, falta de engajamento nas propostas.	
G10	Atendimento domiciliar aos estudantes impedidos de frequentar as aulas, de acordo com as normativas institucionais.	
P01	Diálogo com as Redes Municipais de Educação buscando meios para qualificar o percurso educacional do/a estudante no EF.	
P02	Realização de diagnóstico psicopedagógico.	
Grupo 2	Serviços e ações de apoio à organização curricular e planejamento (Indicadores: IND2 - INT2 e INT3)	Classificação
G07	Acompanhamento à frequência do/a estudante.	

G11	Divulgação contínua dos Cursos.	
G12	Atividades teórico-práticas e visitas técnicas.	
G13	Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).	
G14	Composição de comissão para revisão dos PPCs, com base nos preceitos de uma educação omnilateral e integrada, conforme Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e demais documentos orientadores do EMI.	
G15	Escuta da comunidade acerca dos entraves nos planos de cursos, inclusive, estudantes egressos.	
G16	Formação sobre Educação Profissional e Tecnológica, Currículo, Ensino Médio Integrado, Avaliação.	
G17	Organização de seminários por área para análise das ementas, indicação de possíveis trabalhos interdisciplinares/projetos integradores.	
G18	Acolhimento aos servidores/as ingressos com breve apresentação do que é a EPT, do perfil da instituição, dos cursos e dos/as estudantes, do fazer pedagógico na instituição, das principais normativas.	
G19	Promoção de espaços formativos para docentes e técnicos administrativos discutirem demandas do fazer pedagógico (jornada pedagógica, por exemplo).	
G20	Elaboração de orientações internas para estágio.	
G21	Inserção nos PPCs dos cursos a possibilidade de cumprimento de estágio através de projetos de extensão e de pesquisa articulados ao perfil de egresso.	
G22	Contato do Departamento de extensão com as empresas/instituições locais.	
P03	Criação de espaço formativo entre instituições para compartilhar as experiências exitosas, os resultados, pensar serviços e ações, construir diretrizes frente aos problemas identificados.	
P04	Contato do/a estudante com a empresa que pode realizar estágio para consolidar parceria com a instituição.	
Grupo 3	Serviços e ações de apoio financeiro (Indicador: EXT1)	Classificação
G23	Inserção em auxílios e/ou bolsas da assistência estudantil e/ou bolsas (ensino, pesquisa ou extensão), de acordo com os critérios dos programas.	
G24	Atendimento do Setor Social.	
G07	Acompanhamento à frequência do/a estudante.	
P05	Encaminhamento do setor social para a rede de assistência social no município.	
P06	Inserção em estágios remunerados.	
Grupo 4	Serviços e ações de apoio às relações intra e interpessoal (Indicadores: IND 4 e INT 1)	Classificação
G07	Acompanhamento à frequência do/a estudante.	
G25	Atendimento e acompanhamento psicológico institucional.	
G26	Ambiente de escuta acolhedora ao estudante.	
G27	Formação para a comunidade sobre os temas que permeiam as dificuldades nas relações interpessoais (assédio moral ou sexual, bullying, preconceito, entre outros).	
G28	Escuta sigilosa do/a estudante e/ou família para entender as dificuldades nas relações interpessoais.	
P07	Parceria com a Rede de Saúde municipal para acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico.	

P08	Projetos/Cursos/Formações que possam introduzir conteúdos de educação emocional para estudantes, famílias e servidores/as.	
Grupo 5	Serviços e ações de apoio ao acesso (Indicador: EXT2)	Classificação
G07	Acompanhamento da frequência do/a estudante.	
G23	Inserção em auxílios e/ou bolsas da assistência estudantil(transporte, moradia), de acordo com os critérios dos programas.	
G29	Espaço de descanso para estudantes que permanecem o dia todo na instituição.	
G24	Atendimento do Setor Social.	
G30	Adequações infraestruturais para apoio aos estudantes que ingressam com necessidade educacional específicas, para superação das barreiras arquitetônicas.	
G31	Contratação de profissionais para atendimento aos estudantes, de acordo com a necessidade educacional específica, para superação das barreiras físicas, atitudinais e de comunicação.	
G32	Entrevista com a família, escola e estudante com necessidade educacional específica para entender o percurso educacional, como se dá o acesso ao conhecimento, qual rede de apoio esse educando/a possui.	
P09	Residência Estudantil da instituição ou das Redes Municipais de Educação.	
P10	Diálogo com as Redes Municipais para garantia do transporte escolar.	
P11	Parceria com a Rede Municipal de Saúde e Educação para Atendimento aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas	

Fonte: Própria autora.

Essa classificação pode ser realizada pela equipe/comissão de acompanhamento à permanência ou em uma oficina com uma participação mais abrangente da escola, antes de designar quais serviços e ações seriam mais adequados para prevenir determinado risco de evasão.

É pertinente que uma vez identificados quais os serviços e ações de maior força, de maior impacto positivo na permanência do/a estudante, a escola as institucionalize, através de instrumentos de formalização, como o Projeto Político Pedagógico, o Plano de Desenvolvimento Institucional, Planos/Projetos de Ação.

Quanto aos serviços e ações classificados como fracos ou inexistentes, caberá à instituição, através da comissão/equipe de acompanhamento e dos setores ou profissionais envolvidos com essas intervenções, realizarem uma análise das necessidades para implantação ou fortalecimento, - engajamento de quais setores/profissionais, quais os apoios/parcerias internos ou externos, quais recursos - objetivando, viabilizar a efetividade das estratégias.

5.3 - Fase 3 - Diagnóstico Discente

Para a fase do Diagnóstico Discente, primeiro seria preciso escolher o instrumento mais adequado a ser utilizado para coletar as informações dos/as estudantes. Com esse objetivo, foi pensado em duas alternativas muito utilizadas em produções acadêmicas e em instituições escolares, que é o questionário ou a entrevista, que são técnicas consideradas simples, então, foi necessário ponderar sobre as especificidades de cada uma, pensando no processo de tratamento das informações.

Analisando sobre a estrutura das questões, no questionário as perguntas normalmente estão estruturadas na forma de possibilidades de resposta, na entrevista as respostas são mais livres; além disso, o questionário demanda mais trabalho para formatar, pois as questões devem cobrir todas as possibilidades de resposta e, portanto, quem o formata deve ter um conhecimento profundo da realidade daquele que presta as informações, ao passo que na entrevista a dificuldade consiste na hora da análise das respostas que, sendo livres, podem expressar aspectos que não eram esperados por quem o formatou e desprender um pouco mais de tempo para essa análise.

A partir dessas reflexões pela busca por um instrumento que pudesse coletar os dados de todos/as os/as estudantes de uma forma rápida, pois seria preciso intervir ainda no início do curso, e que, pudesse otimizar o tempo da comissão/equipe de acompanhamento para tratar os dados, pois não há um número de profissionais disponíveis somente para essas atribuições, foi descartada a entrevista e escolhido o questionário.

Esse questionário teria que apresentar uma técnica confiável para tabulação dos dados e possibilitar a atribuição de pesos para priorizar indicadores que apresentassem um maior grau de influência no risco de evasão, por isso, foi escolhida a metodologia do SUS.

5.3.1 Questionário diagnóstico inicial e de percurso e cálculo do Grau de Influência(GI)¹¹

O questionário diagnóstico inicial e de percurso foram elaborados com questões que pudessem sinalizar se o/a estudante possui risco de evasão e qual a prioridade desse risco. Esses questionários devem ser aplicados aos discentes para o processo de diagnóstico inicial e de avaliação do percurso. É importante ressaltar que a instituição pode acrescentar nesse

¹¹ Grau de Influência (GI) foi o termo que passou a ser utilizado no decorrer da elaboração do produto, para denominar o impacto que determinado indicador possui no risco de evasão do/a estudante.

instrumento, outros itens a serem investigados, que considere pertinentes para o acompanhamento da equipe/comissão.

O questionário diagnóstico inicial, deve ser aplicado, de preferência, no ato da matrícula e deve ser composto pelos dois fatores que podem impactar na permanência do/a estudante ainda no ingresso no curso, que são os fatores **individuais**, ligados ao estudante e a sua família e os fatores **externos** à instituição, ligados à comunidade/sociedade, pois até esse momento o/a estudante não experienciou situações internas à instituição. Essas informações vão servir de base para a priorização de indicadores, e também, para seleção dos grupos de serviços e ações mais adequadas que vão compor a Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante (Figura 12).

O questionário diagnóstico de percurso servirá para avaliar o processo de acompanhamento ao estudante, ou seja, se ainda apresenta risco de evasão, se as ações e serviços tratados foram eficazes ou se há necessidade de alterar, como também, se outras situações vivenciadas nesse período resultaram em outros pontos de observação. Uma outra finalidade deste questionário é analisar a situação do/a discente que não apresentou risco de evasão na resposta ao questionário diagnóstico inicial, se passa ou não a apontar indícios de uma possível evasão no decorrer do curso.

Esse questionário diagnóstico de percurso, deve ser organizado pelos fatores que compuseram o inicial, mais, as questões relacionadas ao fator interno à instituição e, deve ser aplicado, preferencialmente, antes do Conselho Diagnóstico do período (unidade didática, semestre). Essas informações vão estar dispostas na Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante, que será um instrumento para sistematização dos dados do diagnóstico, do monitoramento e da avaliação da permanência do/o educando/a no curso.

Os questionários foram organizados para que cada indicador seja avaliado por 5 (cinco) questões, em que o/a estudante deverá atribuir uma nota, em uma escala de 1 a 5, em que 1 representa a atribuição do menor valor e 5 o maior, e, o somatório da resposta de cada indicador com o peso atribuído pela escola, resultará em uma média que apontará ou refutará o risco de evasão. Esse questionário foi elaborado com base na escala *Likert* e cada indicador

recebeu um peso atribuído pela escola, de acordo com as causas que mais impactam as taxas de evasão e que foram classificados pela instituição no Quadro 4, disposto na fase anterior.

Para calcular o GI de determinado indicador no risco de evasão do/a estudante, foi utilizado o mesmo princípio do *System Usability Scale* (SUS). Para cada indicador foram elaboradas 5 questões¹², sendo 3 questões nas posições ímpares (1, 3, 5), com perguntas diretas relacionadas ao risco de evasão e as outras duas questões nas posições pares (2, 4), com perguntas que contradizem as perguntas ímpares. Mesmo o número de questões pares sendo menor que as ímpares, essa diferença do número de questões não impacta no resultado do GI, pois cada questão tem o mesmo peso e a mesma variação de respostas que será visto na demonstração do cálculo, que encontra-se detalhado a seguir.

Dessa forma, o processo para o cálculo do **Grau de Influência(GI)** será realizado da seguinte forma:

Cálculo:

- Para as perguntas ímpares (1, 3, 5) subtraia 1 da pontuação que o usuário respondeu (X-1).
- Para as perguntas pares (2, 4) subtraia de 5 a pontuação que o usuário respondeu (5-X).
- Some os valores das 5 perguntas e multiplique por 5¹³ e pelo peso.
- O resultado obtido será uma pontuação entre o intervalo de 0 a 120.

O cálculo para encontrar o **Grau de Influência(GI)** se dá pela Equação 5.1:

$$\left[\sum_{n=1}^3 (Q_{2n-1} - 1) + \sum_{n=1}^2 (5 - Q_{2n}) \right] * 5 * P \quad (5.1)$$

Em que:

- n - Número da questão;
- Q_{2n-1} - Questões ímpares;

¹² As questões para composição do questionário diagnóstico inicial e o de percurso, encontram-se dispostas no apêndice A e B.

¹³ No cálculo original do SUS é utilizado 2,5 como fator multiplicador para 10 questões, deixando o resultado dentro de uma escala de 0 a 100. Para o GI em que o número de questões é a metade, foi então dobrado o fator multiplicador (5).

- U_{2n} - Questões pares;
- P - Peso atribuído pela instituição na fase 1 no instrumento 1(Quadro 3).

Para o cálculo do **GI** são utilizadas 5 questões para cada indicador e cada questão pode receber um valor entre 1 e 5, com isso, são geradas 21 possibilidades de pontuação. A variação da pontuação ocorre em múltiplos de 5 para o peso 1(um), de 5,5 para o peso 1,1 (um vírgula um) e de 6 pontos para o peso 1,2(um vírgula dois).

Tabela 3 - Todos os valores que o GI pode assumir para um indicador

Pesos	Possíveis valores do GI para um indicador													
	1	0	2	5	3	10	4	15	5	20	6	25	7	30
1	8	35	9	40	10	45	11	50	12	55	13	60	14	65
	15	70	16	75	17	80	18	85	19	90	20	95	21	100
	1	0	2	5,5	3	11	4	16,5	5	22	6	27,5	7	33
1,1	8	38,5	9	44	10	49,5	11	55	12	60,5	13	66	14	71,5
	15	77	16	82,5	17	88	18	93,5	19	99	20	104,5	21	110
	1	0	2	6	3	12	4	18	5	24	6	30	7	36
1,2	8	42	9	48	10	54	11	60	12	66	13	72	14	78
	15	84	16	90	17	96	18	102	19	108	20	114	21	120

Fonte: Própria autora.

O questionário SUS por ser um método maduro, testado e aprovado pela comunidade de pesquisa, ele consegue estabelecer índices de referência de usabilidade, com uma pontuação de 68 pontos. Como essa metodologia já foi validada, foi adotado o mesmo padrão, porém, como a escala GI são valores múltiplos de 5, conforme Tabela 3, foi necessário aproximar para 70 pontos, o que seria considerado um alto risco de evasão. A classificação do GI ficou de acordo com as faixas definidas no Quadro 5.

Quadro 5 - Faixa de pontuação e classificação do risco

Faixa de pontos	Risco
70 - 120	Alto
50 - 69,5	Moderado
0 - 49,5	Baixo

Fonte: Própria autora.

Resultados iguais e maiores que 70 pontos representam um risco alto de evasão naquele indicador, ou seja, a instituição deve priorizar serviços e ações para esse/a estudante; valores entre 50 e 69,5 pontos representam um risco de evasão moderado e, valores menores que 50 pontos representam um baixo risco de evasão e portanto, valores aceitáveis em que a comissão/equipe de acompanhamento não teria necessidade de priorizar serviços e ações no diagnóstico inicial ou de percurso.

Para exemplificar o funcionamento dos questionários diagnósticos e compreender o cálculo para encontrar o **Grau de Influência(GI)**, é apresentado no Quadro 6 uma simulação de respostas para um indicador, o IND1 - Dificuldade de aprendizado no curso. Vale destacar que para composição dos questionários, a instituição pode utilizar outras questões, desde que seja possível diagnosticar o risco de evasão referente ao indicador a ser tratado e que utilize o mesmo princípio - questões ímpares, afirmam o risco, questões pares refutam.

Quadro 6 – Questionário diagnóstico inicial respondido para exemplo do cálculo

Nº	Questões	Resposta					Cálculo
		1	2	3	4	5	
1	Tenho dificuldades na disciplina de matemática			X			$3 - 1 = 2$
2	Tenho facilidade em aprender novos conteúdos de qualquer disciplina				X		$5 - 4 = 1$
3	Tenho dificuldade no aprendizado de Português			X			$3 - 1 = 2$
4	Tenho tempo para me dedicar a estudos em casa	X					$5 - 1 = 4$
5	Minhas reprovações em séries anteriores tem a ver com minha dificuldade em Matemática ou em Português (leitura e produção de textos)		X				$2 - 1 = 1$
Soma							10
GI=Soma * Multiplicador * Peso							10 * 5 * 1,0

Fonte: Própria autora.

Exemplificando o cálculo para encontrar o **GI** para as questões sinalizadas no Quadro 6, em que os valores atribuídos às respostas foram (3, 4, 3, 1, 2), obtém-se a soma 10 que será multiplicada por 5 e pelo peso 1,0, resultando no valor final de **50 pontos** que representa o **GI**, sinalizando um risco moderado para esse indicador.

Para facilitar o entendimento de como o GI consegue identificar o risco de evasão, e, de compreender como se dão os resultados gerados pelo questionário, será apresentado na

Tabela 4, a simulação para as respostas de 10 estudantes para um mesmo indicador, em que o peso atribuído foi 1,0 (um).

Tabela 4 – Simulação de resposta de 10 estudantes.

n°	Nome Estudante	Questões					Pontuação final
		1	2	3	4	5	
1	Estudante A	1	5	1	5	1	0
2	Estudante B	1	5	1	5	3	10
3	Estudante C	2	5	3	5	3	25
4	Estudante D	3	4	3	4	3	40
5	Estudante E	3	3	3	3	3	50
6	Estudante F	4	4	4	4	4	55
7	Estudante G	4	4	5	4	5	65
8	Estudante H	5	4	5	3	5	75
9	Estudante I	5	2	5	2	5	90
10	Estudante J	5	1	5	1	5	100

Fonte: Própria autora.

Conforme a Tabela 4, o/a Estudante A, sinaliza todas as questões ímpares com o menor valor (1) e as questões pares com o maior valor (5), obtendo a pontuação mínima de 0 (zero) ponto, apresentando então um risco baixo para o indicador avaliado.

Para os/as Estudantes B, C e D, as questões ímpares têm um valor menor que as pares, apresentando um resultado abaixo de 40 pontos, que sinaliza um GI de baixo risco de evasão.

Com os/as Estudantes E, F e G as questões ímpares têm o mesmo valor que as questões pares, que indicam um resultado maior que os 50 pontos e menor que 65, sinalizando um GI de risco moderado para evasão.

Já os/as Estudantes H e I, as questões ímpares têm um valor maior que as pares, que apontam um resultado igual ou superior aos 75 pontos, sinalizando um GI alto para risco de evasão.

O/A Estudante J, sinaliza todas as questões ímpares com o maior valor (5) e as pares com o menor valor (1), com essas respostas é obtida a pontuação máxima de 100 pontos, apresentando assim, um risco alto de evasão.

5.4 - Fase 4 - Acompanhamento Discente

O acompanhamento discente é realizado a partir do monitoramento dos serviços e das ações que são atribuídas a determinado setor/profissional responsável pela implementação, e, este responsável deve inserir as informações de forma compartilhada¹⁴ na Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante. Esse monitoramento deve considerar os prazos estabelecidos, incluindo as observações necessárias (participação do/a estudante, dificuldades ou facilidades enfrentadas na intervenção) e a equipe/comissão faz o acompanhamento (semanal ou quinzenal), através de conferência das informações na Ficha e nas reuniões periódicas, para discutir ajustes e (re)orientações.

Além dessas reuniões entre os membros da comissão, que são importantes para ajustar o percurso de acompanhamento, é necessário estabelecer encontros com os/as estudantes acompanhados/as. Essa escuta pode ser organizada em grupos compostos a partir dos indicadores de evasão em monitoramento ou a partir dos serviços e ações que estão participando, com o intuito de identificar possíveis dificuldades no processo, relatados a partir do ponto de vista do/a discente.

5.4.1 Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante

De posse das informações coletadas no questionário diagnóstico inicial, da classificação dos serviços e ações em fortes, fracas ou inexistentes, a equipe/comissão de acompanhamento utilizará esses dados para organizar a Ficha de Acompanhamento Individual do/a Estudante.

Essa Ficha é composta pela identificação básica do/a discente, depois, o campo com as informações a serem preenchidas a partir do questionário diagnóstico, que permitiu selecionar os indicadores que devem ser priorizados, e, em seguida, os campos - serviços e ações. Para as intervenções sinalizadas, deve ser indicado o responsável (o setor/profissional que implementará e acompanhará a ação), o prazo para essa implementação, o *status* (realizada ou não realizada) e as observações sobre a execução (descrição da natureza da dificuldade/facilidade encontrada na implementação e acompanhamento).

¹⁴ Pode ser utilizado o serviço de armazenamento em nuvem, oferecido tanto em modalidade gratuita, como em planos por assinatura.

Após a validação foi acrescido um campo para as observações dos setores de acompanhamento ao discente e do Conselho de Classe Diagnóstico, que agregará contribuições que servirão de parâmetro para a escolha de outros serviços e ações, conforme pode ser conferida na Figura 12.

Figura 12 - Ficha de Acompanhamento Individual do/a estudante.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL DO/A ESTUDANTE				
Identificação				
Instituição	Instituto ABC			
Estudante	Aluno A			
Curso/Ano/Turma	Curso B			
Plano de Acompanhamento				
Data de realização do 1º diagnóstico				04/02/2022
Prioridade	Indicadores			
Alta	IND1 - Dificuldade de aprendizado no curso			
Moderada	IND2 - Falta de identificação com o curso escolhido			
Serviços/Ações	Responsável	Prazo	Status	Observação
Data de realização do diagnóstico de percurso				
Apresenta risco de evasão		Não. Finalizar o acompanhamento		
Prioridade	Indicadores			
Alta	INT1 - Dificuldade nas relações interpessoais			
Moderada	EXT1 - Situação de vulnerabilidade econômica			
Observações dos setores de acompanhamento e do Conselho de Classe Diagnóstico				
Serviços/Ações	Responsável	Prazo	Status	Observação

Fonte: Própria autora.

5.4.2 Priorização do Grupo de Ações - Para os casos de discentes apresentarem mais que um fator de risco

Considerando que a evasão escolar é um fenômeno multifacetado, originado a partir da inter-relação de fatores individuais, internos e externos à instituição, haverá situações em que o/a estudante apresentará dois ou mais indicadores que apontem risco de evasão.

Por isso, correlacionar os serviços e ações que preventivamente aumentem as chances de permanência, é tão importante para que haja direcionamento dos esforços dos/as profissionais, pois não há um quadro vasto de pessoas com a finalidade de acompanhar apenas estudantes em situação de risco de evasão, mas que conciliam essas e outras atividades inerentes a seu cargo ou função. Um outro ponto a se considerar é o fato de que os recursos financeiros não são ilimitados, ao contrário, nos últimos anos, as instituições de educação têm sofrido severos cortes orçamentários do governo federal.

Para organização da Ficha de Acompanhamento, primeiro devem ser apontados os indicadores a serem tratados e a prioridade de tratamento, tendo como direcionador dessa escolha, as causas que têm apresentado maior influência na evasão escolar. Nos casos em que o/a aluno/a apresente um risco alto, em mais de um indicador, é pertinente selecionar também, a ordem dos serviços e ações, a partir da classificação das que possuem maior força, que foram apontadas pela equipe/comissão de acompanhamento, no Quadro 4.

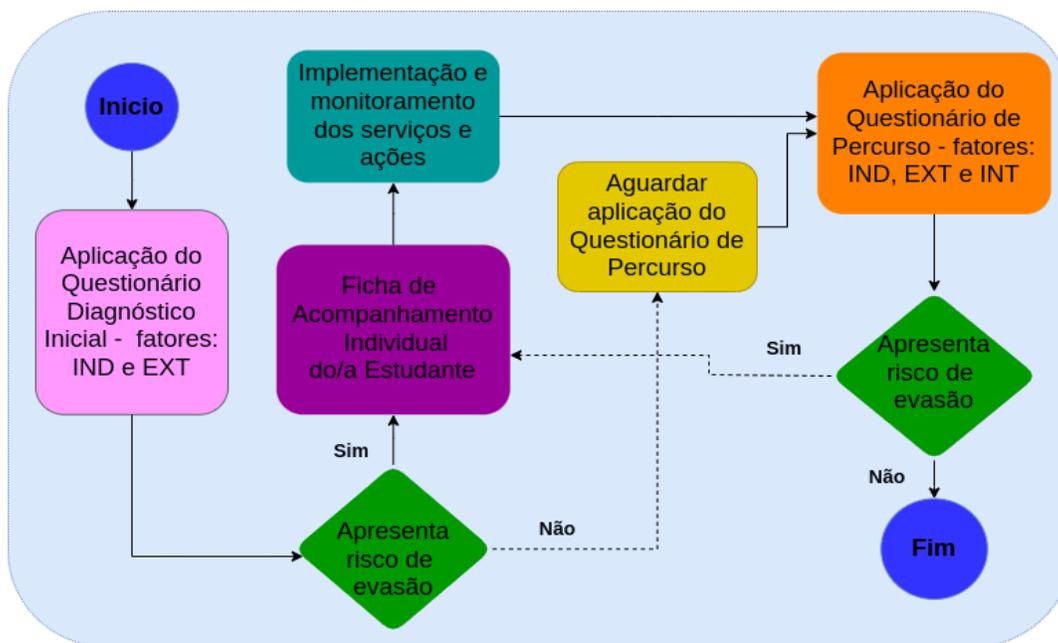
Para apoiar na compreensão dessas orientações, são exemplificadas algumas situações em que os fatores podem se inter-relacionar e como poderiam ser pensadas a priorização dos indicadores e das intervenções.

Exemplo 1 - O/A estudante que, por exemplo, aponte alto risco nos indicadores **IND1- Dificuldade de aprendizado no curso curso e EXT3- Distância entre a instituição escolar e a moradia**, há necessidade de ordenar os indicadores, iniciando pelo que impacta na presença à instituição - transporte, moradia - pois, essa é uma questão de acesso e este/a discente precisa frequentar a escola para participar dos espaços de aprendizagem (aulas, atendimentos, acolhimento, grupos de estudo, monitoria) e minimizar o impacto do IND1 no processo de permanência. Nesse caso, iniciar pelo Grupo 5 - Serviços e ações de apoio ao acesso, e, resolvida a situação, as do Grupo 1 - Serviços e ações de apoio à aprendizagem.

Exemplo 2 - O/A estudante que apresente risco de evasão a partir dos indicadores **IND5 - Questões emocionais e EXT2 - Dificuldade econômica**. Nesse caso, seria pertinente as intervenções partirem dos serviços e ações do Grupo 4 - Apoio financeiro - e, em seguida, as de acompanhamento à saúde emocional, já que, o apoio financeiro permitirá ao/a estudante custear despesas, como alimentação e transporte, que permitirá a frequência, nos turnos opostos às aulas, aos espaços de cuidados com a saúde emocional propiciados pela instituição (atendimento psicológico, projetos de ensino e de assistência estudantil voltados para a temática, entre outros).

Para sistematizar o fluxo do processo descrito nas Fases 3 e 4 deste Protocolo para Permanência, que descrevem o diagnóstico e acompanhamento do/a discente, é apresentado o fluxograma, na figura a seguir.

Figura 13 – Fluxo das fases de diagnóstico e de acompanhamento ao discente



Fonte: Própria autora.

O Fluxo apresentado na Figura 13, consiste em um breve resumo do processo a partir da aplicação do questionário diagnóstico inicial, que deve ser respondido pelo/a discente, preferencialmente no ato da matrícula, em seguida, a organização da Ficha de Acompanhamento ao Estudante que apresenta risco de evasão, e, para avaliar se após as

intervenções a situação de risco persiste ou se o/a educando/a após a entrada no curso passa a apresentar risco de evasão, todos/as os/as estudantes serão submetidos/as ao questionário de percurso, a ser aplicado antes do Conselho Diagnóstico/Prognóstico.

Após a aplicação do questionário diagnóstico de percurso, caso o/a educando/a acompanhado/a ainda apresente risco de evasão, continuará sendo acompanhado/monitorado pela equipe/comissão, e caso não apresente risco, o processo é finalizado.

5.5 - Validação do Produto Educacional

A validação consiste em uma etapa fundamental para entender se o Produto Educacional elaborado atende ao objetivo, se apresenta falhas a serem ajustadas ou outras demandas a serem atendidas, de modo que contribua com a qualificação das etapas ou instrumentos dispostos na proposta.

No processo de validação do Protocolo para Permanência foi necessário organizar um protótipo teste do sistema em plataforma *web*, com a finalidade de facilitar a compreensão do Produto Educacional, como também, um questionário que foi aplicado aos avaliadores, após a apresentação do Protocolo.

O protótipo teste foi estruturado com quatro, dos cinco instrumentos que compõem o Protocolo: o questionário diagnóstico inicial, o questionário diagnóstico de percurso, o Quadro 3 para atribuição de pesos para os indicadores e o Quadro 4 de classificação das ações e serviços. O modelo inicial foi elaborado por um parceiro de pesquisa, o professor de informática Monck Charles e encontra-se disponível no endereço web: <http://ifbaseabra.edu.br/eva>.

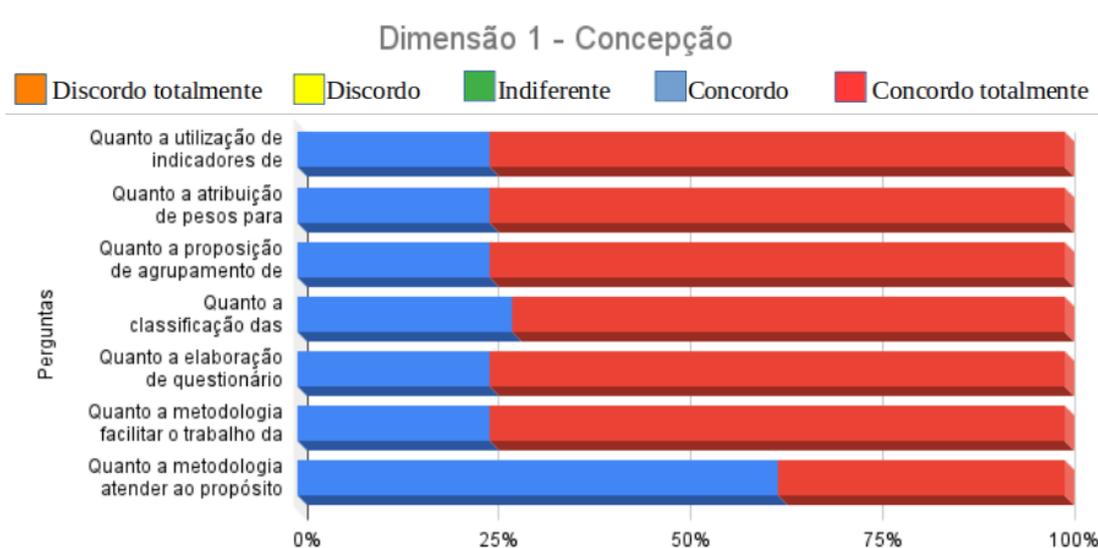
O questionário foi composto por vinte questões objetivas organizadas em formulário, através do *google forms*, em que cada questão continha 5 critérios avaliativos variando entre discordo totalmente e concordo totalmente, e mais, três questões abertas. As questões foram elaboradas considerando quatro dimensões: concepção, aplicabilidade, inovação e usabilidade. Esta última dimensão foi adicionada após a construção do protótipo modelo e o questionário encontra-se disponível no Apêndice C.

Após a organização do instrumento avaliativo, o Protocolo para Permanência foi apresentado em reunião para a Comissão de Permanência e Êxito do *campus* Seabra, no dia 09 de Fevereiro de 2022, com a presença de 09(nove) representantes, destes, 8 (oito) responderam ao formulário e a análise dessas respostas são apresentadas a seguir.

5.5.1 Dimensão 1 - Concepção

Nesta dimensão avaliou se a metodologia elaborada e os instrumentos propostos no Protocolo para Permanência estão coerentes com a finalidade do produto, que é identificar se o/a estudante ao ingressar no EMI, apresenta risco de evasão e quais os serviços e ações de permanência seriam mais adequados para minimizá-lo. As respostas a essa dimensão podem ser conferidas a seguir, na Figura 14.

Figura 14 - Gráfico com as respostas da dimensão - concepção.



Fonte: Própria autora.

Nessa dimensão, a comissão avaliou positivamente todos os critérios e não foi obtida resposta indicando discordância ou indiferença, o que permitiu constatar que a proposta encontra-se condizente com a concepção a qual foi elaborada.

Além das questões objetivas, foi feita uma pergunta aberta aos avaliadores/as com a finalidade de sondar quais aspectos podem ser melhorados na metodologia, para que atenda ao objetivo proposto. As respostas a essa questão podem ser observadas a seguir.

- “Acredito que está bem completo, foi muito bem elaborado, não observo necessidade de acréscimos ou alterações”.
- “Não consigo mensurar”.
- “O projeto funciona bem e a proposta é original e muito interessante, penso que as melhorias surgirão a partir da implementação do projeto e dos feedbacks na prática. A ideia já funciona bem e certamente só vai melhorar”.
- “Metodologia coerente. Após aplicabilidade e resultados pode ser ou não aprimorada”.
- “Fiquei pensando em alguma forma de agregar informações dos setores e conselhos diagnósticos para análise e sinalização posterior dos serviços”.
- “Incorporar perguntas que remetam à questão racial e ao racismo estrutural reproduzido nas escolas que podem ser motivações para casos de evasão”.

A partir das respostas apresentadas, foi observada a necessidade de incluir duas ponderações. Uma que sugeria “agregar informações dos setores e conselhos diagnósticos(...)” e a outra, que indicava “Incorporar perguntas que remetam à questão racial e ao racismo estrutural reproduzido nas escolas(...)”. Para a primeira ponderação, foi acrescentado o campo “**Observações dos setores de acompanhamento e do Conselho de Classe Diagnóstico**” na Ficha de Acompanhamento Individual do/a estudante. A segunda consideração foi contemplada no texto que descreve a composição do indicador INT 1 - Dificuldade nas relações interpessoais, como também, nas ações e serviços que compõem o Grupo 4 - de apoio às relações intra e interpessoais.

Ressalta-se que a escola pode inserir outros pontos a serem investigados nos questionários diagnósticos, porém, como as questões formuladas neste trabalho remetem diretamente a indicadores elaborados a partir de causas mapeadas em produções acadêmicas no EMI, nesses trabalhos, não foram detectadas causas da evasão diretamente relacionadas à questão racial.

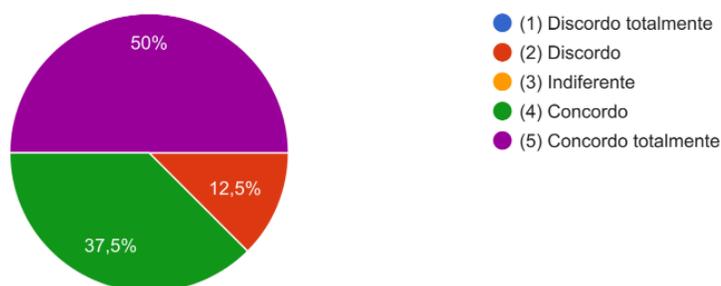
5.5.2 Dimensão 2 - Aplicabilidade

Esta dimensão avaliou a capacidade que a metodologia proposta no Produto Educacional possui de se adaptar às especificidades de cada instituição de EMI.

Figura 15 - Gráfico com as respostas da Dimensão Aplicabilidade: Atribuição de peso aos indicadores de evasão

Identificar as causas da evasão e atribuir peso correspondente ao grau de influência (baixo, médio ou alto) - gera uma aplicabilidade capaz de adequar a metodologia às especificidades da escola.

8 respostas

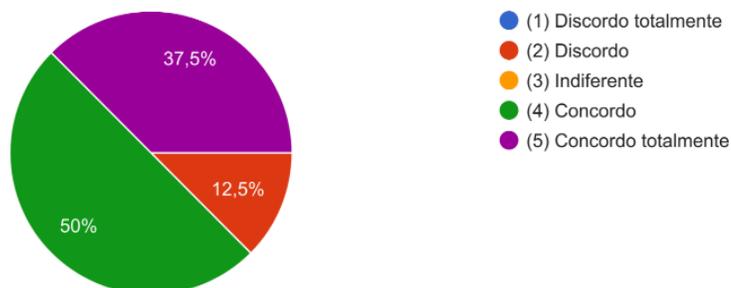


Fonte: Própria autora.

Figura 16 - Gráfico com as respostas da Dimensão Aplicabilidade: Adequação a diferentes realidades do EMI

Você percebe que a metodologia proposta no Protocolo para Permanência consegue se adaptar a qualquer instituição que ofereça Cursos de Ensino Médio Integrado?

8 respostas



Fonte: Própria autora.

No que tange a adaptabilidade do produto a diferentes realidades, 87,5% dos/as avaliadores/as responderam que concordam ou concordam totalmente que a atribuição de

pesos aos indicadores pela instituição escolar, a partir das causas que têm influenciado a evasão, permite adequar a fase de avaliação ao contexto das instituições de EMI. Embora a Aplicabilidade tenha sido bem avaliada, 12,5%, que corresponde a um participante, sinalizou discordância, o que leva-se a inferir que o tempo para essa avaliadora compreender a metodologia do Protocolo, que foi de 1h, talvez tenha sido insuficiente para assimilar os processos dispostos na proposta: as fases e os instrumentos.

5.5.3 Dimensão 3 - Inovação

A Dimensão Inovação avaliou se o Protocolo para Permanência baseia-se em algo novo ou na reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original. Para esta avaliação foi feita uma pergunta aberta: Quais aspectos da metodologia você considera inovador/es e/ou original/is?

Em resposta ao questionamento, foram obtidas considerações valorosas dos/as avaliadores:

- “O questionário diagnóstico, pois já identifica se o estudante oferece risco de evasão o que facilita o trabalho da equipe pedagógica, a fim de evitar que o estudante evada. Bem como a aplicação de pesos aos indicadores de risco de evasão pois permite trabalhar com equidade e verificar quais estudantes apresentam maior risco de evadir”.
- “Considero que o sistema minimiza bastante o trabalho das equipes que atuam no âmbito da permanência ao sistematizar as informações”.
- "Atribuição de pesos aos indicadores, seleção e conjugação de indicadores externos e internos, articulação com serviços/ações”.
- “A atribuição de pesos e a indicação de ações a serem adotadas no ingresso imediato do/a estudante”.
- “A forma de avaliação que permite uma análise mais completa e objetiva dos estudantes e uma separação que possibilita uma resposta mais rápida e eficaz por parte da instituição”.
- “Indicadores de evasão”.

A partir das respostas do/as avaliadore/as foi possível constatar que os instrumentos elaborados na perspectiva de tornar o processo de identificação do risco de evasão mais eficaz, pode ser eficiente no quesito otimizar o tempo dos/as profissionais a serem envolvido/as na equipe/comissão de acompanhamento à permanência, como também, na

rapidez em identificar o/a estudante em risco de evasão para implementar intervenções mais céleres, ainda no início do primeiro período do curso.

5.5.4 Dimensão 4 - Usabilidade

Esta dimensão avaliou o grau de facilidade com que as pessoas manuseiam o produto desenvolvido. Para isso, foi empregada a técnica do questionário de usabilidade, o SUS e como resposta às questões, foi obtida uma pontuação média de 76,56 pontos, que de acordo com os parâmetros dessa escala, pontuações iguais a 68 pontos apresenta uma boa usabilidade e acima disso, ótima.

A validação sinalizou que o Produto Educacional, o Protocolo para Permanência, conseguirá atingir o propósito com que foi elaborado, de proporcionar maior celeridade na identificação do grau de risco de evasão do/a estudante na entrada do curso e de facilitar o trabalho da equipe/comissão de acompanhamento na gestão das ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas, que preventivamente aumentem as chances de permanência. Além disso, também foi observado que trata-se de uma proposta que consegue se adaptar à realidade de diferentes instituições de EMI.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou o caminho trilhado no estudo da temática permanência escolar, para elaboração de um Produto Educacional que possa contribuir para a garantia constitucional do direito à educação, sendo capaz de identificar qual o risco de evasão do/a estudante ainda no ingresso do Curso Técnico de Nível Médio Integrado e correlacionar os serviços e ações adequados e prioritários à sua permanência, tendo como questões norteadoras para esse estudo - Quais as principais causas da evasão apontadas nas pesquisas sobre o EMI na Rede Federal, no período de 2011 a 2020? É possível identificar o/a estudante que no ingresso do Curso Técnico de Nível Médio Integrado apresenta graus de risco de evasão? Como podemos priorizar o acompanhamento aos estudantes em risco de permanência, correlacionando serviços e ações adequados à permanência, que permita uma gestão mais assertiva dos recursos financeiros e profissionais?

Para responder a essas indagações, primeiro foi realizada uma busca na literatura, por meio do Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL) para identificar nas produções acadêmicas sobre o EMI na Rede Federal de Educação, publicadas na última década(2011 a 2020), pesquisas que apresentavam causas da evasão e soluções para a permanência, com isso, foram selecionados 11 (onze) trabalhos na base de dados da Plataforma Capes e do *Google Acadêmico*.

A partir do MSL, foram observadas 48 (quarenta e oito) causas que contribuem para a evasão dos/as estudantes, que foram agrupadas pela similaridade, gerando assim, 9 (nove) Indicadores de Evasão, sendo 4 (quatro) resultantes de fatores individuais ao estudante, 2 (dois) de fatores externos à instituição e 3 (três), internos à instituição.

Além de identificar as causas, foram levantados serviços e ações que podem contribuir para permanência dos/as estudantes nos cursos EMI, a partir das produções acadêmicas mapeadas, das experiências profissionais como pedagoga e dos diálogos na orientação deste trabalho, o que gerou um total de 43 (quarenta e três) ações e serviços, que foram organizados em 5 (cinco) agrupamentos, com o intuito de direcioná-los aos indicadores de evasão correspondentes.

Essas etapas, junto com a validação, foram fundamentais para trilhar o caminho de elaboração das fases e dos instrumentos de diagnóstico e acompanhamento, que compõem o Protocolo para Permanência proposto nesta dissertação, e, fez com que esse Produto Educacional se apresente como um importante procedimento para contribuir, preventivamente, para permanência dos/as estudantes na instituição.

Trata-se então, de um Protocolo adaptável, como sinalizado na validação realizada pela Comissão de Permanência e Êxito do IFBA Seabra, pois permite às escolas adequarem os instrumentos a suas especificidades, mapeando suas próprias causas da evasão e identificando os serviços e as ações de permanência. Nesse processo de adequação, a instituição atribui pesos aos indicadores, a partir da identificação dos motivos da evasão na escola, como também, classifica os serviços e ações em fortes, fracas ou inexistentes para estrategicamente selecionar as que terão maior impacto na permanência. Essa metodologia adaptável da proposta, faz com que o processo seja mais eficaz, pois prioriza quais os indicadores apresentam maior risco de evasão, como também, eficiente, pois direciona os serviços e ações mais adequadas ao estudante, o que contribui para uma gestão mais assertiva dos recursos financeiros e/ou profissionais.

Um outro ponto a ser considerado nesta dissertação é o fato de servir para inspirar outras instituições a pensar estratégias para reduzir as taxas de evasão, além de colaborar com a literatura, visto que ainda são poucos trabalhos com temática voltadas para a permanência escolar.

Algumas dificuldades e limitações foram enfrentadas no decorrer da pesquisa, como a falta de referências voltadas especificamente para a permanência, causas da evasão que se apresentaram pouco consistentes ou muito abrangentes, o que não permitiu esclarecer o que estaria permeando o “cansaço” ou “problemas pessoais” apontados pelos/as entrevistados/as.

Além dessas ressalvas observadas no mapeamento da literatura, o tempo para o desenvolvimento do trabalho, tendo em vista a situação de pandemia em que o Brasil se encontra e as constantes adaptações que os/as trabalhadores/as da educação tem passado para adequar o trabalho às condições não presenciais, o que ocasionou uma sobrecarga nas

atribuições, e, também, os impactos emocionais e orgânicos desse processo pandêmico em cada indivíduo e sua família, amigos/as.

Uma fase que demorou a ser finalizada foi a elaboração do Protocolo para Permanência, em que foi necessário descartar/alterar alguns processos ou instrumentos, pois não se mostravam eficazes no quesito otimizar o tempo dos/as profissionais a serem envolvido/as na equipe/comissão de acompanhamento à permanência, como a seleção do meio de disposição do questionário que pudesse inserir o peso e realizar o cálculo para fornecer as informações de forma automática.

A partir desta pesquisa, foi produzido o projeto, sob o título - PROTOCOLO DE PERMANÊNCIA: UMA APLICAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ALUNO EM RISCO DE EVASÃO, submetido e aprovado no Edital nº 03 de 13 de dezembro de 2021, da Pró-Reitoria de Ensino do IFBA, com fonte de recursos: PTRES:171024 e PI: L2991P0111R, com o objetivo de desenvolver o sistema proposto no Protocolo para Permanência.

Outros trabalhos futuros podem derivar do que já foi desenvolvido neste estudo, como a adequação de sistemas já utilizados pelas instituições, como o Sistema Único de Administração Pública (SUAP), capaz de desenvolver os processos e instrumentos propostos neste Protocolo, assim como, aplicar esse Produto Educacional em turmas piloto de um determinado curso para comprovação da eficiência e eficácia da proposta e de possíveis ajustes a serem realizados.

É importante esclarecer que esse trabalho possibilitou o desenvolvimento de um Protocolo para Permanência para um contexto de trabalho presencial, a partir de pesquisas desenvolvidas na Rede Federal de Educação, em uma forma de ensino, que é o Ensino Médio Integrado e, ao longo dos anos e dependendo da conjuntura político, social e histórica, como essa situação pandêmica que atravessa o mundo desde dezembro de 2019, outras causas de evasão podem emergir, portanto, a permanência escolar é um tema que deve ser tratado em novas pesquisas, em outros níveis, modalidades e formas de ensino, sob novos olhares e perspectivas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. C. N. et al. MODELAGEM PARA FÓRUM SEMI AUTOMATIZADA NO AVA MOODLE UTILIZANDO FUZZY. IV Congresso Nacional de Educação. Editora Realize. Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA19_ID15005_03102019192140.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

ALMEIDA, E. C. F.; MIRANDA, P. R. de. Comunicação pública na prevenção da evasão: a experiência de um aplicativo sobre ensino médio integrado. *Revista Diálogo Educacional*, v. 20, n. 64, 2020.

ARROYO, M. *Fracasso/sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos*. Em aberto, v. 17, n. 71, 2000.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI). *Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia*. Vol. 1. Salvador/BA, 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

BASTOS, A. M. M. *A permanência e evasão dos estudantes nos cursos técnicos da modalidade integrada no instituto federal de educação ciência e tecnologia da Bahia - (IFBA) campus Irecê*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — Universidade de Estado da Bahia, 2013.

BOUCINHA, R. M.; TAROUÇO, L. M. R. Avaliação de ambiente virtual de aprendizagem com o uso do sus-system usability scale. *RENOTE*, v. 11, n. 3, 2013.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil: Pnaes. *Diário oficial da União*, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília, DF: 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>>. Acesso em: 07 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021*. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *LEI 11.892 de 29 de Dezembro de 2008*. Institui a Rede

Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica*. Brasília-DF, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018_pdf&Itemid=30192> Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

BRASIL, Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007. *Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET*. MEC/SETEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifets3.pdf> Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Atualizada em 2018. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/572694>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Tribunal de contas da união. *Relatório de Auditoria*, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://tcu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/315889946/2606220119/inteiro-teor-315890121?ref=topic_feed>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da educação. *Portal de Periódicos CAPES/MEC*, 2019. Disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da educação - mec. *Plataforma Nilo Perçanha, PNP2020*, 2020. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>> Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL, M. Rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. *Ministério da Educação - MEC*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>> Acesso em: 26 ago. 2021, 2008.

BROOKE, J. A quick and dirty usability scale. 'usability evaluation in industry. *Int J Human-Computer Interact.*, v. 189, n. 194, p. 4–10, 1996.

CASAROTTO, C. *Aprenda o que é análise SWOT, ou análise FOFA, e saiba como fazer uma análise estratégica do seu negócio*. 2019. Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/como-fazer-uma-analise-swot/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de pesquisa*, SciELO Brasil, v. 41, n. 144, p. 770–789, 2011.

DOURADO, A. M. d. S. *Educação Profissional no Instituto Federal De Educação, Ciência*

e Tecnologia Da Bahia: Análise dos Fatores Intraescolares da Evasão como Base para Criação do Observatório Pedagógico Institucional no Campus de Irecê/Bahia. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (Gestec), Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2016.

FEITOSA, M. d. S. *Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento*. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Salgueiro, p. 171. 2020.

FERNANDES, I. G. M. *et al.* Planejamento estratégico: análise swot. *Revista Conexão Eletrônica das Faculdades Integradas de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul*, v. 8, n. 01, 2015.

FIGUEIREDO, N. G. da Silva; SALLES, D. M. R. Educação Profissional e Evasão Escolar em Contexto: motivos e reflexões. Ensaio: Avaliação Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.25, n.95, p. 356-392, abr./jun. 2017.

FORÇAN, L. R. *et al.* Escala de usabilidade do sistema baseada na lógica paraconsistente anotada evidencial *et. Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, p. e53610817617–e53610817617, 2021.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. [S.l.]: São Paulo:Cortez Moraes, 1979.

GATTI, Bernadete A. Abordagens quantitativas e a pesquisa educacional. SEMINÁRIO DO INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA DA USP, 2012.

GRABOWSKI, Gabriel. Ensino médio integrado à educação profissional. *Boletim*, v. 7, p. 05-15, 2006.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. [S.l.]: 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra em domicílio contínua. *Educação 2019*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. *Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering*. Citeseer, 2007.

LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 1067-1084, 2011.

LEITE, S. d. S.; TASSONI, E. C. M. A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor. *Psicologia e formação docente: desafios e conversas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 113–141, 2002.

LIBÂNEO, J. C. *didática*. [S.l.]: Cortez Editora, 2013.

- LÜCK, H. *Avaliação e monitoramento do trabalho educacional*. [S.l.]: Editora Vozes Limitada, 2013.
- MACHADO, L. R. D. S. *Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa*. Porto Alegre: Artmed, 80-95, 2010.
- MANHÃES, L. M. B. *et al.* Previsão de estudantes com risco de evasão utilizando técnicas de mineração de dados. In: *Brazilian symposium on computers in education (simpósio brasileiro de informática na educação-sbie)*. [S.l.: s.n.], 2012. v. 1, n. 1.
- MARQUES, L. T. *et al.* Mineração de dados auxiliando na descoberta das causas da evasão escolar: Um mapeamento sistemático da literatura. *RENOTE*, v. 17, n. 3, p. 194–203, 2019.
- MEDEIROS, A. V. G. C. d. *Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura: estratégia de enfrentamento da evasão escolar no if campus de Ouricuri-pe*. Faculdade de Educação, 2018.
- MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 4ª Ed. São Paulo/SP: Atlas, 2011.
- MEIRA, C. A. *A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo*. 118f. Dissertação (Mestrado) –Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.
- MINAYO, M. C. d. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de saúde pública, SciELO Public Health*, v. 9, p. 237–248, 1993.
- NAGAI, N. P.; CARDOSO, A. L. J. A evasão universitária: Uma análise além dos números. *Revista Estudo & Debate*, v. 24, n. 1, 2017.
- NETO, D. N. dos S. *et al.* A evasão de estudantes nos cursos técnicos da modalidade integrada no ifba-campus jacobina. *Ensino em Foco*, v. 2, n. 4, p. 37–48, 2019.
- NOVAIS, L. d. F. *et al.* *Educação profissional: uma análise sobre a evasão e a permanência no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio no instituto federal de rondônia-câmpus colorado do oeste*. Dissertação (Dissertação) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Soropédica, p. 141, 2014.
- OLIVEIRA, D. d. P. R. d. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. In: *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. [S.l.: s.n.], 2002. p. 337–337.
- PETERSEN, K. *et al.* Systematic mapping studies in software engineering. In: *12th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering (EASE) 12*. [S.l.: s.n.], 2008. p. 1–10.

PORTELLA, Alysson Lorenzon; BUSSMANN, Tanise Brandão; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto de. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. *Nova economia*, v. 27, p. 477-509, 2017.

SALES, G. L. *Learning vectors (lv): um modelo de avaliação da aprendizagem em ead online aplicando métricas não-lineares*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará-UFC. Fortaleza, 2020.

SAURO, J. *Measuring Usability With The System Usability Scale (SUS)*. 2012. Disponível em: <<http://www.measuringusability.com/sus.php>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SAURO, S. Computer-mediated corrective feedback and the development of L2 grammar. *Language learning & technology*, v. 13, n. 1, p. 96-120, 2009.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª Ed. São Paulo/SP: Cortez, 2007.

SCHIEHL, E. P.; GASPARINI, I. Modelos de ensino híbrido: Um mapeamento sistemático da literatura. In: *Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)*. [S.l.: s.n.], 2017. v. 28, n. 1, p. 1.

SILVA, A. M. D. *Evasão na Educação Profissional: Perfil e motivações dos evadidos*. Dissertação (Dissertação) — Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Montes Claros, 2017.

SILVA, M. R. da. *A evasão escolar no if sertão-pe campus salgueiro: políticas de enfrentamento*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.194, 2019.

SOUSA, M. d. G. d. N. et al. *Evasão ou permanência na educação profissional e tecnológica? um estudo de caso no ifsul-rio-grandense-campus santana do livramento*. 2020.

TEMP, H.; COUTINHO, R. X. Evasão escolar no ensino médio: uma análise cienciométrica. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 12, p. e8391210785–e8391210785, 2020.

TZU, S. *A arte da guerra*. [S.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2019. Citado na página 29.

VEIGA, C. R. *Fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio integrado: uma proposta de estratégia de prevenção para o Cefet/RJ*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

VEIGA, C. R.; BERGIANTE, N. Fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio profissional: Uma revisão de literatura. *XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão e III Inovarse-Responsabilidade Social Aplicada*, 2016. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_323.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.

Apêndice

APÊNDICE A – Questionário Diagnóstico Inicial

Obs.: Apenas questões para avaliação dos Indicadores Individuais e Externos.

Prezado/a estudante,

Seja bem-vindo/a a nossa escola!

Para conhecê-lo/a melhor, organizamos este questionário para saber um pouco do seu percurso até chegar a nossa instituição - o que influenciou você a escolher o curso, seu processo de aprendizado, entre outras situações.

Considerando as questões abaixo relacionadas, avalie cada uma delas, respondendo em uma escala de 1 a 5. Marque apenas 01 (um) critério predominante em cada item.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Indiferente
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

Nome							
Curso							
Em relação a seu processo de aprendizagem e de estudos, avalie as questões a seguir.							
FATOR	Nº	QUESTÕES	1	2	3	4	5
IND1	1	Tenho dificuldades na disciplina de matemática					
	2	Tenho facilidade em aprender novos conteúdos de qualquer disciplina					
	3	Tenho dificuldade no aprendizado de Português					
	4	Tenho tempo para me dedicar a estudos em casa					
	5	Minhas reprovações em séries anteriores tem a ver com minha dificuldade em Matemática ou em Português (leitura e produção de textos)					
Em relação a escolha do curso, avalie as questões a seguir.							
FATOR	Nº	QUESTÕES	1	2	3	4	5
IND2	1	A decisão por estudar nesta escola foi da minha família					
	2	A decisão por estudar na instituição foi somente minha					
	3	A escolha do curso foi pela facilidade de ingressar na instituição					
	4	A decisão por estudar aqui é porque tenho interesse no curso					
	5	Não permanecerei na escola, caso eu não goste do curso					
Em relação ao histórico de retenção (repetir o ano), avalie as questões a seguir.							
FATOR	Nº	QUESTÕES	1	2	3	4	5
IND3	1	Você abandonaria a escola caso tirasse notas baixas nas disciplinas					

	2	Está disposto a frequentar atividades de monitoria, atendimentos e reforços para ampliar seu aprendizado					
	3	O fato de repetir o ano em escolas anteriores foram ocasionadas por frequência e não por rendimento					
	4	Sou organizado e sigo rigorosamente meus planos de estudo					
	5	Tenho dificuldades em conciliar estudos e trabalho externo/trabalho domésticos					
Em relação às questões emocionais e sua aprendizagem, responda às questões a seguir.							
FATOR	Nº	QUESTÕES	1	2	3	4	5
IND4	1	As questões emocionais prejudicaram o meu aprendizado na escola anterior					
	2	Não tenho problemas emocionais					
	3	Eu abandonaria a escola, devido a questões emocionais					
	4	Minha família daria ou teria dado suporte no enfrentamento de dificuldades emocionais					
	5	Fico abalado emocionalmente com muita facilidade					
Em relação às dificuldades financeiras da família e como influencia nos seus resultados na escola, avalie as questões a seguir.							
FATOR	Nº	QUESTÕES	1	2	3	4	5
EXT1	1	As dificuldades financeiras prejudicam o meu desempenho nas disciplinas					
	2	Vejo na escola um meio para futuramente melhorar minha situação financeira					
	3	Por dificuldade financeira, eu abandonaria a escola					
	4	Mesmo com dificuldades financeiras, continuaria na escola					
	5	Abandonaria a escola por uma oportunidade de trabalho					
Em relação ao seu deslocamento entre casa e campus, avalie as questões a seguir.							
FATOR	Nº	QUESTÕES	1	2	3	4	5
EXT2	1	Sem transporte público e gratuito não consigo bancar meus deslocamento até a instituição					
	2	Não possuo dificuldades com transporte para chegar até a escola					
	3	O cansaço no deslocamento entre a escola e minha moradia atrapalha muito meu tempo de dedicação aos estudos					
	4	Na falta do transporte público, minha família assumiria os gastos financeiros com transporte ou moradia para que eu continue na escola					
	5	Tenho dificuldades com transporte e moradia e estou pensando em abandonar os estudos					

APÊNDICE B – Questionário Diagnóstico de Percurso

Obs.: Apenas questões para avaliação do Indicador Interno. As demais, encontram-se dispostas no questionário inicial (APÊNDICE A).

Sobre as relações interpessoais que estabelece com colegas, professores/as e demais servidores/as, avalie as questões a seguir.							
FATOR	Nº	QUESTÕES	1	2	3	4	5
INT1	1	Minha relação não é muito boa com os/as colegas da turma					
	2	Tenho uma ótima relação com professores e servidores da instituição					
	3	As relações interpessoais têm interferido negativamente no meu aprendizado					
	4	Tenho facilidade de comunicação e de fazer novas amizades					
	5	Prefiro fazer os trabalhos de forma individual a ter que discutir em grupo					
Em relação a sua aprendizagem no curso, avalie as questões a seguir.							
FATOR	Nº	QUESTÕES	1	2	3	4	5
INT2	1	Percebendo que tenho dificuldade em aprender o conteúdo das disciplinas e de realizar as avaliações/trabalhos, deixarei facilmente a instituição					
	2	Não tive dificuldades de aprendizado de conteúdos das disciplinas do curso					
	3	Meu interesse maior é na conclusão do ensino médio e não do curso técnico					
	4	Tenho os conhecimentos básicos que o curso exige e tempo para me dedicar aos conteúdos					
	5	Você solicitaria a Certificação do Ensino Médio no caso de não conseguir concluir o curso nos 4 anos proposto, seja por reprovação ou por pendência da realização do estágio/TCC					
Em relação às aulas e atividades propostas, avalie as questões a seguir.							
FATOR	Nº	QUESTÕES	1	2	3	4	5
INT3	1	As avaliações propostas nas disciplinas são difíceis e exigentes					
	2	Participo constantemente das monitorias e atendimentos para superar as dificuldades nas disciplinas					
	3	Mesmo participando com frequência das monitorias e atendimentos não tenho superado as dificuldades nas disciplinas					
	4	Tenho organizado uma rotina de estudos em casa para me dedicar na realização das atividades e nos estudos as disciplinas que tenho maior dificuldade					
	5	O número de atividades solicitadas, fez com que não tivesse como entregar dentro do prazo e com a qualidade necessária					

APÊNDICE C – Formulário de Validação do Produto

Prezado/a avaliador/a,

Considerando que em todo processo de construção o olhar do/a outro/a contribui para a melhoria do resultado, gostaríamos de convidá-lo/a avaliar a metodologia do Protocolo para Permanência e o Protótipo desenvolvido até o presente momento, para realizarmos os ajustes que forem necessários.

O "Protocolo para Permanência", tem como propósito identificar se o/a estudante ao ingressar no Ensino Médio Integrado (EMI) apresenta risco de evasão, qual o grau do risco de evasão, correlacionando os serviços e ações mais adequados para minimizá-lo, tendo em vista contribuir para uma gestão mais assertiva dos recursos financeiros e/ou profissionais.

O Protótipo do Protocolo para Permanência pode ser acessado através do site:

<http://www.ifbaseabra.edu.br/eva>

E-mail: _____

Nome do/a avaliador/a: _____

Qual o seu cargo/função/representação: _____

Dimensão 1 - Concepção

Avalia se a metodologia elaborada e os instrumentos propostos no Protocolo para Permanência estão coerentes com a finalidade: identificar se o/a estudante ao ingressar no EMI, apresenta risco de evasão e quais os serviços e ações de permanência seriam mais adequados para minimizá-lo.

1.Quanto à utilização de indicadores de evasão.

(1)Discordo totalmente (2)Discordo (3)Indiferente (4)Concordo (5)Concordo totalmente

2.Quanto à atribuição de pesos para priorizar os indicadores.

(1)Discordo totalmente (2)Discordo (3)Indiferente (4)Concordo (5)Concordo totalmente

3.Quanto a proposição de agrupamento de ações e serviços.

(1)Discordo totalmente (2)Discordo (3)Indiferente (4)Concordo (5)Concordo totalmente

4.Quanto à classificação das ações e serviços de permanência.

(1)Discordo totalmente (2)Discordo (3)Indiferente (4)Concordo (5)Concordo totalmente

5.Quanto à elaboração de questionário diagnóstico com questões que podem confirmar ou refutar o risco de evasão.

(1)Discordo totalmente (2)Discordo (3)Indiferente (4)Concordo (5)Concordo totalmente

6.Quanto a metodologia facilitar o trabalho da equipe/comissão de acompanhamento.

(1)Discordo totalmente (2)Discordo (3)Indiferente (4)Concordo (5)Concordo totalmente

7. Quanto a metodologia atender ao propósito que foi concebido.

(1)Discordo totalmente (2)Discordo (3)Indiferente (4)Concordo (5)Concordo totalmente

Quais aspectos podem ser melhorados na metodologia para que atenda ao objetivo proposto? _____

Dimensão 2 - Aplicabilidade

Avalia a capacidade que a metodologia possui de se adaptar a diferentes realidades, de forma integral e/ou parcial, para diferentes sistemas, se contém aspectos que podem ser abordados em distintos contextos.

1. Identificar as causas da evasão e atribuir peso correspondente ao grau de influência (baixo, médio ou alto) - gera uma aplicabilidade capaz de adequar a metodologia às especificidades da escola.

(1)Discordo totalmente (2)Discordo (3)Indiferente (4)Concordo (5)Concordo totalmente

2. Você percebe que a metodologia proposta no Protocolo para Permanência consegue se adaptar a qualquer instituição que ofereça Cursos de Ensino Médio Integrado?

(1)Discordo totalmente (2)Discordo (3)Indiferente (4)Concordo (5)Concordo totalmente

Dimensão 3 - Inovação

1. Quais aspectos da Metodologia você considera inovador/es e/ou original/is?

2. O que você considera que pode ser agregado à metodologia para conferir maior inovação e/ou originalidade?
